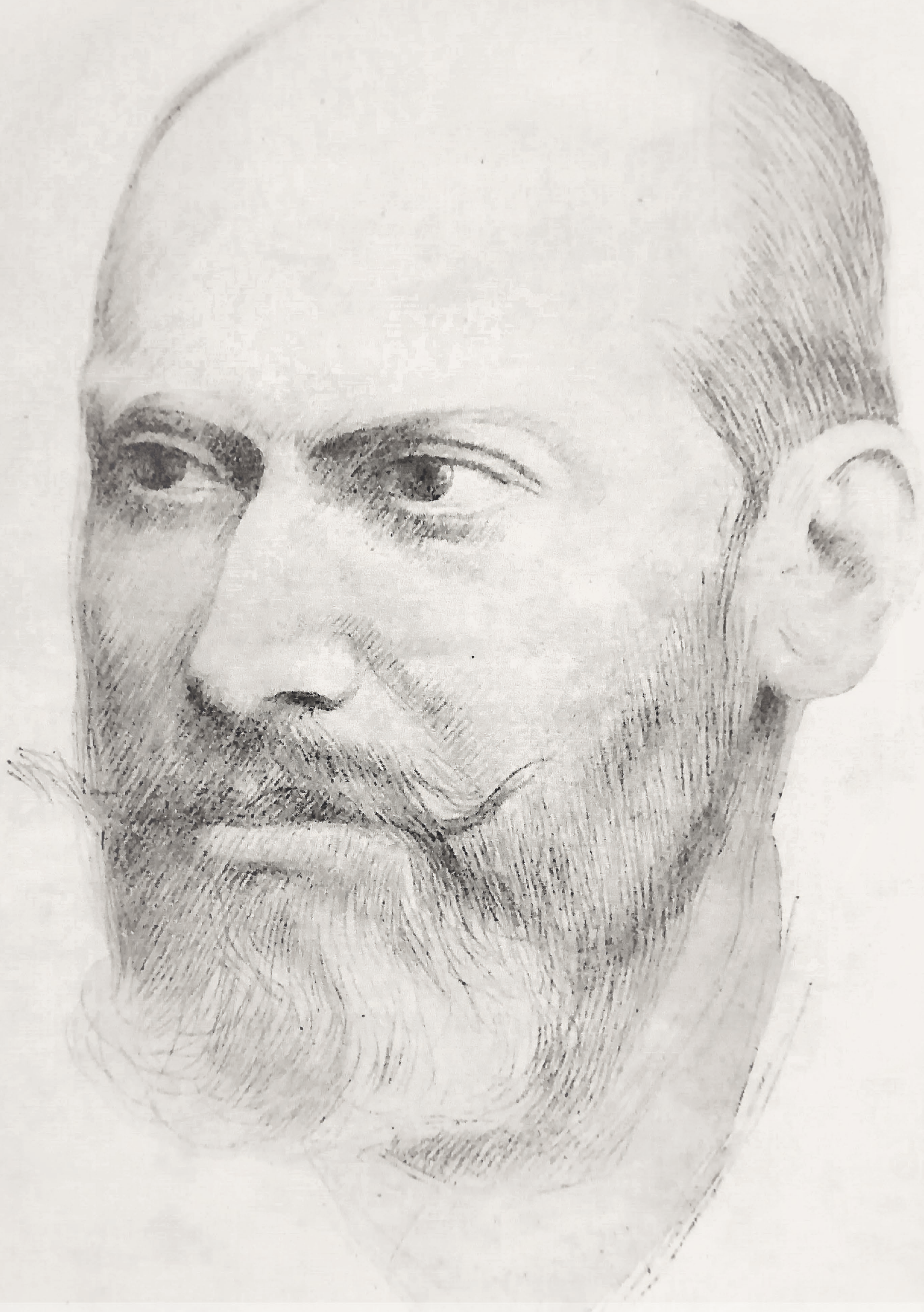


CASIMIRO
FREIRE

FUNDADOR DAS ESCOLAS MÓVEIS
APÓSTOLO DA INSTRUÇÃO POPULAR

8 DE OUTUBRO DE 1843 - 20 DE OUTUBRO DE 1918



ESTA EXPOSIÇÃO ITINERANTE CONSTITUI UMA PRIMEIRA HOMENAGEM, NA OCASIÃO DO CENTENÁRIO DA SUA MORTE, A CASIMIRO FREIRE, O FUNDADOR DA ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS-MÓVEIS, CUJA VIDA FOI DEDICADA A UMA INCESSANTE BATALHA PELA ALFABETIZAÇÃO À ESCALA NACIONAL, ULTRAPASSANDO-A ATÉ, MAS QUE COMEÇOU A DAR FRUTOS, DESDE 1882, EM TERRAS DO ZÊZERE.

Desenho de António Carneiro



DESENHO POR ANTÓNIO TEIXEIRA CARNEIRO JÚNIOR 1872 - 1930

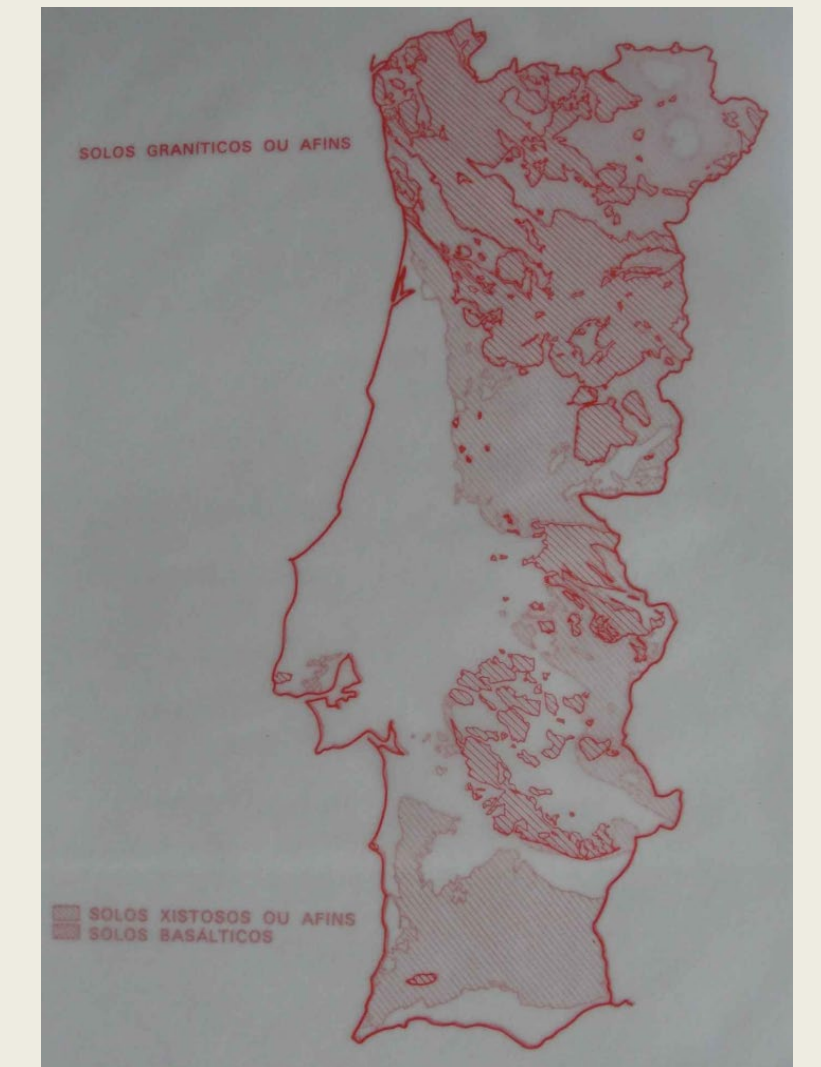
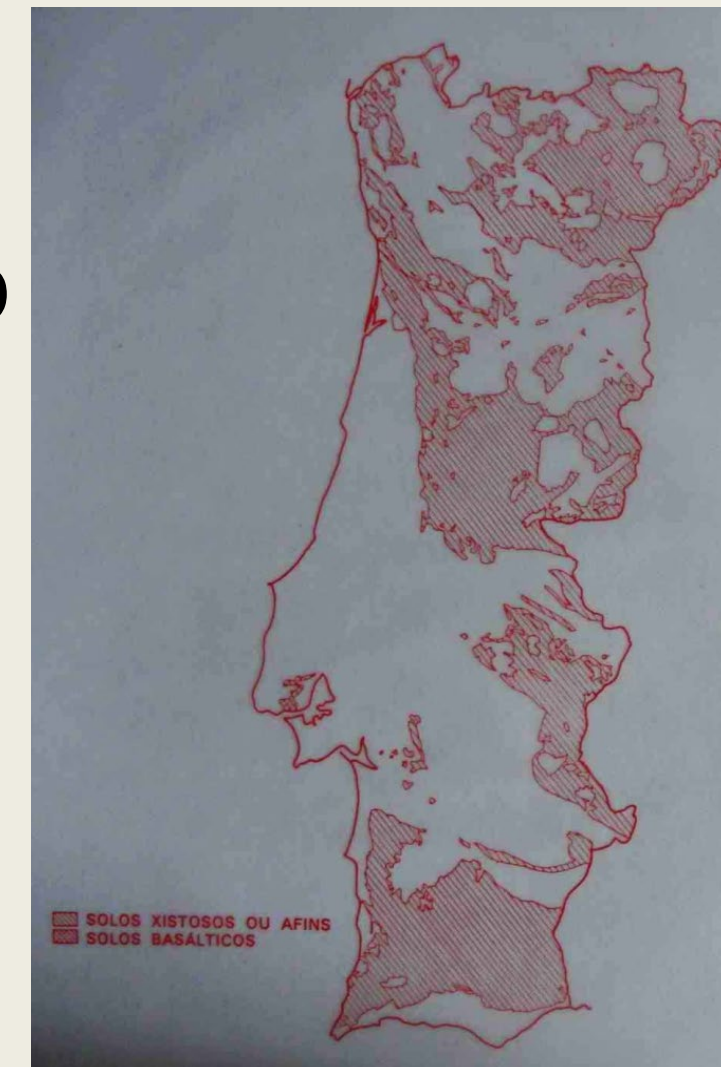
1. Pedrógão Pequeno, terra-berço de Casimiro Freire

1.1 Enquadramento geográfico

Google Maps, 2016



Nas penedias do Cabril do Zêzere sobre as quais Pedrógão quase se debruça, desde há dois mil anos se fazem as pontes sobre este rio das *águas feras*, antigo significado do seu nome.



É graças à rigidez dos granitos deste afloramento, oferecendo matéria-prima e encontros fortes às pontes que, no local dos **Pedrógão - os sítios das pedras**, o rio encontra também um vale mais apertado.



ATJC, 1995



O Zêzere disfarça agora a sua bravura nas calmas albufeiras, onde outrora oferecia o espectáculo das suas águas abundantes, estranguladas pelas margens.

Local de pintores, de poetas... local de reflexão, onde Frei Granada (1504-1588) desenvolve o convento de N^a Senhora da Luz (Pedrógão Grande), e onde as suas práticas de escrita com ecos além-fronteiras, “meditativas e orativas, entre rochas milenares, deram origem à designação dos penedos de Granada”, precisamente onde a Ribeira de Pêra se encontra com o caudaloso rio, em direcções quase opostas.

Custódio Paiva, 1935



Alfredo Keil



Se o rio, as suas escarpas e as suas fúrias, inspiraram poetas, artistas, filósofos, não terão inspirado também formadores de almas, sonhadores de futuros? Talvez professores? Talvez grandes entusiastas da educação nacional?



1. Pedrógão Pequeno, terra-berço de Casimiro Freire

1.2 Enquadramento histórico

Carlos Batata, 1998



Inscrição romana do Roqueiro, actualmente localizada no Museu Nacional de Arqueologia.

Pedrógão Pequeno é um povoado desde a Idade do Bronze Final (1250 -750 AC), altura da edificação do castro no Monte da Sra. da Confiança.

Atravessa os tempos, reconhecendo-se vestígios do período romano, nomeadamente a ponte romana no Cabril, actualmente submersa, a calçada romana e uma inscrição dedicada à deusa Nábia, encontrada no Roqueiro.

Durante a Idade Média, estes territórios pertenceram à Ordem do Templo, fazendo primeiramente parte do termo da Sertã, tendo depois sido doados à Ordem do Hospital, em 1174, por D. Afonso Henriques. No séc. XV, D. Vasco de Ataíde, Prior do Crato, deu, sob a forma de emprazamento, o território de Pedrógão Pequeno com toda a jurisdição civil e criminal, rendas e foros, elevando-o à categoria de vila. Molestados com a mudança, os habitantes da Sertã insurgem-se por várias vezes, derrubando o pelourinho e a força.

Em 1513, D. Manuel doa foral a Pedrógão Pequeno, servindo mais uma vez para fixar os direitos reais do concelho, não se alterando a sua jurisdição.

Pedrogão do Crato, mais tarde Pedrógão Pequeno, manter-se-ia como Concelho até Novembro de 1836, ano em que foi extinto, por via da Revolução de Setembro de 1836, que levou ao poder a esquerda do liberalismo e repôs a Constituição de 1822 em vigor. As freguesias de Pedrógão Pequeno e do Carvalhal foram então incorporadas no concelho de Oleiros, passando depois para o concelho da Sertã (Dec. 27 de Setembro de 1837).

Reduzida à condição de freguesia, a autoridade administrativa era a Junta da Paróquia e as obras de melhoramento só avançavam com o financiamento do Estado.

Marta Martins, 2013



Fólio 1 do Foral atribuído à vila de Pedrógão Pequeno por D. Manuel I, em 20 de Outubro de 1513, e cuja reprodução em bordado a seda foi oferecida por Casimiro Freire à sua vila natal.

Marta Martins, 2013



Pelourinho de Pedrógão Pequeno, classificado como imóvel de interesse público, em 1933.

1. Pedrógão Pequeno, terra-berço de Casimiro Freire

1.2 Enquadramento histórico

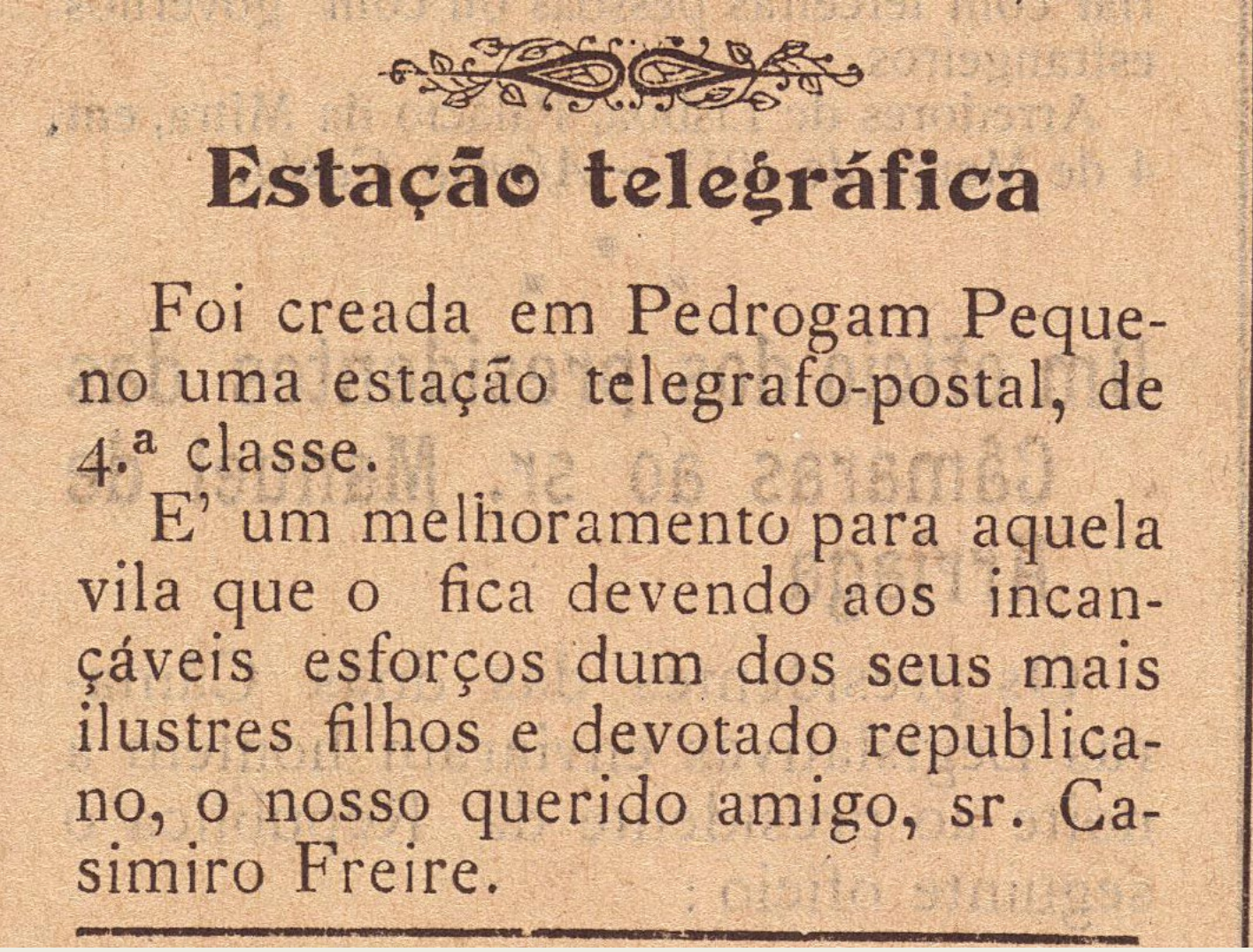


Vista panorâmica de Pedrogão Pequeno, a Norte da Ribeira dos Porteleiros, vendo-se antigo lagar hoje inexistente.

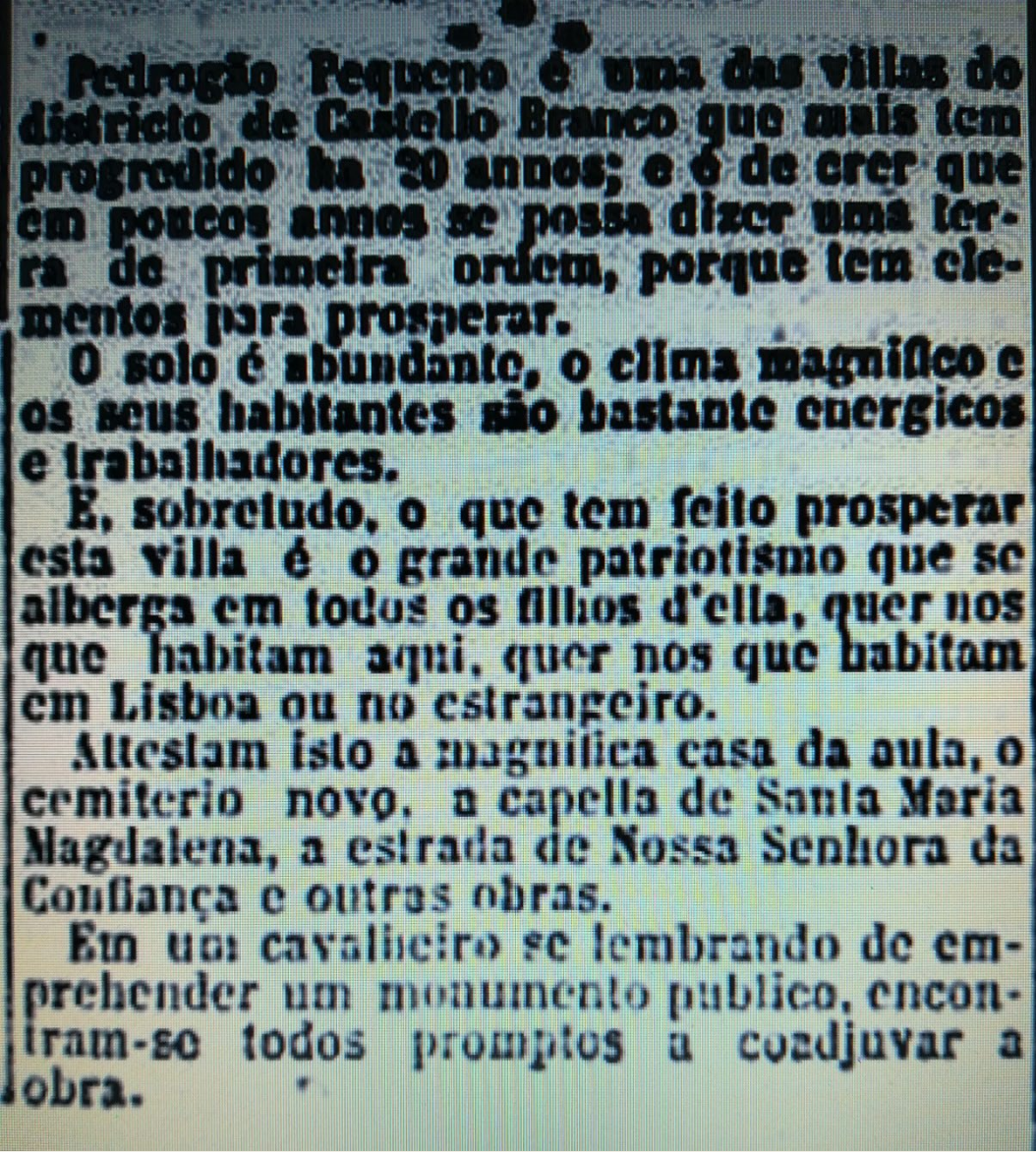
Foto do arquivo do Clube da Sertã.

Porém, nos últimos 20 anos do século XIX, conheceram-se diversas obras, que contribuíram para elevar a qualidade de vida das pessoas e mereceram rasgados elogios na imprensa na época:

- 1860_Reconstrução da estrada entre a vila e a ponte do Cabril, com a sua configuração actual
- 1888_Inauguração do novo edifício da escola de Pedrógão Pequeno através duma doação de Eduardo Conceição e Silva (porém, há referências a uma escola em documentos da Junta da paróquia desde 1820, antes da extinção do concelho)
- 1891_Constituição da Filarmónica Aurora Pedroguense
- 1892_Inauguração do novo cemitério
- 1893_Construção da capela do cemitério
- 1894_Iluminação pública (a petróleo) na vila
- 1902_Abertura de estrada e reconstrução da Capela de Nossa Senhora da Confiança, patrocinada por Francisco da Conceição e Silva
- 1914_Criação do *Partido médico* na vila
- 1915_Passagem da estação postal a estação telégrafo-postal de 4.ª classe, por influência de Casimiro Freire.



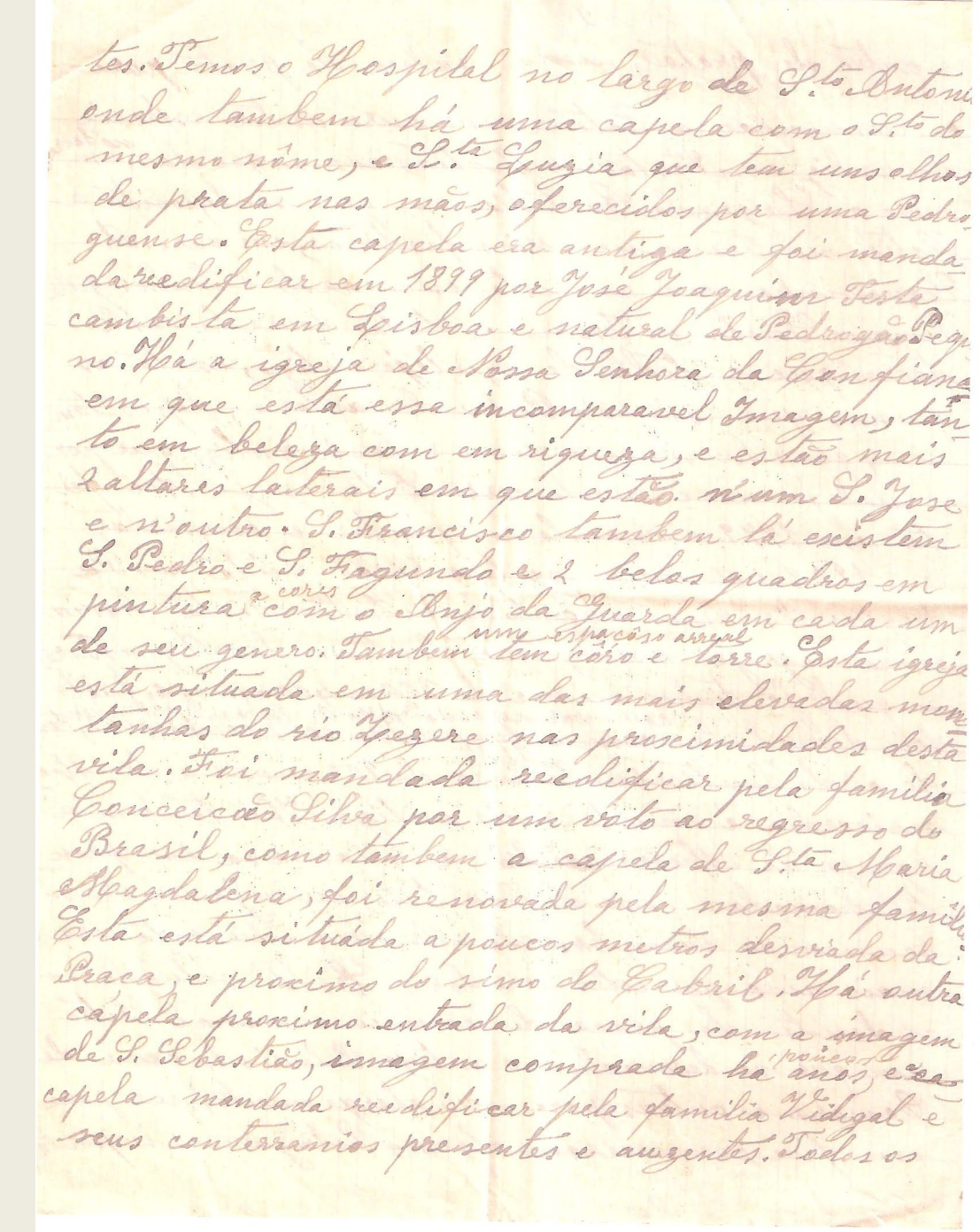
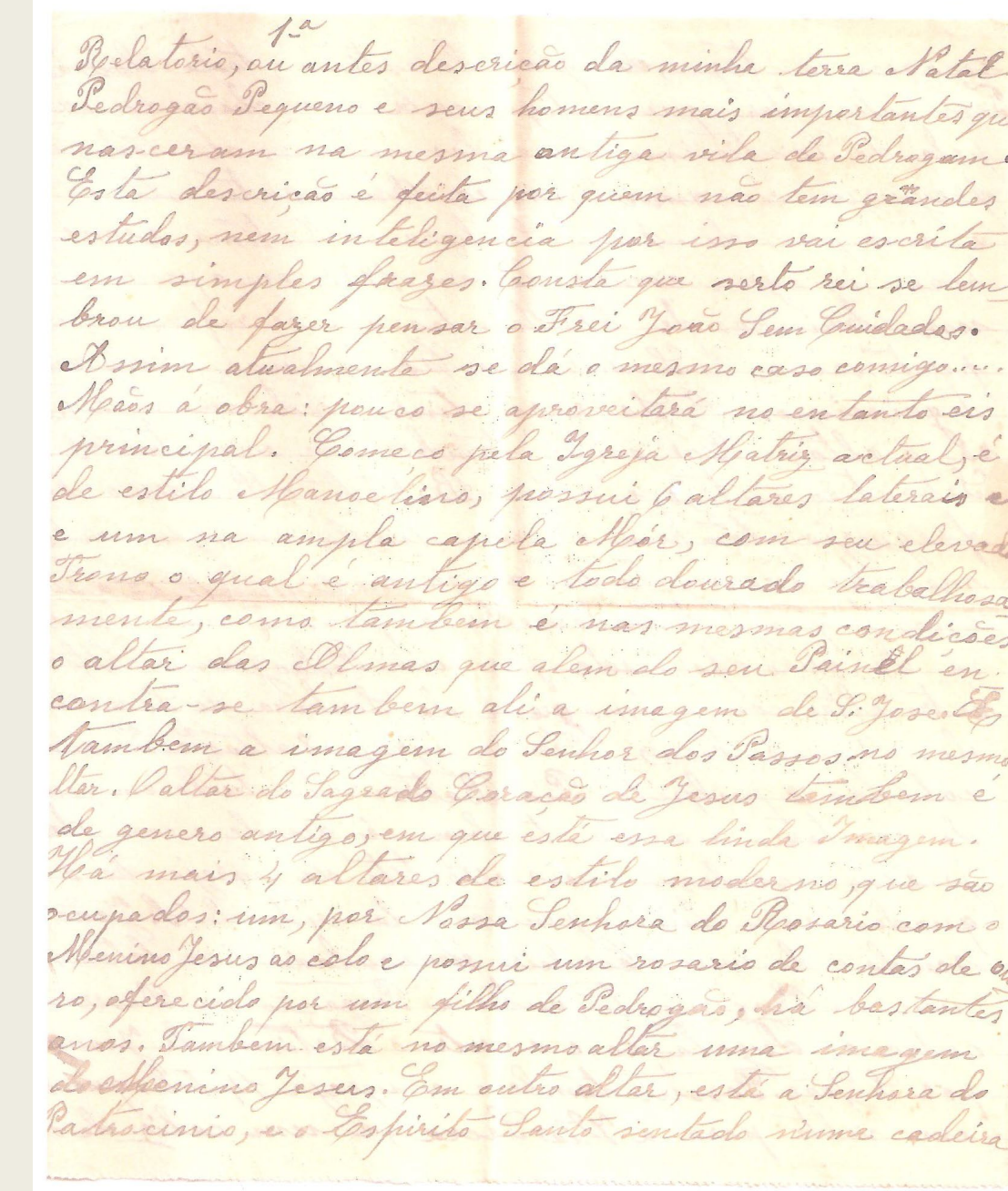
Extracto do Jornal “Eco da Beira”, n.º 29, de 14 de Março de 1915



Artigo do jornal “O Século” de 1900.

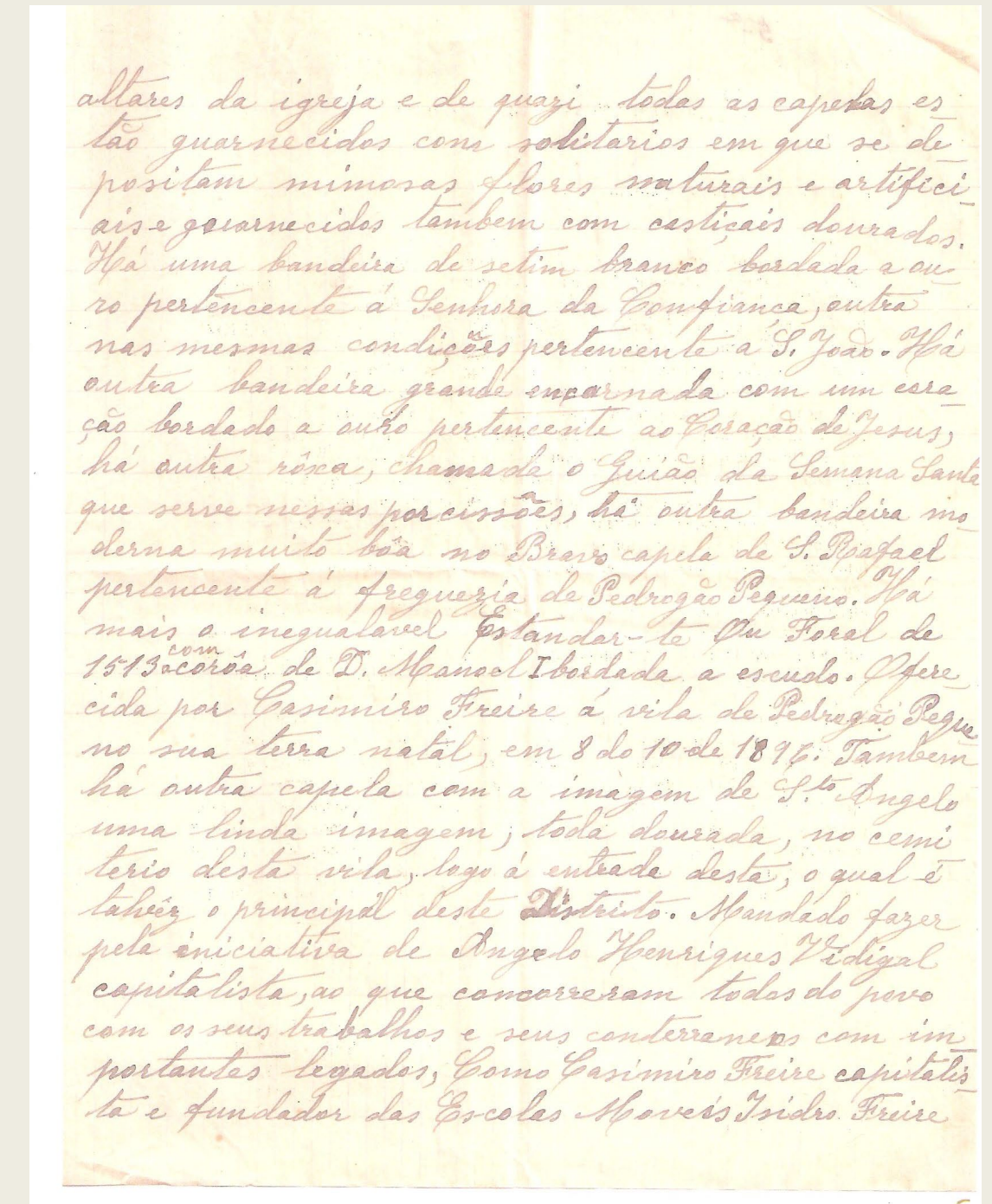
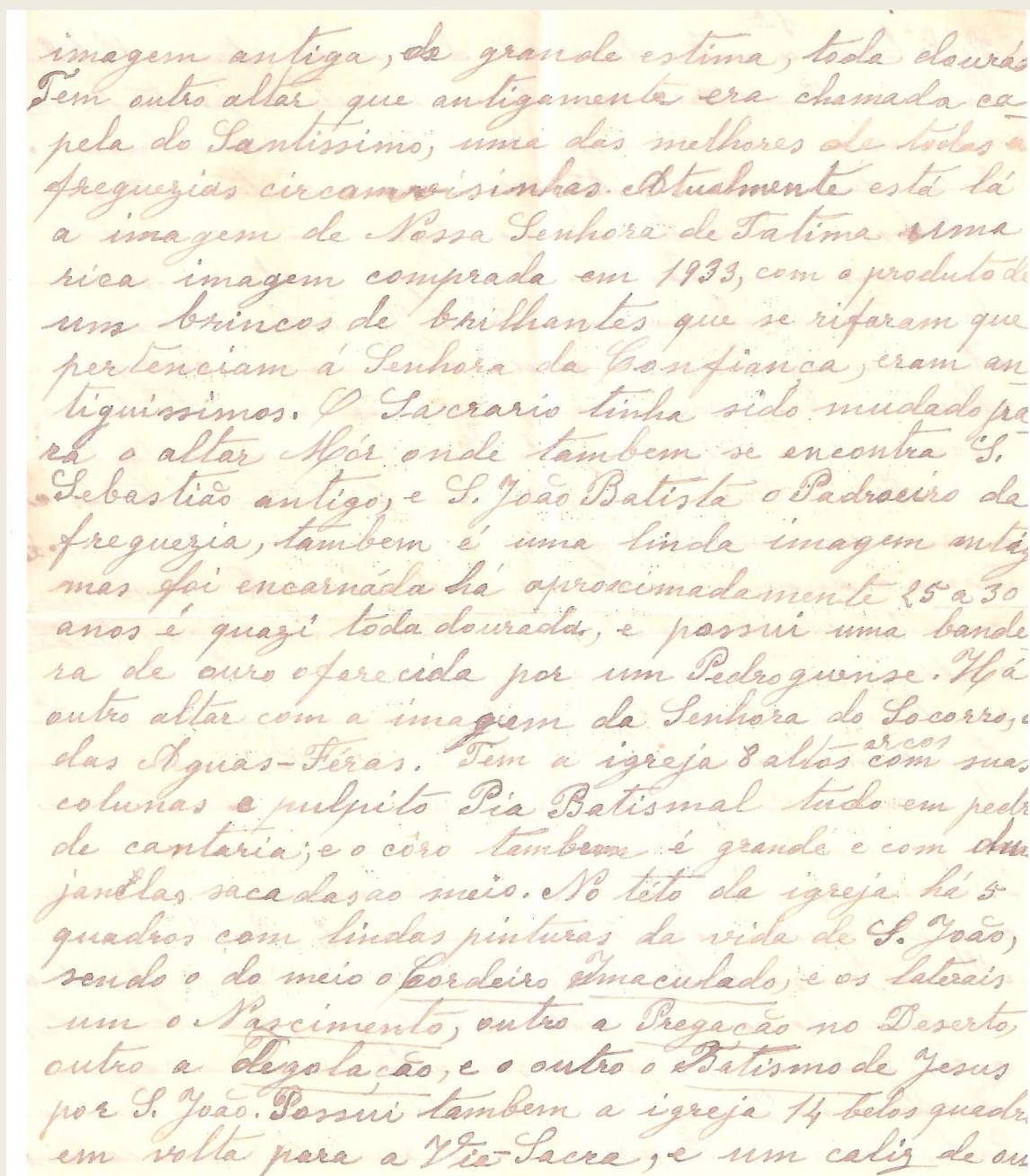


Artigo de primeira página no jornal “O Século” de 11 de Novembro de 1900.



Extracto de texto de Maria Piedade Freire Silva Ribeiro (MPF, inícios do Séc. XX), com a descrição de melhoramentos na vila.

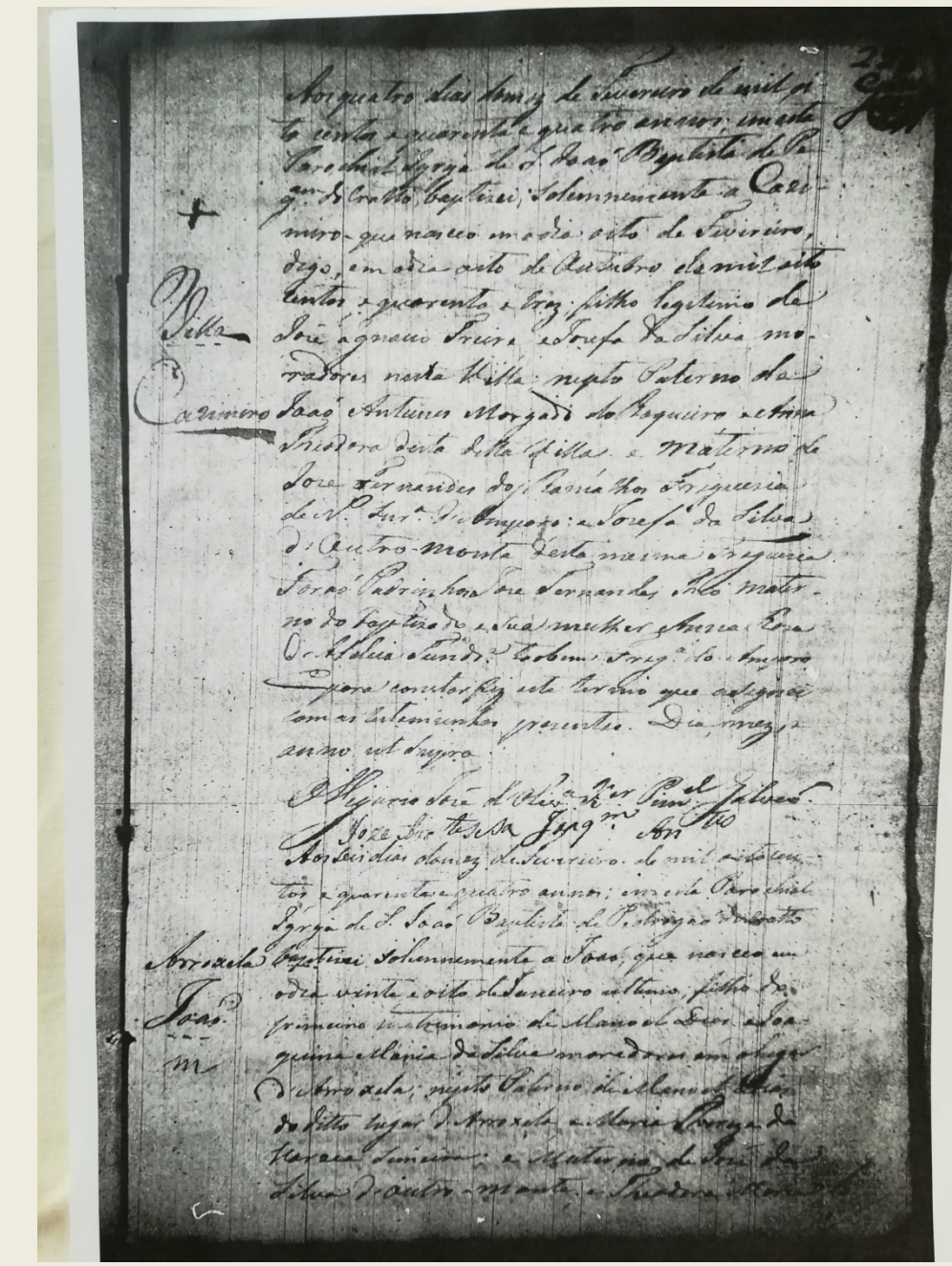
Imagens cedidas por Isabel Freire (arquivos de família)



2. A origem (1)

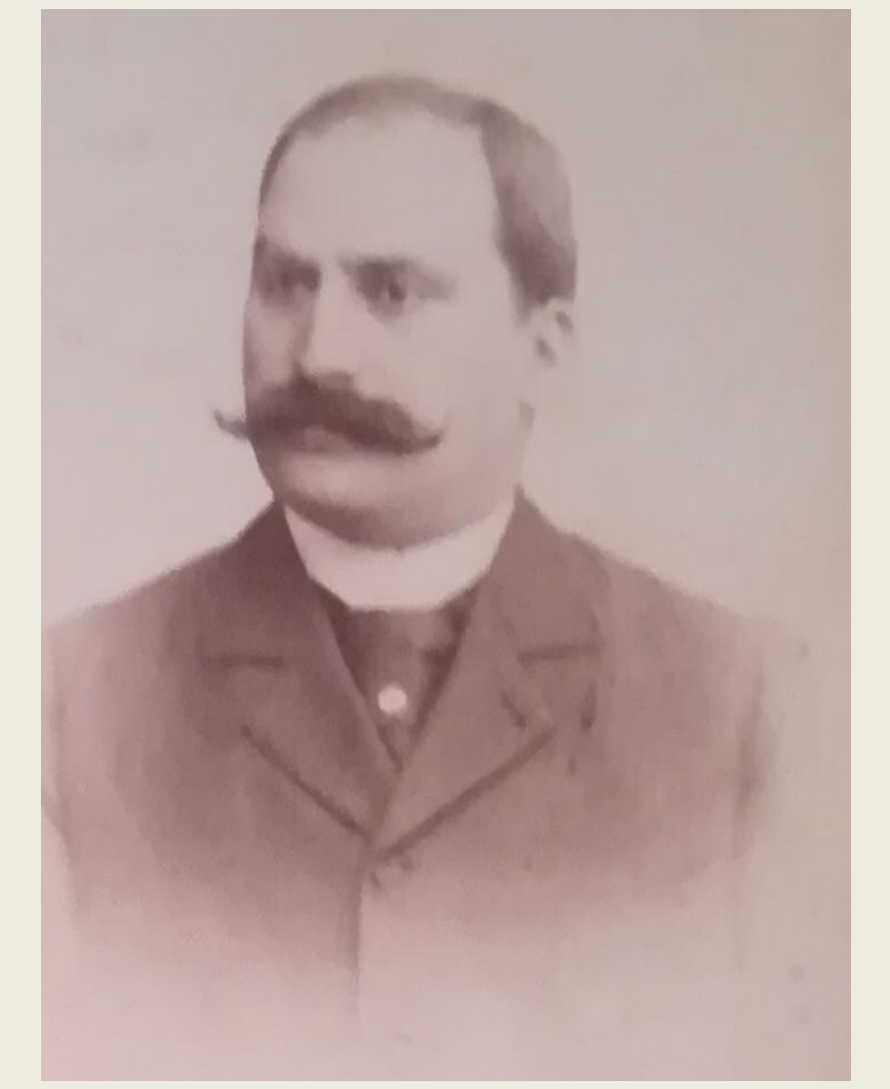
Casimiro Freire nasceu em Pedrógão do Crato , designado posteriormente Pedrógão Pequeno (Concelho da Sertã), filho de Josefa da Silva Freire e de José Ignácio Freire, tabelião desta vila e oficial d' El-Rei D Miguel.

Era neto pelo lado paterno, de João Antunes Morgado e de Anna Theodora Freire Nascimento (de Pedrógão Pequeno), residentes nesta vila;
pelo lado materno, neto de José Fernandes e de Josefa da Silva



4 de Feb. 1844
Registo de Baptismo
de Casimiro Freire,
Torre do Tombo, Lisboa

**Irmãos
e cunhados/as**
Juvita Casimiro,
M^a Maximina,
Maria,
Basílio,
...,
Isidro.



Uma família com longas raízes em
Pedrógão Pequeno:

CXXVIII
Freires de Pedrógam Pequeno *
§ 1.º

1= Agostinho Fernandes Freire, filho de Fernão Afonso, (que foi morador na freguesia do Carvalho, e por vezes Juiz Ordinario), viveu em Pedrógão Pequeno, casado com Isabel João, e teve:

2 Nicolau Agostinho, que foi clérigo, conego na Colegiada de Ourem, secretario do Santo Officio de Evora e capelão do Sr. D. Teodosio de Bragança, arcebispo de Evora. Compôz uma relação da vida do mesmo arcebispo, que imprimiu em Evora em 1614. Deu á Casa da Misericórdia de Pedrógão Pequeno um moio de pão de renda para todos anos se repartir pelos pobres nos domingos de abril e maio.

3 Manuel Freire, que segue.

3= Manuel Freire, viveu na mesma vila e casou com Maria Arnau, filha de Antonio Arnau e de sua mulher Antonia Luis, n.º 122 em Tit. Arnau, e teve:

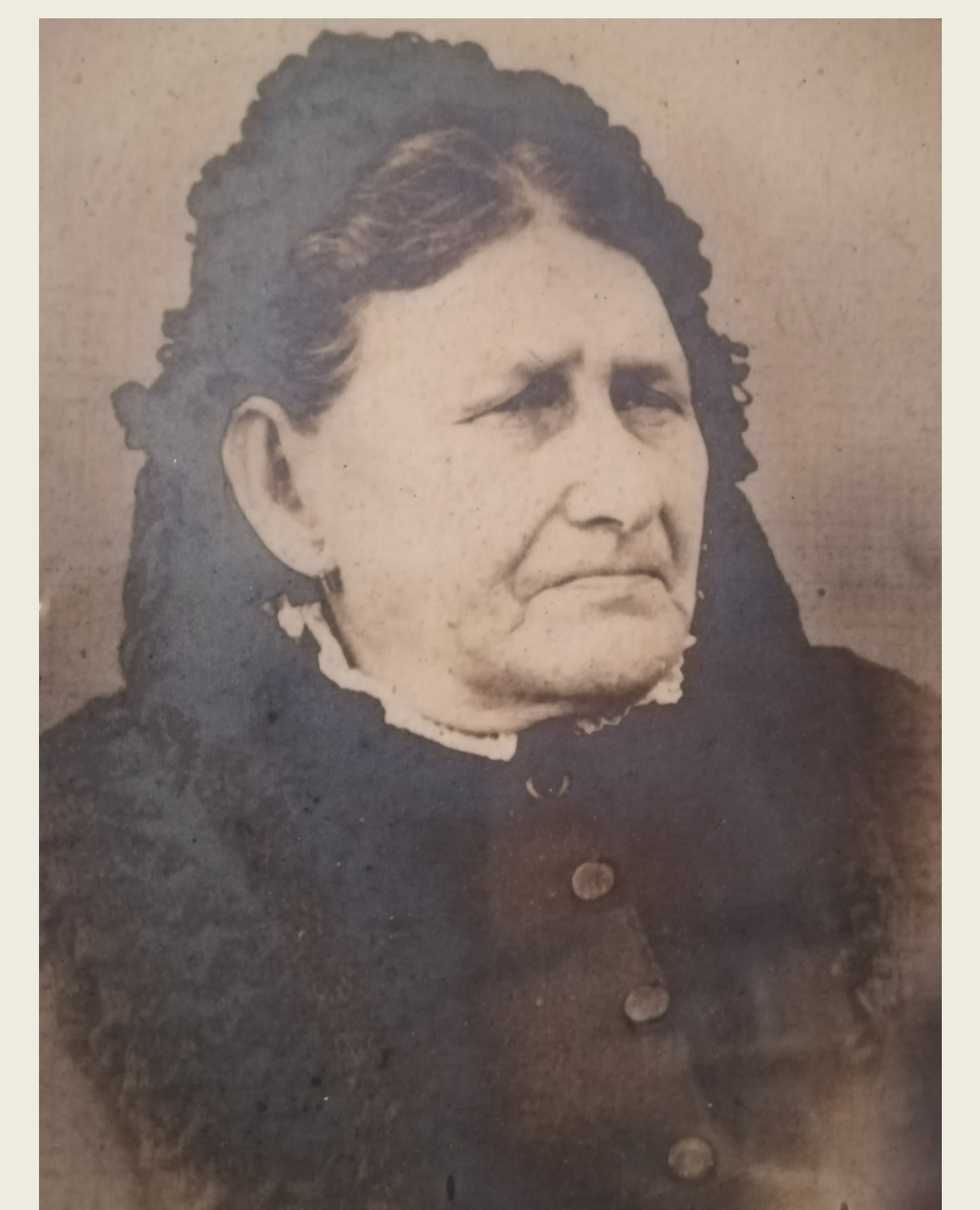
4 Miguel Arnau, que segue.
5 Gabriel Arnau, padre da Companhia, que no seculo se chamou Manuel Arnau, embarcou para a India.
6 Antonia Agostinha, mulher de Francisco de Queirós, n.º 46 em Tit. Queirós.
7 Maria Agostinha, mulher de Francisco Aires, n.º 12 em Tit. Aires de Figueiredo.

4= Miguel Arnau, viveu em Pedrógão Pequeno e casou com Catarina Lucas de Queirós, filha de Domingos Marques, e de sua mulher Maria de Queirós, n.º 67 em Tit. Queirós, e teve:

8 Gabriel Arnau, s. g.
9 Luisa Arnau Freire, mulher de Jacinto Duarte, n.º 39 em Tit. Vazes de Alvaro, c. g.
10 Maria Lucas, mulher de Manuel Vaz de Figueiredo, n.º 47 em Tit. Vazes de Alvaro.



Casimiro



Josefa da Silva Freire, mãe
de Casimiro Freire

7= D.Maria Arnau, n. ± em 1565, c.c. Manuel Freire, 1º de Agostinho de D.Isabel João 101

Tiveram:

8- D.Antônia Arnau, b. em Pedrógão Pequeno a 29/9/1585
8- D.Marta Arnau, b. em Pedrógão Pequeno a 14/20/1590
8- Matias Arnau, b. em Pedrógão Pequeno a 5/3/1594
8- Miguel Arnau, que segue 441 (freire)
8- Gabriel Arnau e
8- Rafael Arnau, gêmeos, bb. em Pedrógão Pequeno a 1/1/1601
8- P.e Manuel Arnau, Jesuíta, foi para a Índia
8- D.Antônia Agostinha, c.c. Francisco Queirós, s.g. 441
8- D.Marta Agostinha, c.c. Francisco Aires - § 26º 441

D.Leonor Arnau, n. ± 1610, c.c. João Freire, Cirurgião

Tiveram:

9- Manuel
9- D.Mariana Monteiro Arnau, que segue

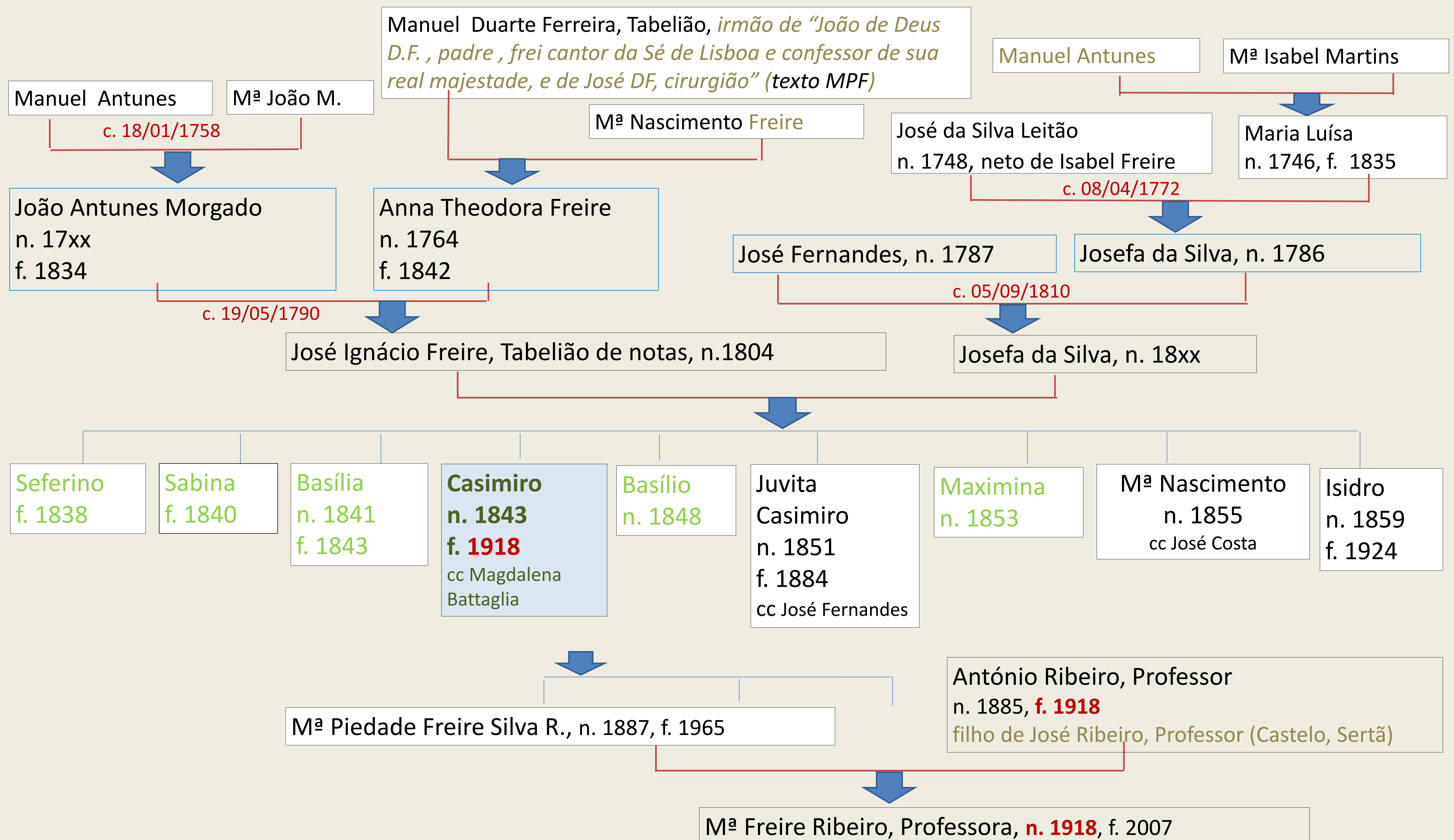
§ 20.º

*80= Antonio Arnau, que no § 13.º dissemos ser filho de Cristóvão Luis, n.º 13, entendemos ser o que casou com Antonia Luis, e teve:

122 Maria Arnau, mulher de Manuel Freire, filho de Agostinho Fernandes e de Isabel João, n.º 3 em Tit. Freires de Pedrógão Pequeno.

2. A origem (2)

Depois de Casimiro, uma família ligada ao ensino



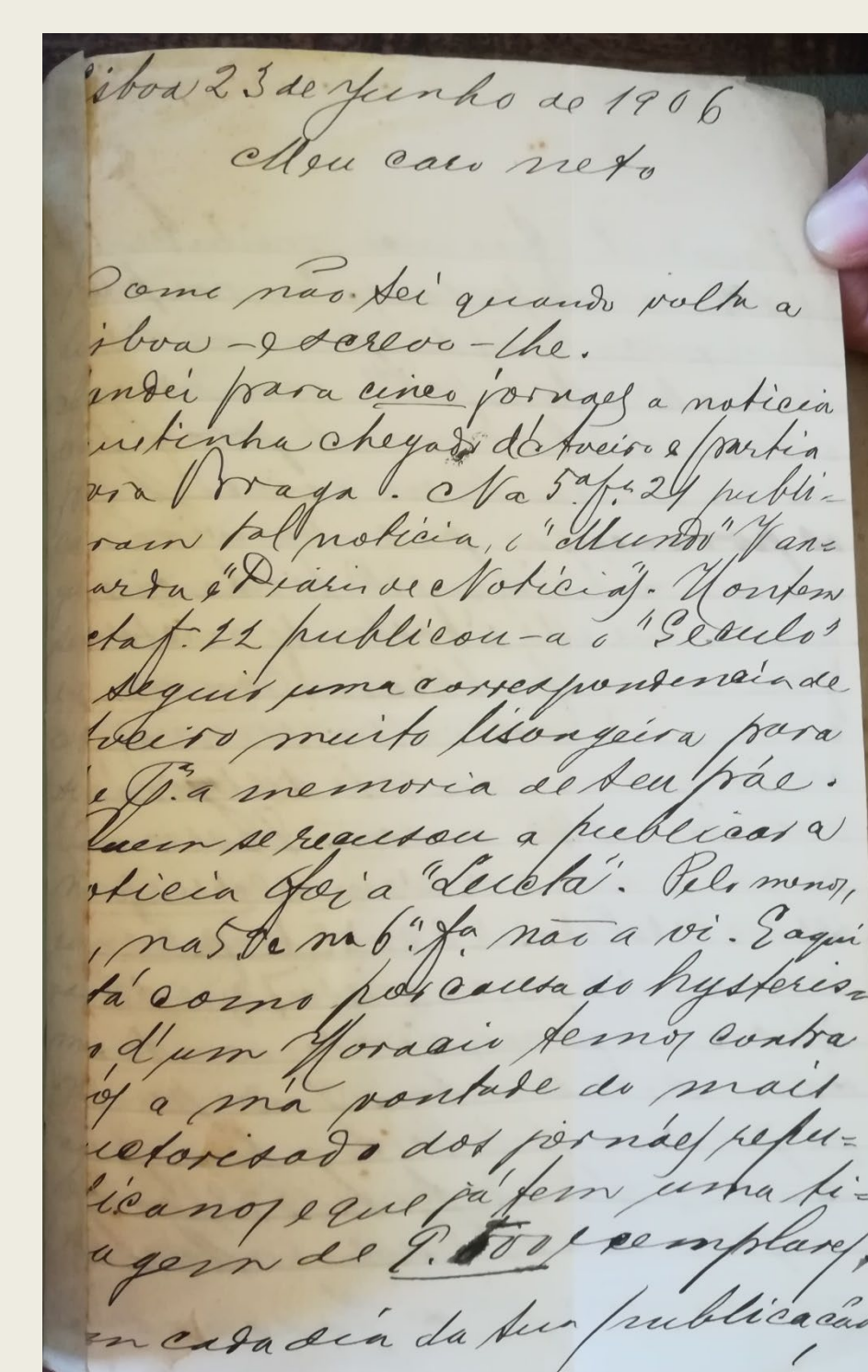
Casimiro Freire (1843-1918) casou com Magdalena (viúva), cuja filha do primeiro casamento com António Battaglia, Guilhermina Battaglia Ramos (enteada de Casimiro) casou com João de Deus (pai, o poeta, 1830-1896). Os filhos de João e Guilhermina eram tratados por Casimiro como netos, designadamente João de Deus Ramos (1878-1996), que continuou a obra do pai e tinha 18 anos quando este faleceu.

Além desta ligação, familiar, há uma outra:

Casimiro considerou que o **método de leitura criado por João de Deus era o mais adequado para resolver eficazmente o problema do analfabetismo nacional** (à época em que se iniciou a sua obra, quase 90% da população).

O Movimento das Escolas-Móveis (MEM), que criou e ao qual dedicou a sua vida, propunha-se, usando este método e com missões suportadas por fundos privados, resolver rapidamente este problema; das quatro primeiras missões, três tiveram lugar em **Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Ramalhos**, outra em Lisboa. O MEM deu origem à rede de Jardins – Escola João de Deus.

Grupo familiar: Casimiro Freire, esposa, irmã à esquerda. Foto cedida por Isabel Freire (arquivos família)



23 de Junho de 1902 – Casimiro Freire escreve a João de Deus Ramos, a quem trata por "Meu Caro Neto". Imagens cedidas pelo Museu João de Deus.

3. Notas biográficas (1)

Casimiro Freire teve uma educação severa, pois seu pai foi um antigo oficial absolutista, o que talvez tenha sido uma das causas que o impeliu para a defesa dos ideais avançados da democracia pura.

Foi para Lisboa aos 13 anos, com uma educação básica, e empregou-se em casas de comércio. Aos 18 anos, entrou para o escritório de João Jacinto Fernandes, negociante de cereais, espírito esclarecido e aberto a todas as nobres ideias. Estudando nas horas vagas habilitou-se para guarda-livros da empresa *João Jacinto Fernandes e Cª*, do seu honrado patrão, amigo e correligionário, de quem depois foi sócio e mais tarde sucessor.

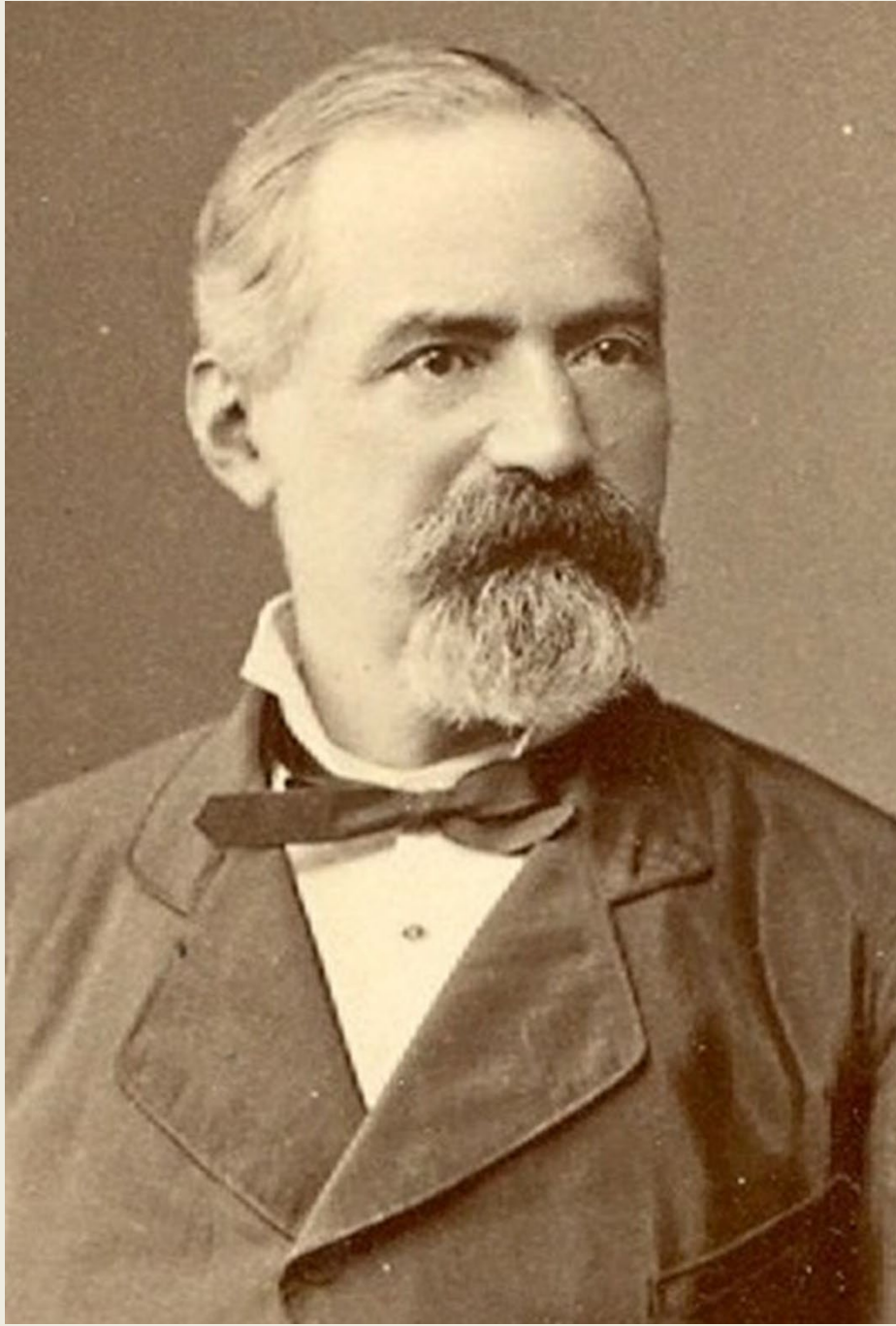
Pelo seu esforço pessoal e iniciativa, falava e escrevia com a maior correcção, sabia francês e italiano, e possuía a ilustração própria de homem culto, distinguindo-se nas questões económicas e de instrução (testemunho de Sebastião de Magalhães Lima, in *“Comércio e Indústria”*, 1904).
“Tinha todas as qualidades pessoais para triunfar. Era dotado de talento, perspicácia e viveza de engenho para os estudos.”

Tornou-se um negociante de prestígio impondo-se pelo saber, pela honradez, pelo procedimento, "é dos que acreditam a praça de Lisboa aos olhos do país, e no conceito do estrangeiro"...."Calmo e sereno, lidava com negócios de grande monta, como eram então os do sector cerealífero" (Pereira, 1999).

Polemista de imprensa desde 1862 (aos 19 anos), estreou-se na *“Democracia”*, jornal fundado por José Elias Garcia, um dos precursores da República. Defendendo já a instrução popular e os princípios republicanos, continua a escrever no *“Século”*, *“País”*, *“Vanguarda”*, *“Comércio de Portugal”*, *“Mundo”*, entre outros, como *“O Povo de Aveiro”*, dirigido por Francisco Homem Cristo, outro dos mais acérrimos defensores da alfabetização (nos quartéis) pelo método de JdDeus.

Em 1876, com Oliveira Marreca, Sousa Brandão, Bernardino Pinheiro, Elias Garcia cooperou na fundação do primeiro centro republicano, onde era o nº 17, com a denominação de *Centro Eleitoral Republicano Democrático de Lisboa*.

A 25 de Março do mesmo ano, tomou parte no banquete memorável do palácio Quintela, no qual se celebrou a queda do marechal Mac-Mahon, presidente da República Francesa, que este pretendeu atraiçoar (Homem, 1990).



João Jacinto Fernandes (1821-1904), patrão de CF na juventude deste, sendo depois sócios, até se aposentar nos anos 80, após o que CF se tornou seu sucessor.

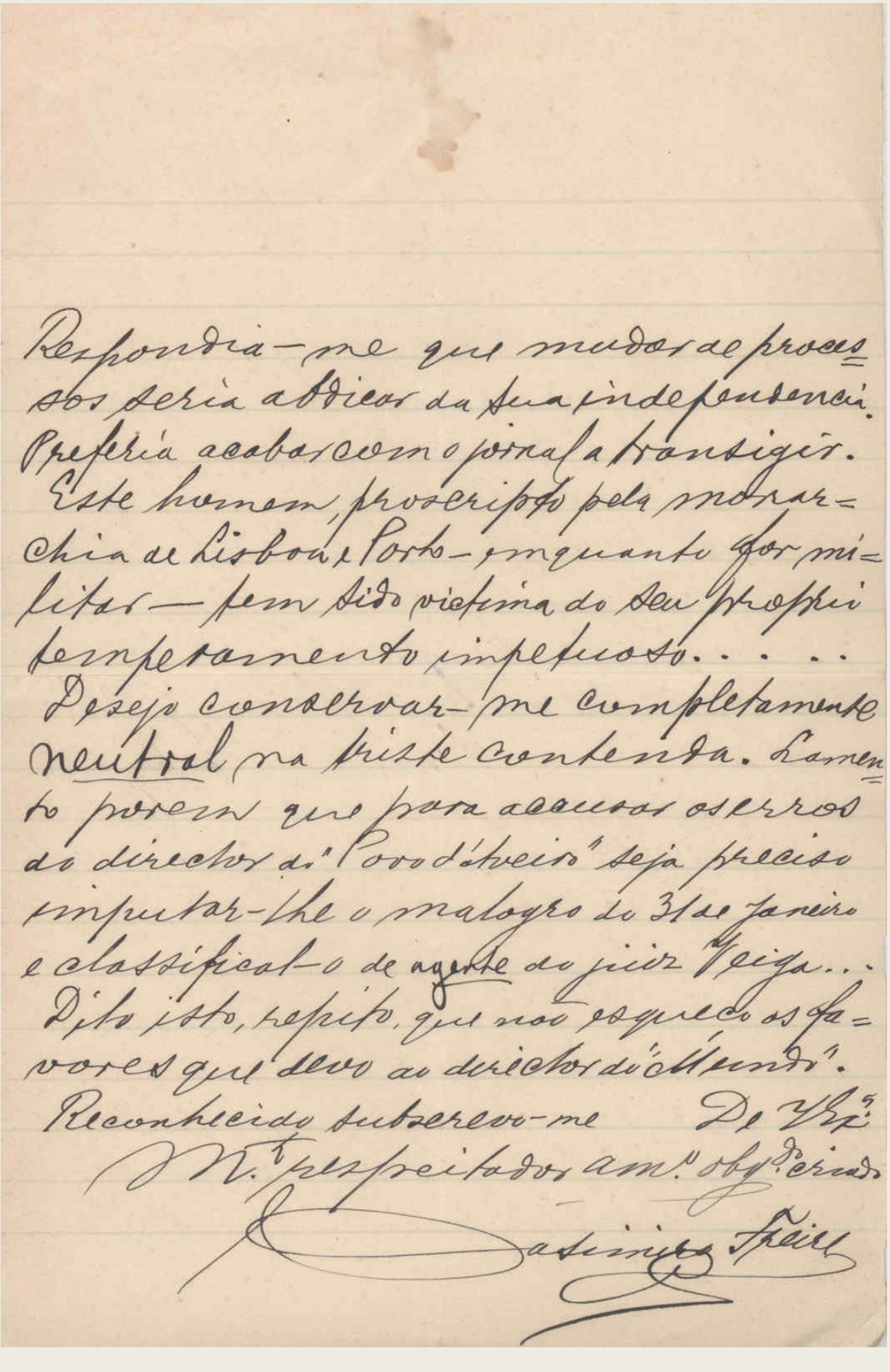
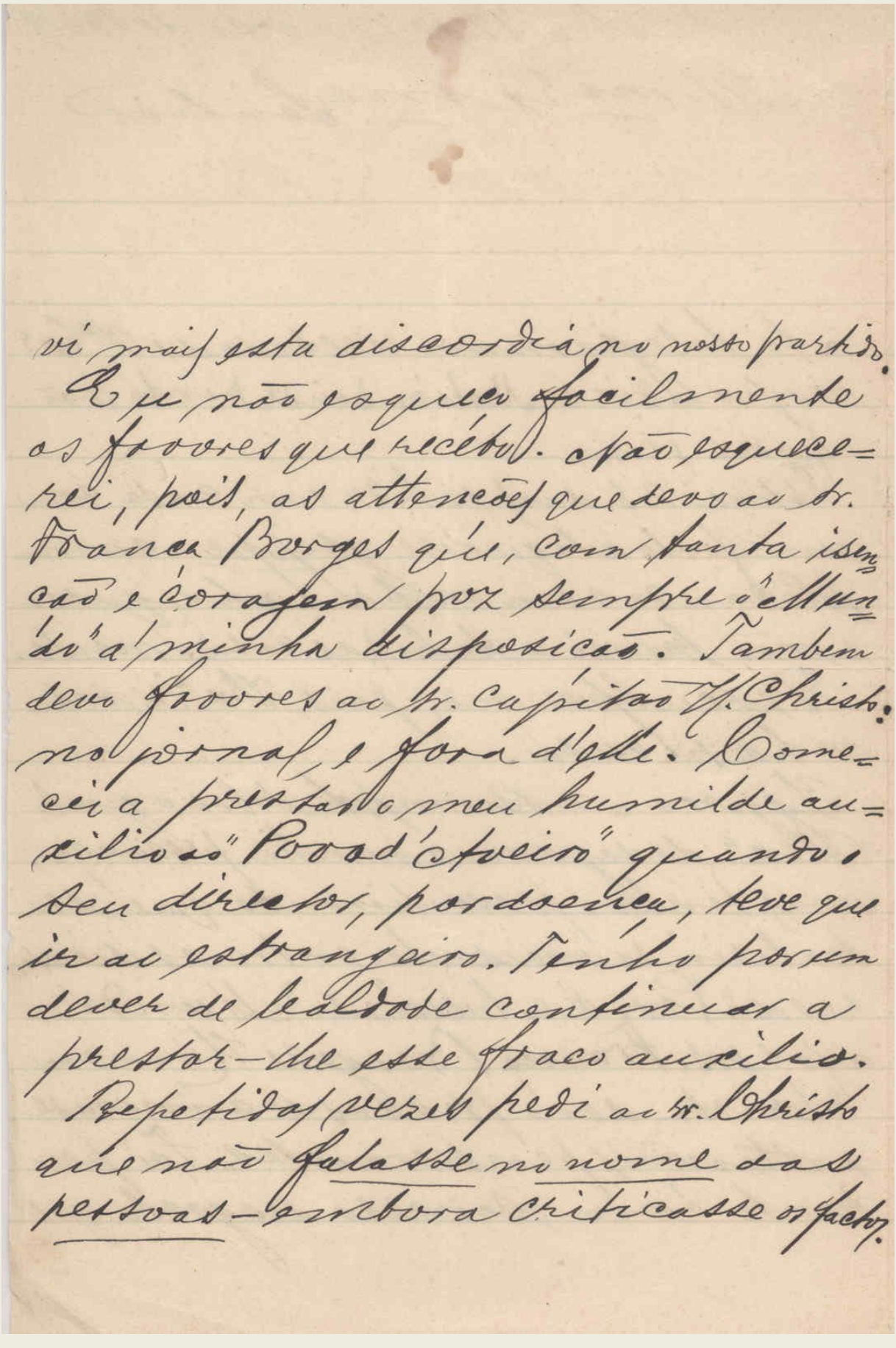
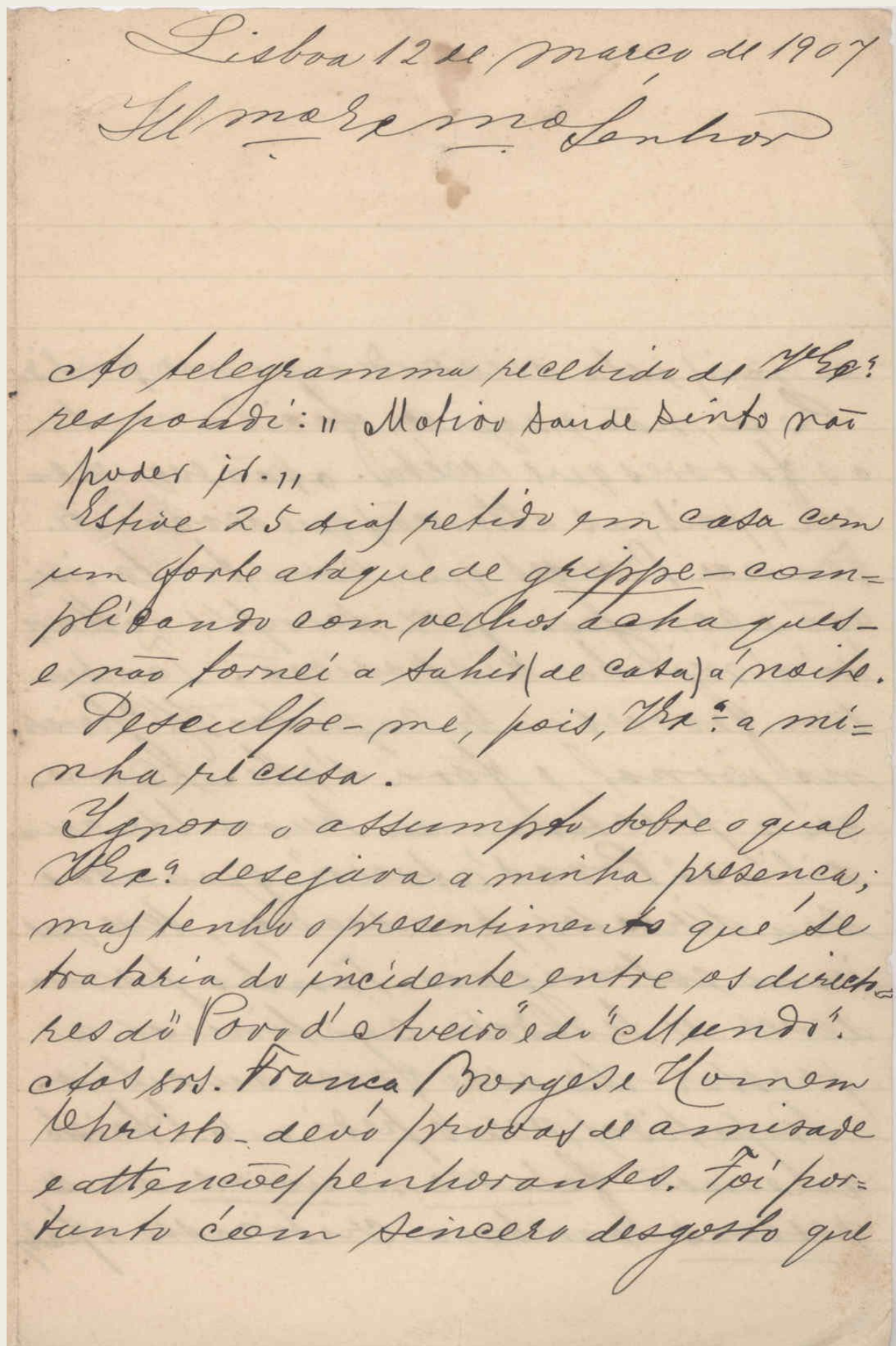


José Joaquim da Silva Graça (1858-1931), natural de Pedrogão Grande, director e proprietário do jornal “O Século”.



José Jacinto Nunes (1839-1931), de Pedrógão Grande, grande defensor da democracia e da República, foi presidente da Câmara Municipal de Grândola.

Fotos cedidas pelo AM de Pedrógão Grande (AH/NS)



12 de Março de 1907 - Casimiro Freire escreve a Bernardino Machado, falando do incidente entre Homem Cristo e França Borges e revelando-lhe o seu desejo de se manter neutral devido à amizade com ambos.

Documentação cedida pelo Arquivo Municipal de Pedrógão Grande
Créditos da documentação: Fundação Mário Soares

3. Notas biográficas (2)

Tendo, nesse mesmo ano de 1876, o grande poeta João de Deus publicado a sua notável obra “Cartilha Maternal: Método de Leitura”, Casimiro Freire, que já era seu amigo e admirador, e que tanto encorajou a sua publicação, tornou-se um dos maiores propagandistas do novo método, porque viu nele o instrumento fácil de derramar a instrução elementar. Afirmava: «*o método de João de Deus e as Escolas Móveis podem resolver o problema do analfabetismo*».

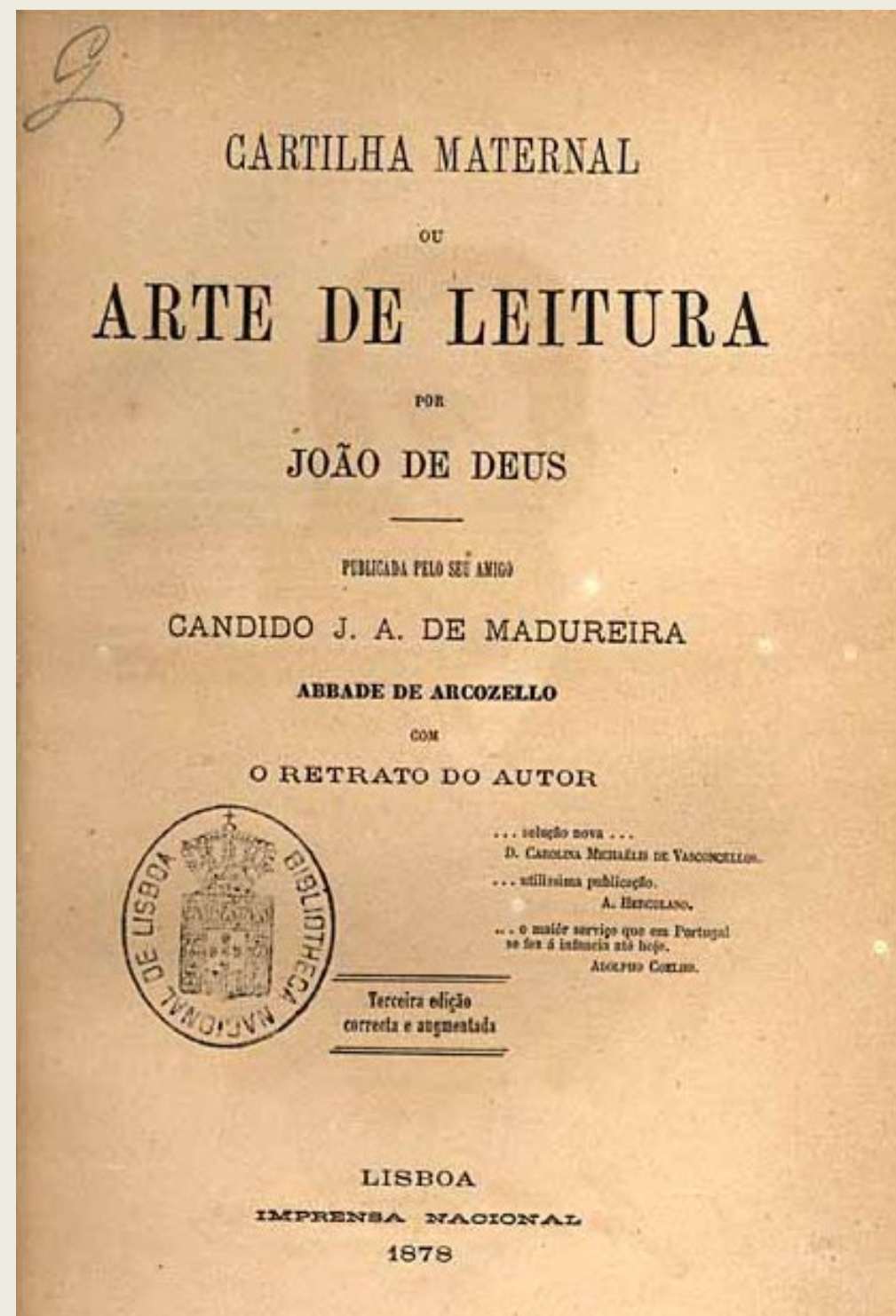
Desenvolveu acérrima propaganda oral e escrita, que culminou na publicação de artigos no “*Século*” em Março de 1881, onde se insurgiu contra a incúria dos governos monárquicos no combate ao analfabetismo e propondo que fossem enviados, aos mais recônditos lugares de Portugal, missões de alfabetização de professores habilitados para ensinarem a ler e a escrever.

Estavam assim lançadas as bases da obra monumental que se tornou a obsessão de toda a sua vida, a Associação das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus (AEM), em 18 de Maio de 1882 «*(...) com o fim de ensinar a ler, escrever e contar pelo método de admirável rapidez, do Senhor Dr. João de Deus (pai, o poeta), os indivíduos que o solicitassem, até onde permitissem os seus meios económicos, enviando nesse intuito às diversas povoações da nação portuguesa professores devidamente habilitados – não se envolvendo em assuntos políticos, nem quaisquer outros alheios ao seu fim.*».

Casimiro, um dos maiores subscritores da AEM, foi seu tesoureiro durante 26 anos e depois Presidente Honorário.

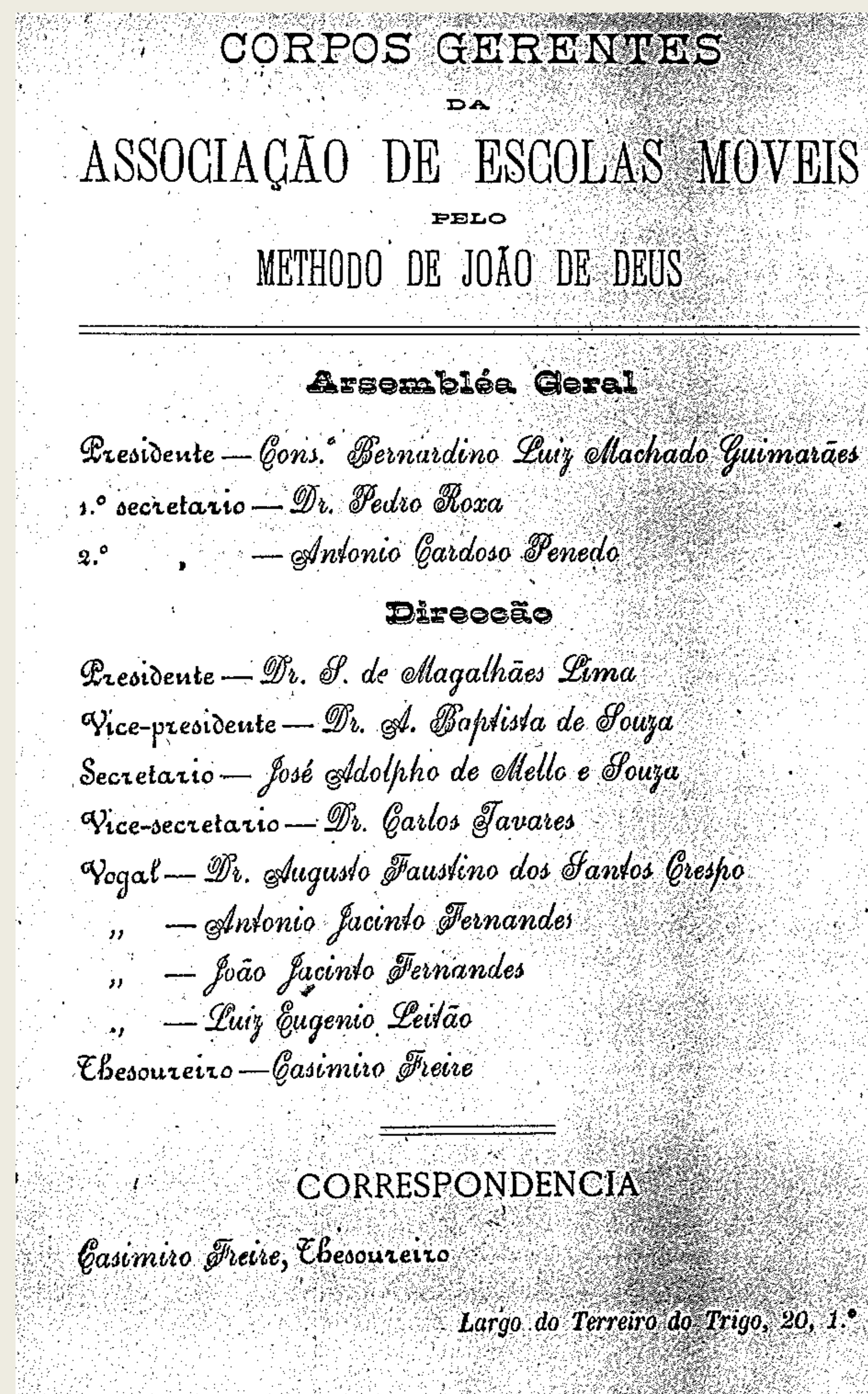
Graças ao seu esforço, abnegação, à activíssima propaganda nos jornais do partido e ao facto de ser dirigente nalgumas agremiações, todos os centros e associações escolas fundadas para difundir o ideal republicano, adoptaram o novo método.

Com alma de filantropo, cedeu a João de Deus, um primeiro andar da empresa onde trabalhava, no Largo do Terreiro do Trigo, nº 20, para ser a sede da Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus. Pode mesmo afirmar-se que, sem a desinteressada propaganda de Casimiro Freire, expandindo as missões escolares por todo o país, o método de João de Deus dificilmente teria vingado. As Escolas Móveis funcionaram durante 40 anos, até 1922.



Extracto da 3.ª edição da “Cartilha Maternal”, existente na Biblioteca Nacional.

Foto e assinatura de João de Deus, pertencente ao arquivo do Clube da Sertã.



Relatório 1889 a 1892 da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus

3. Notas biográficas (3)

Em 1883, percorreu o país com Magalhães Lima, José Jacinto Nunes e outros oradores, falando em comícios contra a *Salamancada*, um dos muitos escândalos da monarquia.

Foi eleito membro efectivo do Directório do Partido Republicano Português.

Em 1885 e 1887, foi proposto na lista republicana para vereador da Câmara Municipal de Lisboa, sendo um dos mais votados.

Em 1887 fez parte da comissão que regulamentou a primeira lei dos cereais, propondo, então, o manifesto da produção do trigo, que só em 1916 foi exigido.

Mobilizou-se especialmente em relação a problemas de alimentação dos mais desfavorecidos, do acesso à educação das mulheres...

Em 1890, por ocasião do afrontoso Ultimato da Inglaterra, editou e fez distribuir um folheto “Portugal Desagravado”, e foi nomeado para a grande Comissão da Subscrição Nacional a Favor da Defesa do País *“a fim de se adquirirem todos os possíveis elementos marítimos de defesa para a Metrópole e Colónias”*.

Ainda em 1890, foi eleito para a direcção da Associação Comercial de Lisboa, onde se manteve até se demitir em 1893.

É autor das notáveis representações de 1890 e 1893 acerca da velha e nova legislação sobre cereais, e ainda o trabalho de consulta constante sobre os impostos portugueses, chegando a ser nomeado vogal da Comissão Permanente de Cereais, na qualidade de delegado da Associação Comercial.

Foi Casimiro quem, em 1894, lançou nas colunas do “Século” a ideia da homenagem nacional a prestar ao imortal poeta e pedagogista, publicando uma série de artigos sob o título - «João de Deus e a gratidão nacional», e dessa acção resultou a consagração que por sua vez lhe é feita em Março de 1895, comemorando o seu 65º aniversário.

João de Deus faleceu em 1896. Casimiro Freire assume um papel de relação familiar estreita com os filhos do poeta, tratando-os como netos, por serem filhos da sua enteada e pela forte amizade com o falecido marido desta.

A PROPÓSITO DO MONUMENTO A JOÃO DE DEUS

UMA CARTA DE CASIMIRO FREIRE

DIRIGIDA A UMA COMISSÃO DE SENHORAS, COMISSÃO PROMOTORA DO MONUMENTO, SEGUNDO A «MAQUETTE MOREIRA RATO»

Ill.^{mas} e ex.^{mas} sr.^{as} de todo o meu respeito.—Tive a honra de ser convidado por v. ex.^{as} para a reunião que hoje ha-de realisar-se na Sala Algarve da Sociedade de Geographia, a fim de ser apresentada a comissão incumbida de promover a execução do monumento a João de Deus, segundo a *maquette* do illustre estatuário sr. Moreira Rato.

Inhibido, por causas intimas, de comparecer, rogo a V. Ex.^{as} a mercê de me permittirem que dê por escripto o meu humilimo voto.

Em 1894 publicando doze artigos no *Seculo* «*João de Deus e a gratidão nacional*» disse que não se justificava a apotheoze que se projectava fazer ao nosso *educador nacional* emquanto o paiz, na sua maioria composto de analfabetos, desconhecesse a sua obra. . . Sem n'isso pensar, segui a orientação de Camillo Castello Branco, que no seu *Cancioneiro Alegre* disse: «O maximo poeta de coração é João de Deus, o mestre de meninos, que devia comear por onde acabou: primeiro ensinar a ler o paiz; depois publicar os seus deliciosos poemas. . .».

A glorificação do poeta — realisada em marco de 1895 —tambem se associaram os altos poderes do Estado. Mas —mezes depois do grande festival— a provar a incoherencia e o convencionalismo de taes festas — esse mesmo Estado glorificador, por uma circular da Inspecção Escolar, de novembro, mandava retirar das escolas officias de Lisboa e Porto a *Cartilha Maternal* —que as côrtes de 1888 haviam mandado *generalisar pelas escolas do paiz como methodo nacional*.

Esta affrontosa zombaria, depois das honras que lhe haviam sido prestadas, humilhou e vexou de tal modo o poeta — que dois mezes depois de conhecida a iniqua circular — fallecia.

A imprensa occupou-se d'esta espantosa iniquidade.

Na *Revista Moderna*, janeiro de 1896, tomo II, n.º 29, pag. 47, reproduzem-se estas amarguradas palavras de João de Deus: «*Se eu tivesse a certeza de que o João Franco sabia isto, devolvia-lhe a grã-cruz que me deram em reconhecimento dos meus serviços á instrução, para elle a dar ao Raposo*».

As cartas de lei de agosto de 1888 e de julho de 1903, pelo voto unânime das côrtes, reconheceram as vantagens do methodo, cujo auctor os decretos de 1895 e 1896 declararam *benemerito*? Pois ahí está o *poder executivo*, deploravel incoherencia! uma vez mais, pretendendo annullar as resoluções dos representantes da nação. *A' custa do thesouro publico o ministerio da guerra* mandou imprimir o anno passado, na *Imprensa Nacional*, a *Cartilha Militar*. A mais ligeira análise d'este livro, em confronto com a *Cartilha Maternal*, constata a affirmação do *Povo de Aveiro*, n.º 493, de 17 de janeiro ultimo: que em 34 lições da *cartilha do governo* — 30 são copiadas e plagiadas da *Arte de Leitura* de João de Deus!

Decorridos 33 annos depois de publicado o methodo —celebrado até por estrangeiros — como v. ex.^{as} podem verificar no *ultimo relatório das Escolas Móveis*, que peço licença para enviar, eis que o Estado, sem escrúpulos, *excedeu* todos os *auctores* (?) que sobre a *Cartilha Maternal* «*calcaram*» (?) as suas *cartilhinhas*. . .

Quatorze annos de meditação e análise da lingua portugueza consumiu João de Deus na solução do problema do ensino da leitura e da escripta: 1862 a 1876! . . . E porque *as sementes do bem e do mal, quem as lança no mundo, quasi todas, são as mães e os mestres*— João de Deus no prologo da sua *Cartilha Maternal* disse: «As mães que do coração professam a religião da adoravel innocencia, e até por instincto sabem que em cerebros tão tenros e mimosos todo o cansaço e violencia pode deixar vestígios indeleveis, offerecemos n'este systema profundamente pratico o meio de evitar a seus filhos o flagello da cartilha tradicional». E tendo a consciencia do alto serviço que tinha prestado ao seu paiz (a *Arte de Leitura* de João de Deus é, no ensino elemental, o mais luminoso trabalho até hoje prestado á humanidade) — pondo termo á réplica aos detractores do seu methodo, escreveu — (*Cartilha Maternal* e a *Critica*, pag. 238): «Quando d'aqui a meia duzia de annos não houver em Portugal um único analfabeto, a não ser recémnascido ou macrobio, então a critica volverá seus olhos arregalados para todos esses figurões, que sem talento, nem sciencia, nem consciencia, se esforçaram por abafar, suffocar, desacreditar, infamar um instrumento de civilisação, de que ainda todos os portuguezes se hão de orgulhar».

Como aquelle generoso coração se enganou, ex.^{mas} senhoras ! Em pleno seculo xx quatro quintos da população portugueza continua illetrada. Consta-se que ainda ha sem uma modesta escola 1:300 freguezias de Portugal!

Quanto aos detractores de 1878 — 30 annos depois — com novos disfarces, manhas e artificios, elles, possuidos do mesmo



Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928), advogado, jornalista, político e fundador do jornal “O Século”.

Foto cedida p/ Arquivo Municipal de Pedrógão Grande (AH/NS)



Homem Cristo (1860-1943), oficial do exército, tendo aí introduzido o método JdeD, fundador do jornal “O povo de Aveiro”, Prof. Universitário na Fac. Letras de Lisboa.

Sala Casimiro Freire, Museu João de Deus.

Segundo Casimiro Freire, João de Deus morreu de desgosto, apenas dois meses depois da retirada da Cartilha Maternal pela Inspecção Escolar, enquanto livro das escolas oficiais de Lisboa e Porto, em Novembro de 1895.

Extracto da carta de Casimiro Freire, publicada na Instrução do Povo, nº 3, de 1909.

Em 1899, Casimiro foi eleito efectivo do Directório do Partido Republicano Português.

Em 1911, foi o mais votado da Junta Consultiva do mesmo partido.

3. Notas biográficas (4)

Os relevantes e desinteressados serviços que Casimiro Freire prestou à causa da instrução foram reconhecidos e apreciados por várias entidades e agremiações entre outras:

- a “*Società Luigi de Camoens*”, de Nápoles, que o nomeou seu sócio correspondente em 16 de Outubro de 1906;
- a “*Sociedade Promotora de Educação Popular de Lisboa*”, que o nomeou seu sócio honorário em 3 de Outubro de 1906 e
- o “*Grémio Literário e Comercial Português*”, do Pará, que igualmente o nomeou *sócio correspondente* em 16 de Outubro de 1906.

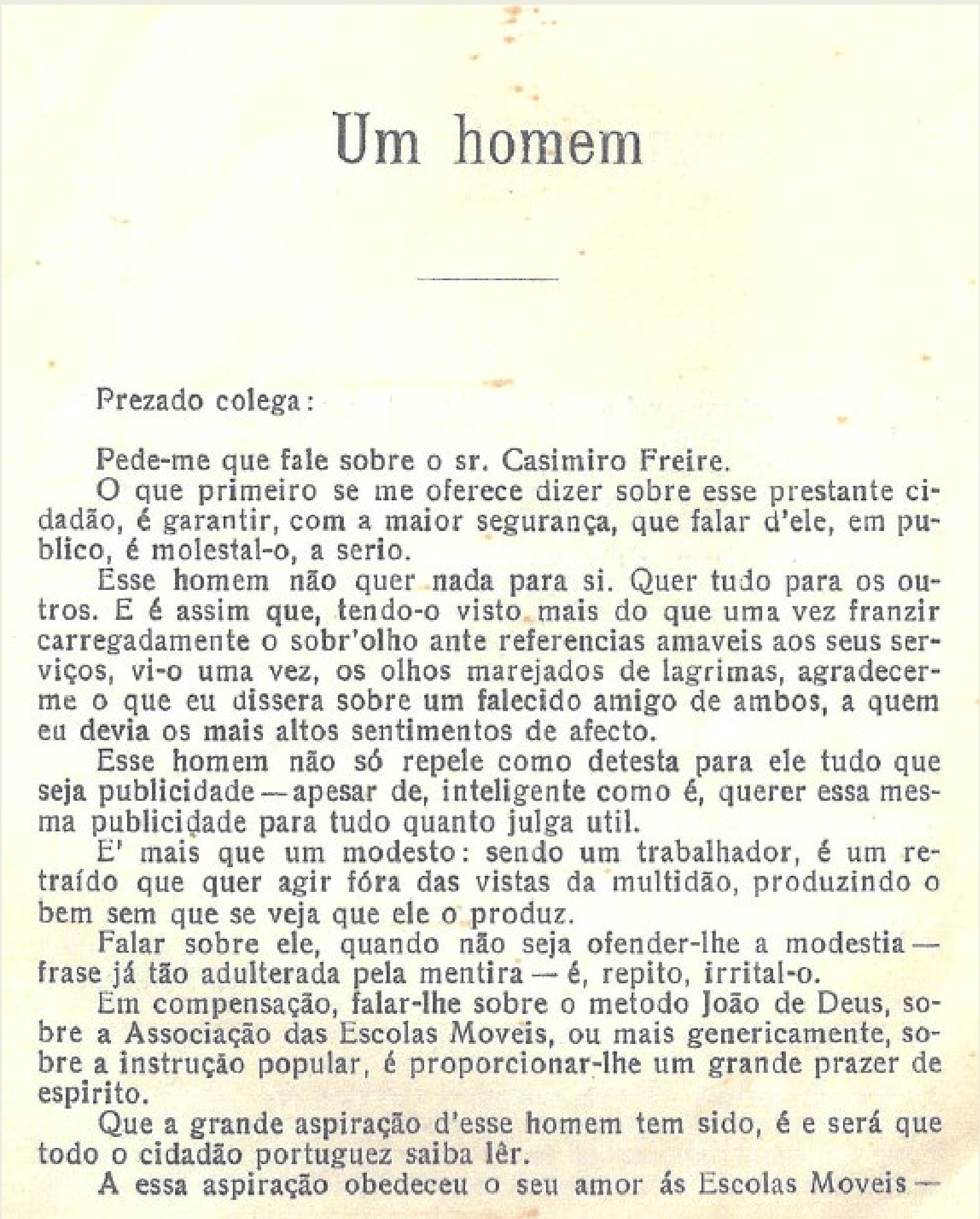
Na Associação das Escolas Móveis, deixou as funções de tesoureiro em 1908, tendo sido, nomeado Presidente honorário. Estas circunstâncias ficaram a dever-se ao facto de ele se envolver em negócios de fazenda e em questões judiciais com o conde da Folgosa e a casa bancária Pinto Leite, do Porto, para salvar um parente da sua mulher. Mas apesar dos desgostos, prejuízos e injustiças de que foi vítima, Casimiro Freire continuou sempre na luta pela instrução e educação do povo, em jornais, revistas, congressos e na própria Associação de Escolas Móveis, cujos trabalhos dirigia.

O Governo provisório da República, reconhecendo o seu elevado merecimento e os serviços prestados pela Associação publicou uma portaria de Louvor em 24 de Janeiro de 1911, assinada pelo grande tribuno Dr. António José de Almeida.

Por decreto de 5 de Junho de 1915, sendo Ministro da Instrução Pública Magalhães Lima, foi encarregado da catalogação e organização do Museu Bibliográfico, Pedagógico e Artístico João de Deus na Estrela.

A 31 de Dezembro de 1915 desligou-se do partido republicano, para, tal como escreveu numa carta: «morrer apenas republicano».

As Câmaras Municipais da Sertã e Lisboa deram o seu nome, a primeira, a uma das ruas de Pedrógão de Pequeno e a segunda a uma das novas ruas no bairro dos Aliados, ao Areeiro.

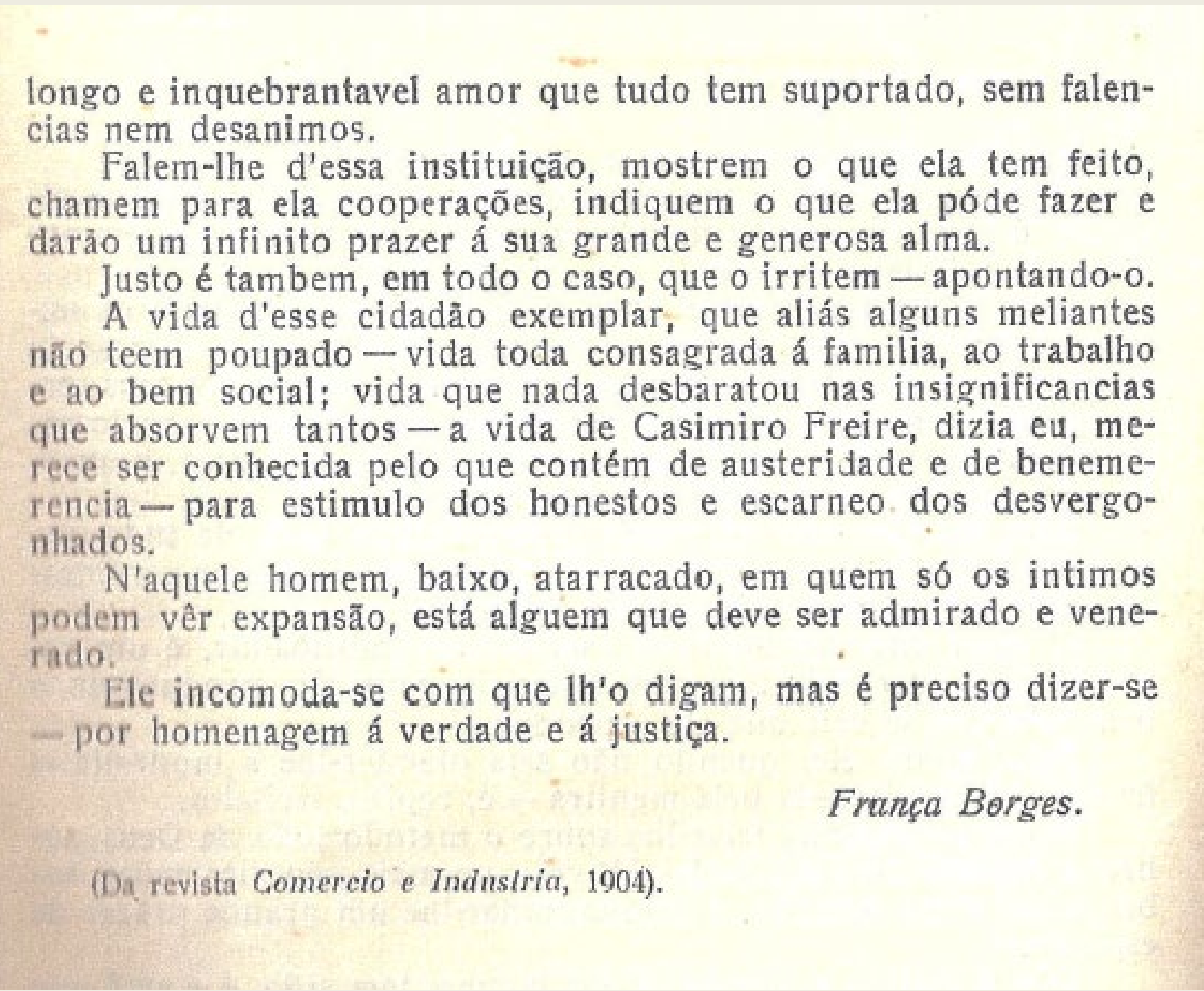


Diploma de sócio correspondente da *Società Luigi de Camoens*. Imagem patente em “*Um apóstolo da instrução popular e da democracia*” (1930)



Diploma de sócio correspondente no *Grémio Literário e Comercial Português*, no Pará, onde a colónia portuguesa auxiliava fortemente a causa das Escolas Móveis. Imagem patente em “*Um apóstolo da instrução popular e da democracia*” (1930)

A imprensa não tem pudor em retractar Casimiro Freire agradavelmente, como França Borges o demonstra no nº 175 do jornal “Comércio e Indústria”, em 1904.

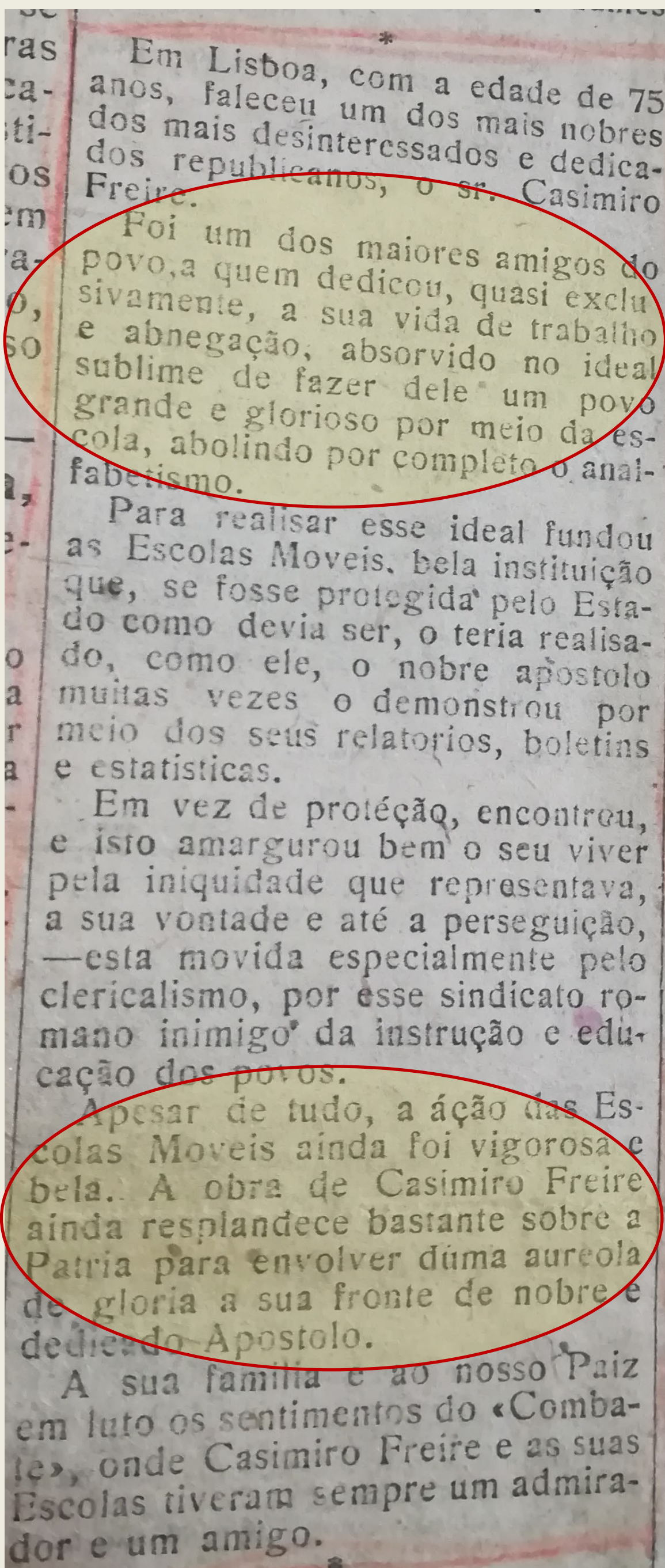
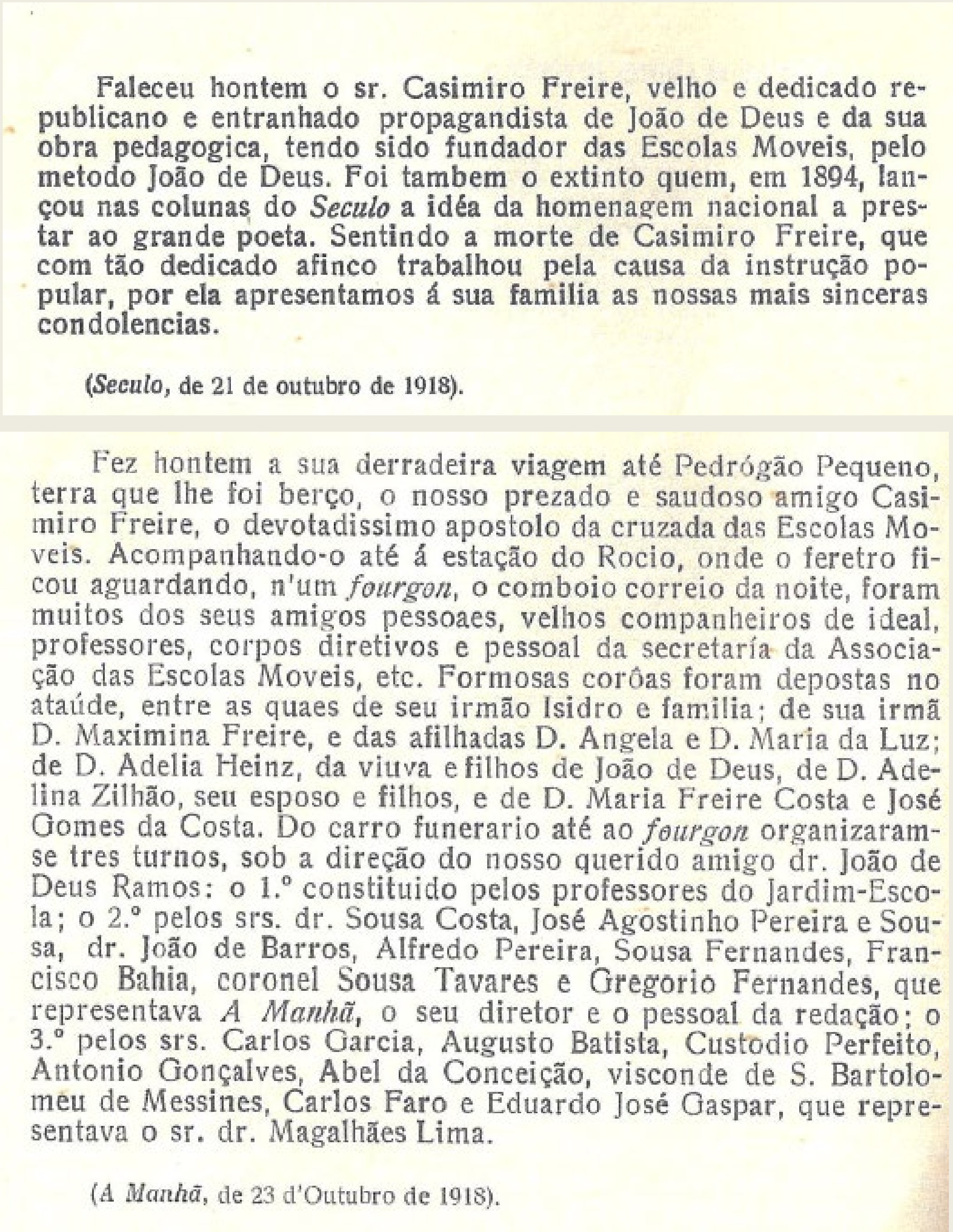
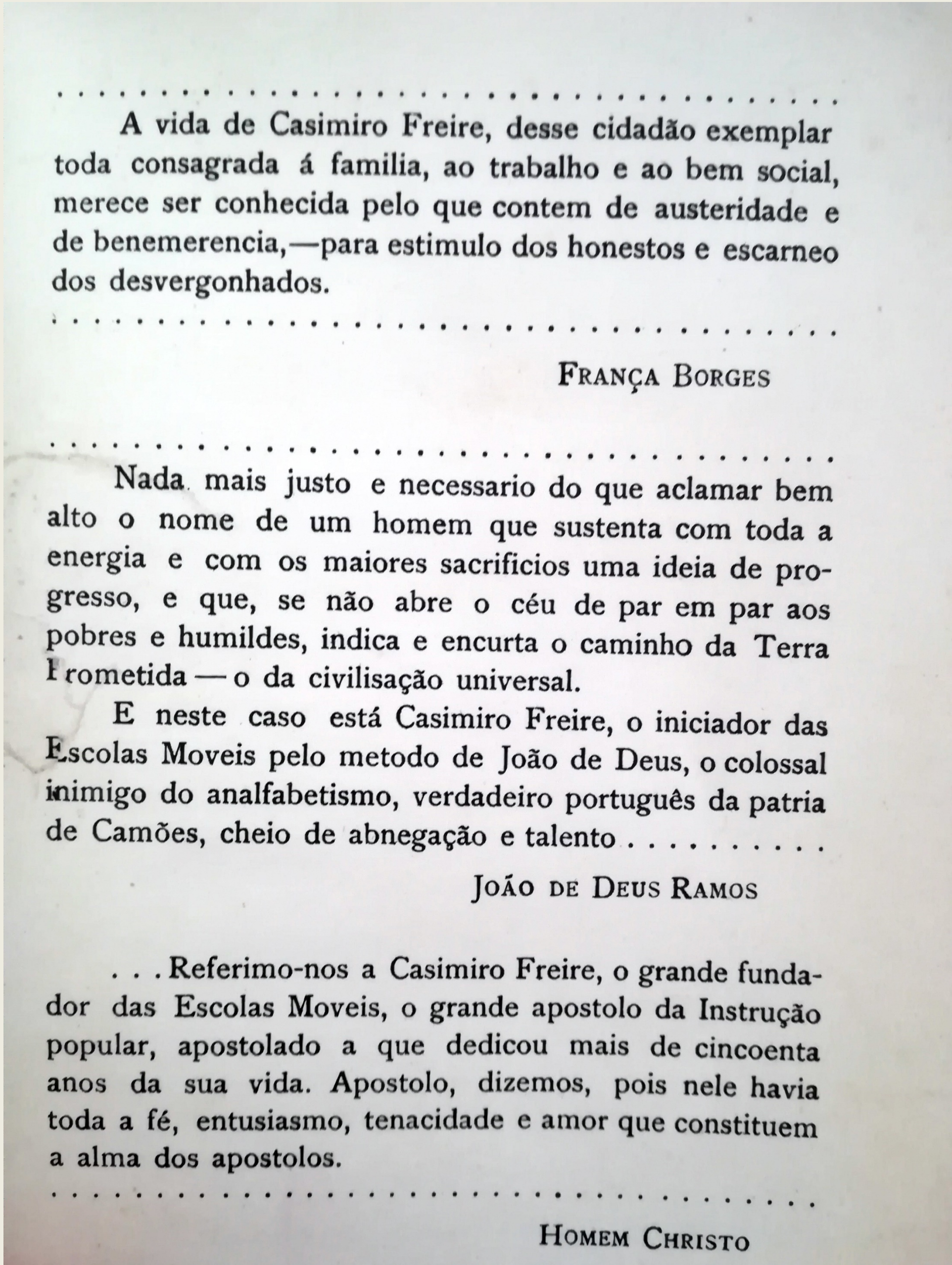


3. Notas biográficas (5)

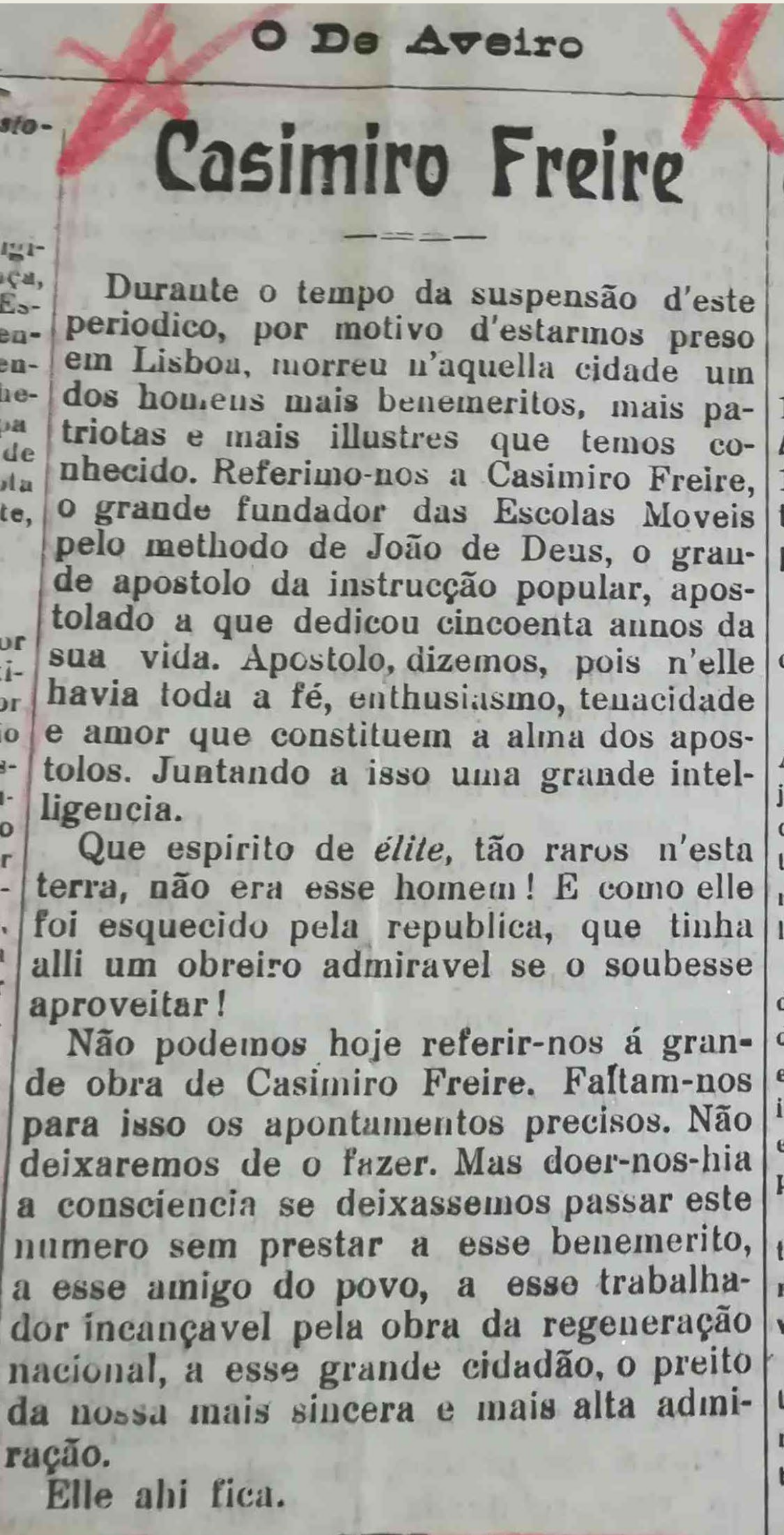
Morreu a 20 de Outubro de 1918, pelas 17 horas, na sua casa, na Rua das Gaivotas, em Lisboa, num período de guerra na Europa e graves conflitos político/sociais internos, e de perda ou doença de vários elementos da própria família devido à epidemia que grassava, a pneumónica.

No dia 22 de Outubro o seu corpo partiu da estação de comboios do Rossio num *fourgon* do comboio-correio da noite. O corpo está em Pedrógão Pequeno, num jazigo de família, onde estão sepultados os seus pais. A acompanhar o cortejo foram muitos amigos íntimos, velhos companheiros de ideal, professores, corpos directivos e pessoal da secretaria da Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus. Também o acompanhou o seu irmão Isidro Freire, as suas irmãs Maximina Freire e Maria Freire Costa, José Gomes da Costa, as suas afilhadas Ângela, Maria da Luz e Adelaide Heinz (pupila de Casimiro), a viúva de João de Deus e os seus filhos, Adelaide Zilhão e o seu esposo.

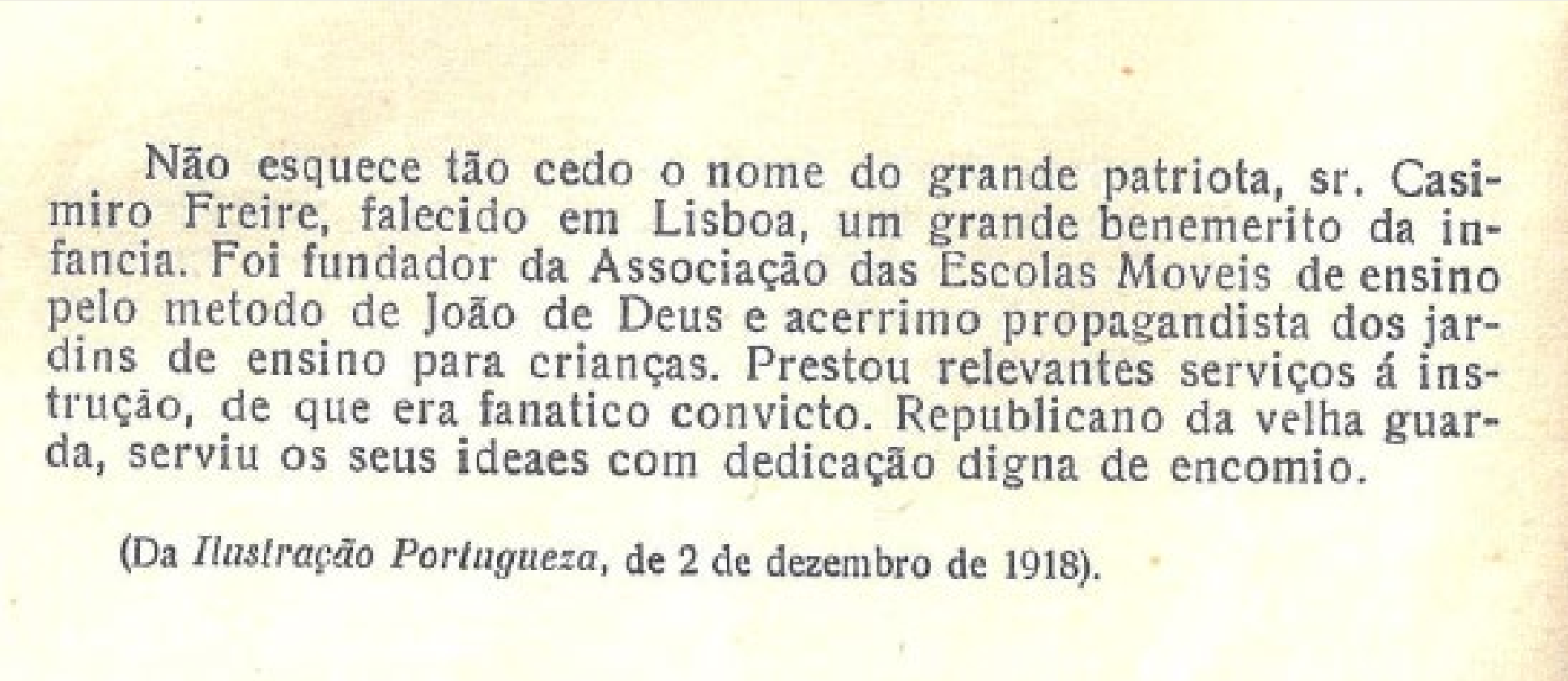
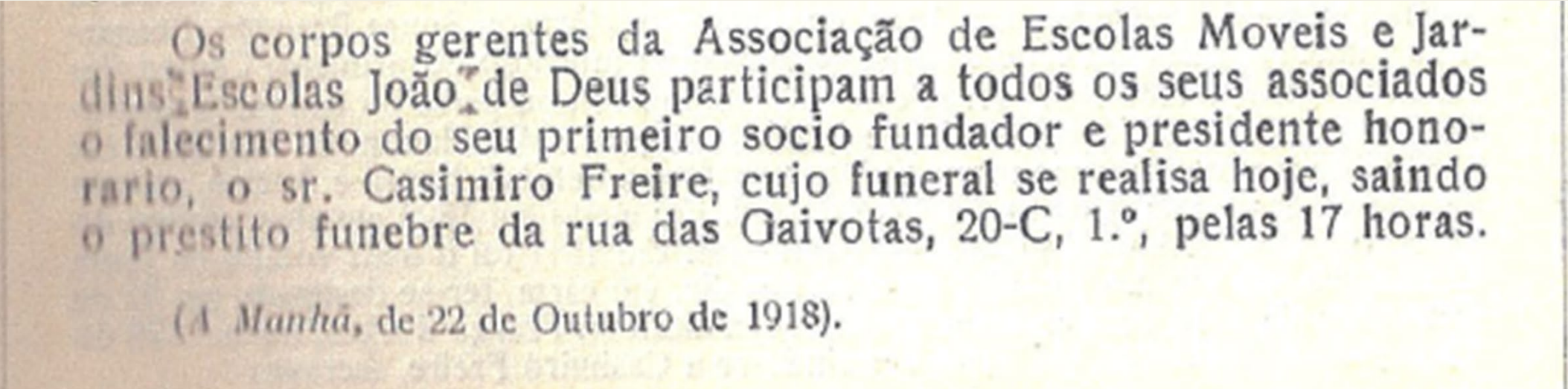
A sua morte originou um vastíssimo leque de notícias na imprensa, eis alguns exemplos



In “O Combate”



Fevereiro de 1919



Já depois de concluído este relatório deu-se o falecimento do presidente honorário da nossa Associação, Casimiro Freire. Não queremos porém, que a publicação deste número se faça, sem prestarmos à memória do fundador da Associação de Escolas Móveis, o preito que merece e as homenagens de que é digna, pois Casimiro Freire foi, de todos os nossos cooperadores, aquele que com maior entusiasmo, mais viva dedicação e mais profundo carinho trabalhou.

Devem-se-lhe em grandíssima parte – e não o esqueceremos nunca – os resultados já colhidos. O seu combate ao analfabetismo e a paixão pela obra que estamos realizando foram de todos os instantes, através de tudo e contra tudo, sem o mínimo esmorecimento, sem o mais ligeiro desânimo.

Foi um exemplo de persistência e lealdade, digno de uma alma como a sua e de um carácter como o seu. Procuraremos segui-lo, certos de que a melhor homenagem que podemos prestar à sua memória será fazer progredir esta instituição a que ele dedicou tantos anos da sua vida, todo o valor da sua rara inteligência e todo o esforço da sua vontade.

4. As Escolas Móveis pelo método João de Deus

4.1. Contexto histórico

Durante a monarquia constitucional, os republicanos contestavam as políticas educativas, face à realidade estrondosa das elevadas taxas de analfabetismo da população portuguesa, registadas a partir do censo populacional de 1878. Os índices de alfabetização registados entre 1878 e 1911 colocavam Portugal distante das taxas registadas na vizinha Espanha e nos países da Europa central.

A par dos métodos usados, de que muitos professores reclamavam da sua reduzida eficácia, havia problemas de ineficácia administrativa.

Paulo Guinote refere exemplos caricatos (entre 1900 e 1909) que reflectem a extrema inoperância e lentidão das decisões, rematando a propósito de um desses exemplos, que:

“o que se conclui de tão controverso, obscuro e prolongado processo é que o choque entre as decisões das várias instâncias envolvidas no processo (Junta de Paróquia, Câmara Municipal, Governo Civil, Ministério do Reino, mas não só) resultam de uma enorme falta de articulação entre os vários níveis de poder, de falta de transparência e rigor nas informações veiculadas de instância para instância e de se constatar, por um lado, um evidente desconhecimento das condições concretas locais por parte do aparelho do Estado Central e, por outro, de uma certa permeabilidade das autoridades locais a interesses particulares e de uma tendência para contornar as incompletas decisões legais decretadas a nível central.”

A contestação dos republicanos passava pela acção política e pela actividade sócio-educativa, em prol da aprendizagem das competências da leitura, da escrita e do cálculo, e do conhecimento do ideário republicano, através da gratuidade, universalidade e carácter secular da instrução, demarcando-se a iniciativa dos 160 centros republicanos fundados até 1910, por estarem, ao tempo, preparados para funcionar como escolas de instrução popular.

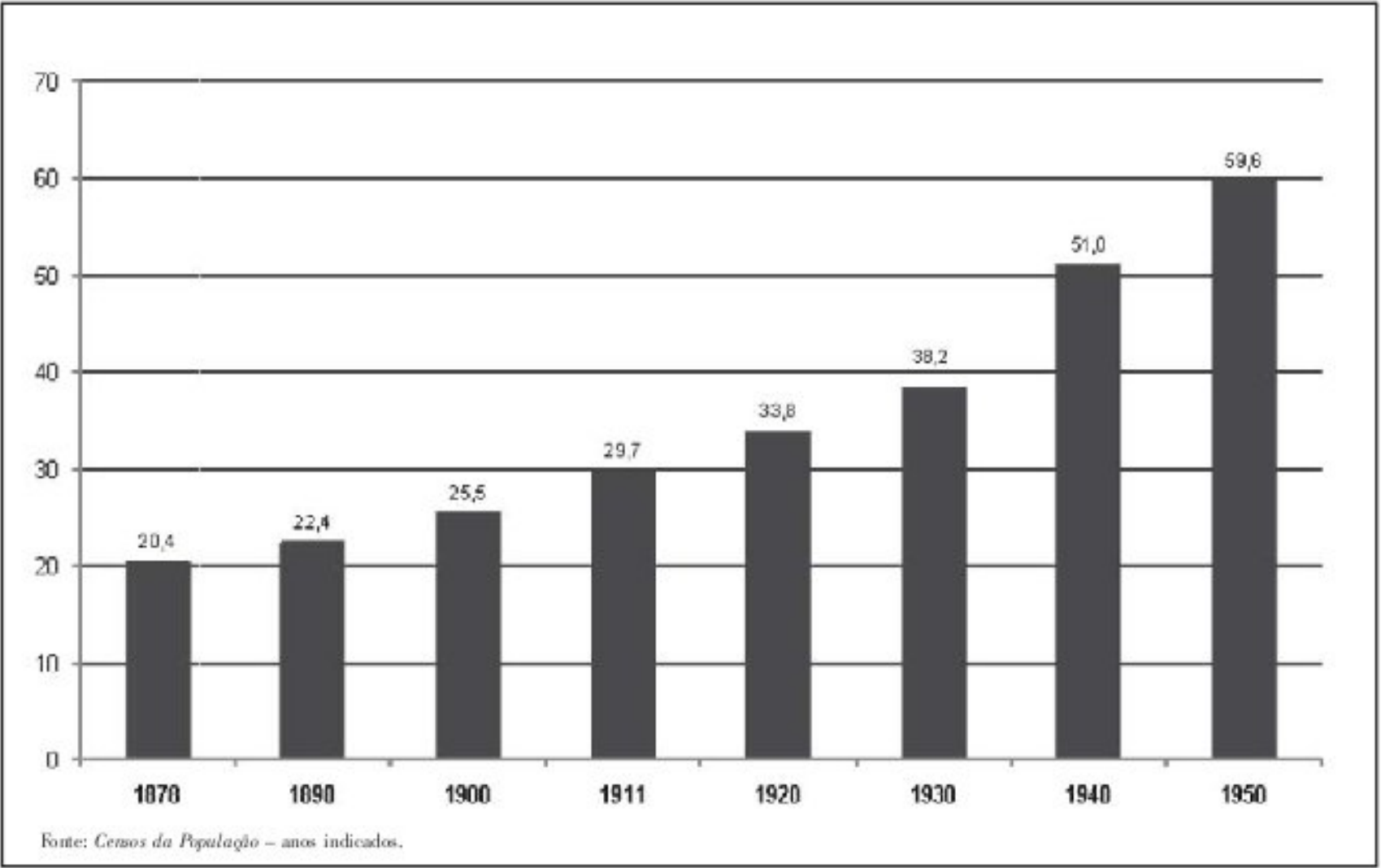
Casimiro Freire tinha como ideal levar as “letras” a todos os cidadãos e, com uma visão singular, empreendeu em várias frentes, para “iluminar o povo português”, já que entendia a **capacidade de ler como uma condição essencial para haver cidadania, dignidade e democracia.**

Em Março de 1881, publicou artigos no jornal *O Século*, com os títulos *A Instrução do povo* e a *Monarquia Portuguesa*, onde comparou dados sobre instrução popular, com os de outras nações (o próprio contactou embaixadas para os obter), concluindo: «somos o povo mais atrasado em matéria de instrução primária, de quantos ocupam lugar na carta geográfica (à excepção da Rússia e da Turquia), com o nome de nações independentes». Elogiou as acções de beneméritos, como o Conde Ferreira, que dispuseram parte da fortuna para criação de escolas primárias, criticando “burgueses dinheirosos”, que apenas deixavam dinheiro para missas “por sua alma”, enquanto exploravam o seu semelhante.

Promove uma subscrição pública, conferências, saraus literários e musicais, lançando mão de todos os recursos que trouxessem receitas para a fundação de escolas.

Pela voz poderosa da imprensa, solicitou a cooperação de pessoas dedicadas e iniciou-se um movimento para levar a instrução a todos os lugares carecidos, através de missões temporárias para ensino das primeiras letras, em qualquer idade.

Taxas de alfabetização da população portuguesa maior de 7 anos de idade (1878-1950).



Em 1900 existiam 74% de analfabetos em 1911, esse valor iria descer para cerca de 70%, em 1920, para cerca de 66%, em 1930 para 61,8% (Oliveira Marques, 1991, pp. 519-520).

NAÇÕES	POPULAÇÃO	Hab/Escola	Despesas	
			Francos	Réis
América.....	51.000:000	180	11,66	2\$ 100
Bélgica.....	5.403:000	655	4,60	828
Holanda.....	3.865:466	1:035	4	720
Alemanha.....	42.727:360	700	3,70	666
Noruega.....	1.807:555	280	2,42	435
Suécia.....	4.429:713	505	2,40	432
Inglaterra.....	33.805:419	586	2,32	417
Áustria.....	37.350:000	1:233	2,10	378
Dinamarca.....	1.903:000	654	2,80	404
Suiça.....	2.759:854	251	1,92	347
França.....	36.905:788	521	1,85	333
Espanha.....	16.800:000	900	1,75	315
Grécia.....	1.457:894	1:069	1,37	243
Itália.....	27.769:175	585	0,97	174
Portugal.....	4.745:124	1:500	0,39	70
Rússia.....	73.643:627	2:312	0,35	59

In, *O Século*, 30 de Março de 1881, p. 1.

Palavras de CF em 1895:
Interroguei muitas vezes o meu espírito procurando conhecer a causa da nossa profunda decadência, ..., ..., e achei finalmente a incógnita, é a Ignorância, irmã gêmea da escravidão do espírito.

ESCOLAS MÓVEIS

I

Diz-me o director da Revista *A Instrução do Povo*, órgão da *Associação de Escolas Móveis pelo método de João de Deus*, que sendo eu o primeiro socio fundador de tal instituição estou moralmente obrigado a escrever algo para o primeiro número que se publicar.

Sem estar convencido do assérto — obedeco. E faço-o sem responsabilidades literarias, que só devem ser exigidas aos profissionais das letras.

Sendo Portugal um país onde o Estado tem religião — a católica — não chego a perceber como esteja tão esquecido o preceito de Jesus Cristo: «*Ide ensinar a verdade a todas as creaturas. Ensinae os ignorantes*».

A declaração dos direitos do homem, que em França foi promulgada pela assembleia constituinte de 1791, prescreve no artigo 22.º: «*A instrução é a necessidade geral. A sociedade deve favorecer com todo o seu poder os progressos da razão pública, e levar a instrução ao alcance de todos os cidadãos*». Para gloria do nosso país, tão amesquinhado pelos nacionaes, convem recordar que desenove anos *antes* do citado decreto, no reinado de D. José I, o seu ministro Marquez de Pombal publicou a lei de 6 de novembro de 1772, criando 440 escolas primarias no reino

De um discurso de CF (24 pág.), em 1905:
Eu desejaria a instrução pública a invadir tudo, desejaria que o cuidado das almas não fosse menor que a dos corpos. ...a prosperidade e independência da nação dependem do ensino público...

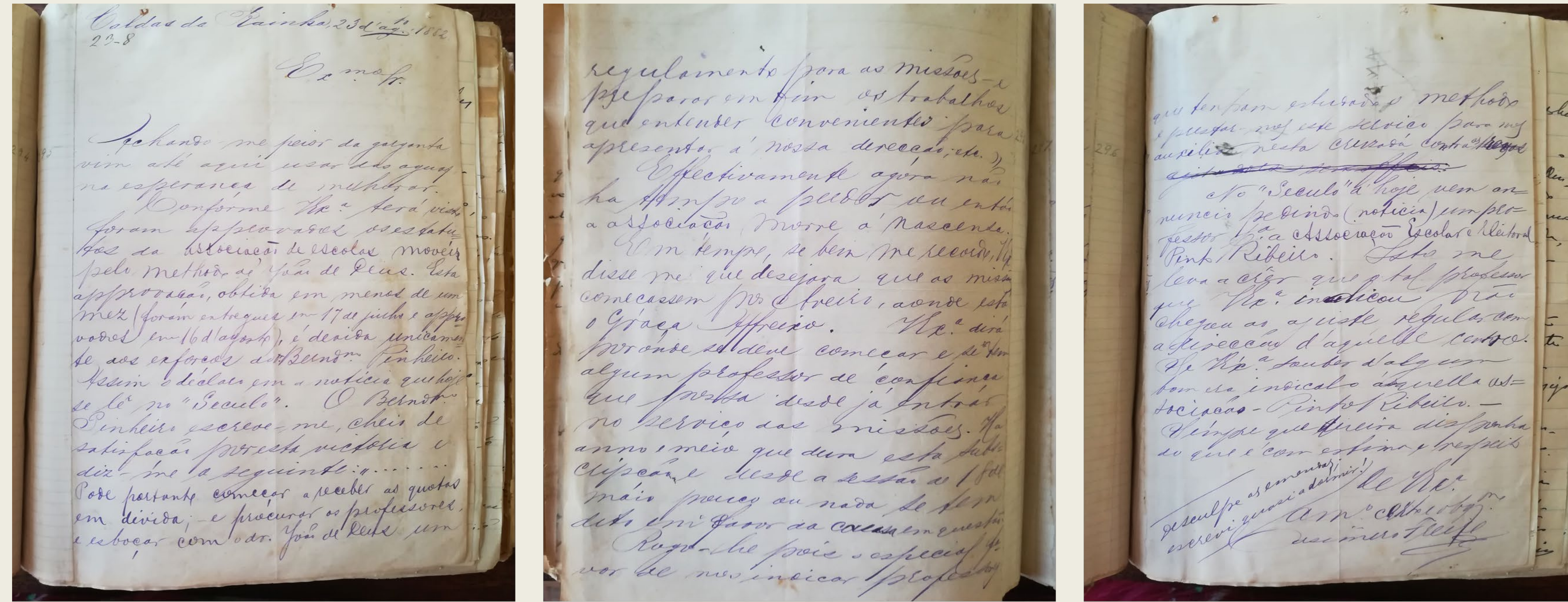
CF, Boletim de Propaganda das EM, 1906:
Mandar para a guerra, em camaradagem com soldados instruídos, os nossos “brancos” das duas Beiras, ..., os rurais de todo o país, expondo-os à ironia das camaradas e aos consequentes perigos que resultam da sua espantosa ignorância, não fará sangrar o coração de todo o bom Português? Mas quem serão os responsáveis desta vergonha, ou antes, deste crime?

4. As Escolas Móveis pelo método João de Deus

4.2.1. O início

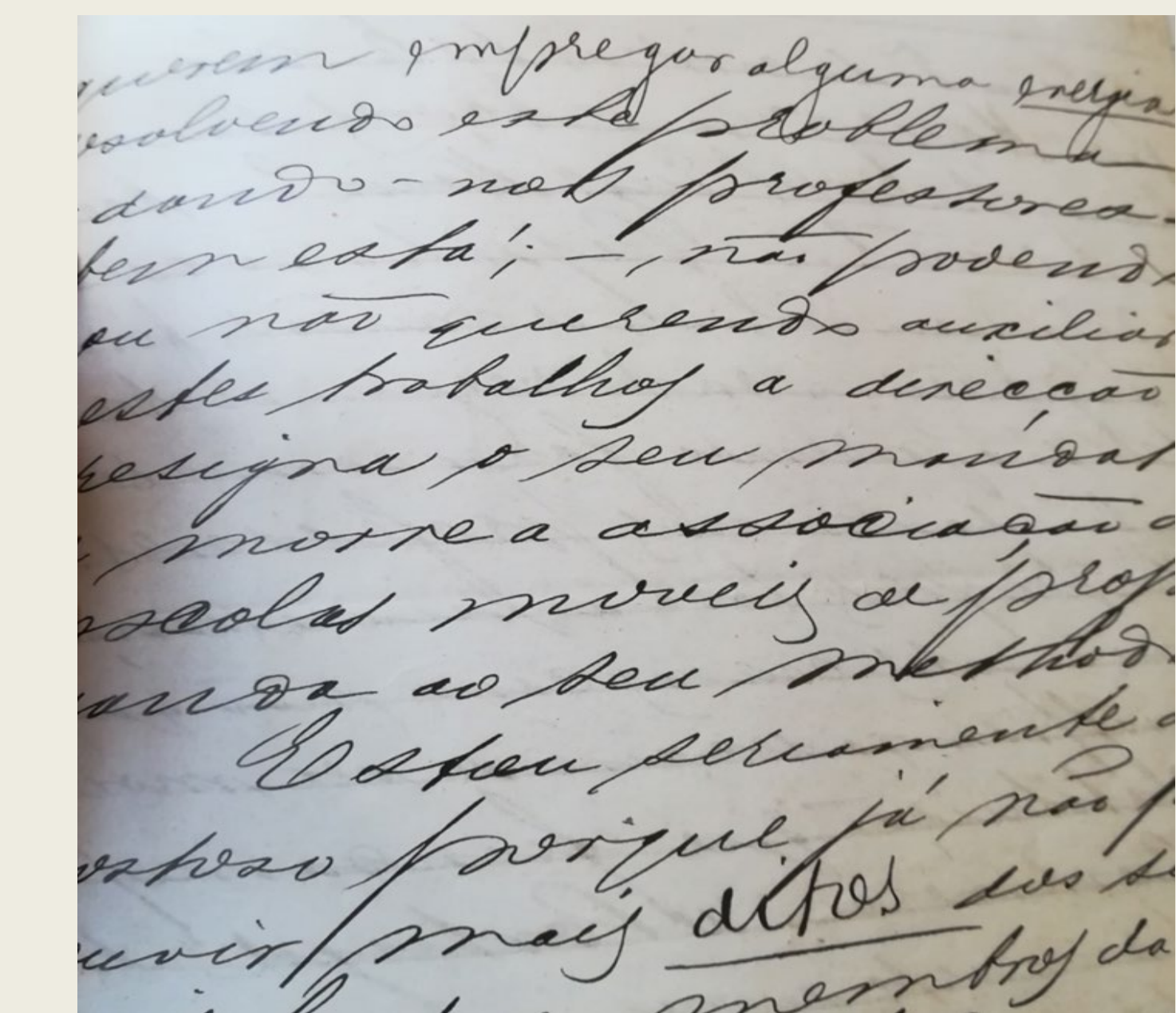
Em 18 de maio de 1882, Casimiro Freire criou a Associação das Escolas Móveis (AEM), cujos estatutos foram aprovados pelo Alvará do Governo Civil de Lisboa em 16 de agosto de 1882 e que, o “Século”, noticiará a 23 de agosto do mesmo ano.

Desde a primeira missão, iniciada em Castanheira de Pêra, em Novembro 1882, até à 487ª e última, concluída em Agosto de 1921, inscreveram-se neste movimento de escolas móveis particulares 28 941 alunos, dos quais 12 727 (44%) foram aprovados (Salvado Sampaio, 1969).



23 de Agosto de 1882 – Casimiro Freire escreve a João de Deus, noticiando a aprovação dos estatutos da AEM, devido ao empenho de Bernardino Pinheiro. Pede-lhe também que comece a receber as quotas, a procurar professores e esboçar um regulamento, pois acredita que «Effectivamente agora não há tempo a perder ou então a associação morre à nascença.»

Imagens cedidas pelo Museu João de Deus.



2 de maio 1883 - CF pede insistentemente mais professores a Joao de Deus:

É urgentíssimo dar seguimento à escola ambulante em Lisboa e missões fora.

Isso só é possível com o auxílio de João de Deus, dando-lhes professores.

Não podendo ou não querendo auxiliar estes trabalhos, a direcção resigna o seu mandato e morre a AEM de propaganda pelo seu método.

Carta de CF a JD.

N.º de subscritores	EX. M.º ASS.	QUOTAS				
		Mensual	Trimestral	Semestral	Anual	Por uma só vez
204	Augusto Correia Pinho.....	\$200				
290	Augusto da Gama.....	\$100				
375	Augusto de Figueiredo.....	\$200				
4	Augusto Faustino dos Santos Crespo (Dr.).....				12\$000	
43	Augusto Rodrigues d'Aranjo Porto.....	\$200				
385	Avelino Tavares Cardoso.....	\$500				
	A. Bettencourt Rodrigues (Dr.).....	\$100				
34	A. J. O. Chambica.....			3\$000		
356	A. P. Rego.....	\$100				
171	Bernardino José Fernandes.....	\$100				
270	Bernardino Machado (Dr.).....	\$500				
2	Bernardino Pereira Pinheiro (Dr.).....			3\$000		
173	Bernardo de Mattos (Evora).....				1\$200	
133	Bernardo José da Silva.....				9\$000	
388	Branca Pereira (D.).....	\$100				
59	B. G. Bacellar e Silva.....				6\$000	
192	B. Markert.....				2\$000	
40	Caetano Joaquim Coelho.....	\$100				
379	Camara Municipal de Alemquer.....					100\$000
113	Camara Municipal de Thomar.....				12\$000	
371	Carlos Alberto Vences.....	\$100				
13	Carlos Chaves.....	\$100				
183	Carlos da Silva Baptista.....	\$200				
312	Carlos Pereira Lopes.....	\$100				
135	Carlos Perry Vidal.....	\$100				
15	Carlos Tavares (Dr.).....	\$300				
6	Casimiro Coelho Seabra.....			1\$200		
1	Casimiro Freire.....	\$700				
84	Casimiro José d'Almeida.....	\$200				18\$000

Extracto de listagem de subscritores, retirado do Relatório da AEM de 1884 a 1885

Lista especial dos socios fundadores existentes á data da celebração do 25.º anno da Associação, 18 de maio de 1907.

N.º	1 — Casimiro Freire
»	4 — Dr. Augusto Faustino dos Santos Crespo
»	7 — Manuel Dias da Costa Lima
»	8 — Antonio Cardoso d'Oliveira
»	15 — Dr. Carlos Tavares
»	21 — Domingos José Gonçalves
»	27 — Manuel Godinho Cabral
»	28 — Manuel da Costa Duarte
»	45 — Pedro Durão
»	52 — Antonio Augusto de Figueiredo
»	53 — José da Fonseca Cruz Junior
»	58 — Eduardo Rodrigues da Costa
»	64 — José Joaquim da Silva Graça
»	70 — Empreza do Seculo
»	83 — Simão José da Silva Lopes
»	103 — Domingos Luiz Coelho da Silva
»	116 — Luiz Ricardo Cardoso
»	131 — Victor Schalch
»	132 — Luiz Eugenio Leitão

De 18 de maio de 1882 a 18 de maio de 1907 — 25 annos — são apenas 11 os socios fundadores que tiveram a constancia de sustentar a Associação a que chamam «benemerita»...

Extracto do relatório das AEM de 1905 a 1906, com listagem dos sócios fundadores que contribuíram persistentemente durante os primeiros 25 anos da Associação.

Casimiro faz repetidas vezes referência nas suas cartas, a fraudes cometidas em relação à Cartilha Maternal, falsas variantes (plágio), cópias clandestinas, roubos, etc

4. As Escolas Móveis pelo método João de Deus

4.2.2. Após 1910, na República

Com a implantação da República, há um esforço significativo de intervenção no sector da educação, sendo uma das primeiras preocupações uma clara demarcação em relação à Igreja, expansão do ensino universitário e alargamento da rede escolar primária “*nível de ensino que os republicanos sempre tinham considerado essencial reformular como base para a formação de futuros cidadãos conscientes dos seus direitos na sociedade*” (Guinote, 2010).

A preparação da reforma (DL de 29 de Março de 1911) foi entregue a João de Barros e a João de Deus Ramos, que acabariam por se demitir por desinteligências menores com o ministro António José de Almeida.

O sistema educativo português conheceu, assim, um conjunto de inovações a nível da organização escolar, curricular e pedagógica que se considerou terem o mérito de permanecer como referência conceptual de reformas educativas empreendidas em Portugal na segunda metade do século XX.

Quanto à rede escolar pública, de 1910 a 1919, é grande o esforço feito pelo aparelho do Estado. Segundo Guinote (1997), o número de estabelecimentos de ensino aumentou 30%, número de docentes 37%; as crianças em idade escolar 80%. No entanto, a frequência regular cresceria apenas 3% porque ao aumento da oferta nem sempre correspondia uma resposta correspondente por parte das populações, em parte devido à participação na Grande Guerra 1914-1918 e porque em tempos de crise, a Educação deixa de ser uma prioridade.

Houve quem elogiasse o esforço do novo regime e quem sentisse desânimo: «*No entanto – a Republica fez da educação e da instrução duas bandeiras de batalha, e com elas se tem preocupado e ocupado a cada instante. Instruir! Educar! A todo o momento os propagandistas lançam estas palavras mágicas para o meio do público. A todo o momento evocam, por meio delas, um esplendor de civismo e de progresso intelectual que não existe.*» (João de Barros, 1916, p.23).

O esforço da República para expandir a escolarização e elevar o nível de alfabetização, demora bastante a notar-se na estrutura das despesas públicas.

De acordo com os números tratados e seriados por Nuno Valério o que se passou foi, pelo contrário, a diminuição do peso do orçamento destinado ao Ministério da Instrução Pública de 4% para 2% do total, entre os anos de 1913-14 e 1917-18, apenas havendo ganhos significativos já na década de 20, quando se atinge com regularidade um valor a oscilar entre 7% e 9% das despesas, valor que seria mantido durante quase duas décadas, só descendo no início dos anos 40 para 5% (Valério, 1994, pp. 216-219).

Apesar da generosidade das leis e nas propostas, e de algumas vozes optimistas, a nível da alfabetização, ensino infantil, rede de estabelecimentos de educação pré-escolar, aumento da escolaridade obrigatória, formação e dignificação dos professores, melhoria salarial, rede escolar fixa e móvel, estudos pós-primários gratuitos, entre outros, as autoridades republicanas não conseguiram inverter a prevalência do modelo de construção retórica da educação há muito entranhado na *praxis* política em Portugal. (Correia, 2010)

Anos	Escolas			Total
	Masculinas	Femininas	Mistas	
1905/06	-	-	-	5220
1906/07	-	-	-	5268
1907/08	3039	1734	574	5347
1908/09	3050	1773	605	5428
1909/10	3067	1819	666	5552
1910/11	-	-	-	-
1911/12	3079	2157	1176	6412
1912/13	3071	2197	1248	6516
1913/14	3074	2211	1308	6593
1914/15	3092	2244	1364	6700
1915/16	3066	2263	1427	6756
1916/17	3085	2293	1484	6862
1917/18	2918	2188	1367	6473
1918/19	2938	2228	1397	6563
1919/20	-	-	-	6515
1920/21	-	-	-	6564
1921/22	-	-	-	-
1922/23	-	-	-	6475
1923/24	-	-	-	6327
1924/25	-	-	-	6479
1925/26	-	-	-	6657
1926/27	-	-	-	6648

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal - Anos de 1908, 1909 e 1910; 1917; 1919; 1921; e 1927.

Escolas primárias do ensino elementar (até 1919) e do ensino geral de iniciativa oficial , Portugal, 1905-1927.

Alguns desalentos perpassam o discurso de Casimiro Freire, no seu artigo “O analfabetismo. Apurando responsabilidades” Boletim de Propaganda nº 30, que era Director interino.

Faz um **historial da sua luta, desde 1874, quatro antes da publicação da Cartilha Maternal e oito anos antes da fundação da AEM**, até Dezembro de 1917, ano em que escreve.

Refere a campanha contra a Cartilha, com palavras duras sobre essa «*minoria sectarista do professorado primário*», dizendo «*não o fazemos com o intuito de hostilizar a prestantíssima classe do professorado: não se confunda a parte com o todo, o sectário fanático com o profissional altruísta...*» *O ódio sectarista contra João de Deus, venceu, cristalizou. Subsiste intenso como há quarenta anos. Eis porque a chaga do analfabetismo continua aberta!*»

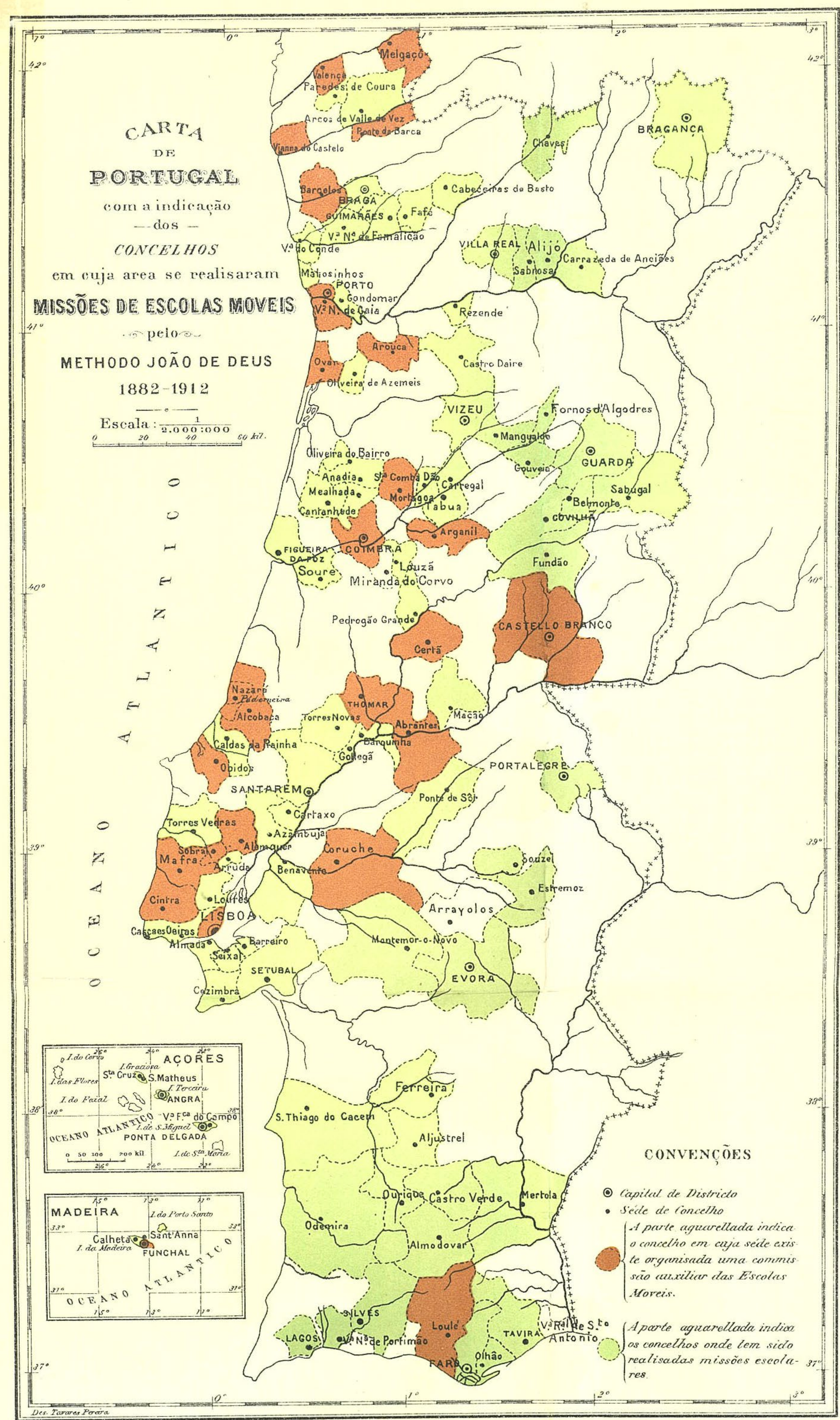
Faz então a apologia da cartilha, do elevado mérito da obra e do seu autor, fazendo eco das muitas vozes de reconhecimento.

4. As Escolas Móveis pelo método João de Deus

4.3. O funcionamento (1)

João de Deus preparava os professores motivados em quem reconhecesse vocação. As escolas funcionavam sobretudo com base em doações de materiais e cedência de espaços. Os professores eram pagos com fundos privados, geridos pela Associação de Escolas-Móveis (AEM), na base de subscrições pontuais ou regulares. Listas dos alunos com idades, profissão, registos de presenças e desempenho, as provas feitas, eram objecto de cuidadoso registo, encontrando-se arquivados no Museu João de Deus. Os exames orais decorriam na presença de autoridades locais e outras pessoas habilitadas. Os professores submetiam relatórios detalhados de cada missão; alguns merecem especial destaque. Por vezes, havia uma Comissão Auxiliar.

Distingue-se a Sertã (*Certã*) por ser um dos Concelhos com Comissão Auxiliar instalada (a laranja no mapa), e por ser um dos Concelhos dos que mais missões teve, só ultrapassado por Lisboa, Porto e Sintra (ou *Cintra*). Certamente não terá este facto sido alheio à capacidade mobilizadora de Casimiro na sua região de origem, apesar de radicado em Lisboa.



Índice geral das localidades onde se tem realizado MISSÕES DE ESCOLAS MÓVEIS PELO MÉTODO JOÃO DE DEUS com a indicação, por ordem alfabética, das sedes dos concelhos a que pertencem	
Para confrontar com a «Carta de Portugal» junta	
Abrantes — 5, 50 e 248 (a). Abraçanilha — 276. Alcobaga: S. Martinho do Pôrto — 228. Carris de Évora — 230. Bemposta — 262. Arcipreste — 287. Alenquer — 54 e 330. Olhalvo — 9. Ventosa — 13. Alfjô — 277. Aljustrel — 137. Almada — 111. Almodôvar: Monte da Vinha — 260 e 274. Alvaizere. Anadia: Vale de Avim — 21. Aroos de Valdevez — 40 e 215. Vilela de Grade — 36. Arganil — 286. Arouca: Canelas — 295. Santa Maria do Monte — 321. Arruda dos Vinhos — 68. Azambuja: Aveiras de Cima — 160. Barcelos — 310 e 319. Caldas de Lijó — 320. Barquinha: Praia do Ribatejo — 188-A, 225, 243, 257, 266 e 293. Barreiro — 58, 100, 116 e 119. Coima — 81. Belmonte — 294. Benavente — 49. Samora Correia — 171 e 331. Braga — 112. Bragança — 45. Cabeceiras de Basto — 109. Caldas da Rainha — 26. Foz do Arelho — 127 e 308. Nadadoiro — 138 e 312. Serra do Bouro — 141 e 147. Alvorninha — 148. Cantanhede: Covões — 12. Carrazeda de Ancilões: Pombal de Ancilões — 162. Beira Grande — 194. Carregal do Sal: Oliveira do Conde — 102. Cartaxo — 7. Casalis: Birre — 298. Castelo Branco — 136, 159, 210 e 278. Castro Daire — 258. Soutelo — 291. Castro Verde — 256.	Certã: Ramalhos — 4. Pedrogão Pequeno — 47. Outeiro da Vila — 244 e 267. Passaria — 265 e 300. Amioso — 303. Pampilhal — 324. Cezimbra — 84 e 259. Sant'Ana — 86. Alfarim — 144. Chaves — 37 e 42. Cintra: Fontanelas — 31 e 149. Gouveia — 168. Mocifal — 170. Janas — 182. Várzea — 183 e 290. S. Pedro de Penaferrim — 206. Bolembre — 212. Açafora — 232. Cortesia — 242. Odrinhas — 264. Silva — 292. Lameiras — 299. Poveral — 311. Coimbra — 71 e 77. Coruche — 284. Covilhã — 14 e 316. Évora — 198. Estremoz — 237 e 249. Fafe — 91. Faro: S. Brás de Alportel — 164. Ferreira do Alentejo — 255, 268 e 269. Ferreira do Zêzere: Paio Mendes — Figueira da Foz — 73, 76, 106, 114 e 129. Fornos de Algodres: Infias — 246. Fundão — 207. Golegã — 52 e 282. Gondomar: Ribeiro da Serra — 29. Rio Tinto — 98. Gouveia — 145 e 169. Melo — 279. Guarda — 329. Valhelhas — 196. Guimarães — 67 e 88. Arosa — 57. Lagos — 275. Luz — 241. Lisboa — 3, 10, 60, 61, 65, 66, 80, 82, 90 (Poço do Bispo), 92, 93, 95, 97, 101, 103 (Chelas), 104, 108, 115, 117, 118, 120, 124, 128, 130, 131, 140, 142, 143, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157 (S. Domingos de Bemfica), 158 (Palma de Baixo), 161, 172, 173 (Poço do Bispo), 175, 176, 178 (Sete Rios), 179, 180, 181, 184, 185, 205, 209 e 233.
Loulé — 38 e 318. Loures — 254. Caneças — 15. Lousã: Avessada — 270. Mação — 8. Mafrã — 302. Mangualde — 217 e 229. Matosinhos — 297. Mealhada: Lameira de S. Pedro — 16. Sula — 19. Melgago: Galvão — 304. Mértola: Sant'Ana de Cambas — 6. Montemor-o-Novo — 135 e 174. Vendas Novas — 177. Mortágua: Falgaroso — 24. Monte de Lobos — 28. Carapinhal — 44. Laceiras — 133. Palheiros — 165. Vila Nova — 187. Berracão — 245. Mortasel — 327. Nazaré — 139, 202, 261 e 301. Óbidos — 30. Bombarral — 43 e 48. Odemira — 83 e 85. Oeiras — 27. Barcarena — 56. Paço de Arcos — 63, 75 e 79. Linda-a-Velha — 78. Linda-a-Pastora — 195. Olhão — 22. Oliveira de Azeméis — 219. S. João da Madeira — 328. Oliveira do Bairro: Repolão — 46. Ourique: Palheiros — 166. Ovar — 227, 253 e 285. S. Vicente de Pereira — 87. Guilhovai — 325. Paredes de Coura — 18. Pedrogão Grande — 2 e 236. Castanheira de Pera — 1. Ponte da Barca. Ponte de Sor: Galveias — 121. Portalegre — 74. Pôrto — 23, 69, 70, 72, 189, 190, 191, 192, 203 e 218. Régua: Lobrigos — Resende — 51 e 53. Sabrosa — 35. Sabugal — 55. Santa Comba Dão — 199, 222 e 309. S. João de Areias — 211.	Santarém — 122, 125 e 132. Seixal — 131. Arrentela — 126 e 250. Setúbal — 62 e 193. Palmela — 59. Vila Fresca de Azeitão — 64. Silves — 167. S. Bartolomeu de Messines — 188. Sobral do Monte Agraço — 235 e 272. Soure: Vila Nova de Aços — 273. Pouca Pena — 281. Sousel — 186. S. Tiago de Cacém: Sines — 94. Tábua — 288. Tavira — 163 e 280. Tomar — 123. Lage do Alvitto — 231. Santa Catarina — 239. Santa Cita — 271. Vale dos Ovos — 305. Serra — 322. Tôres Novas: Minde — 25. Paíarrão — 263. Tôres Vedras: Carvoeira — 17. Valença — 283. Arão — 306. Urgeira — 323. Viana do Castelo — 296, 314 e 315. Vila do Conde — 20. S. Simão da Junqueira — 11. Vila Nova de Famalicão — 113. Vila Nova de Gaia: Avintes — 204. Grijó — 223 e 251. Mafamude — 289. Alheira de Baixo — 307. Pisão — 313. Vila Nova de Portimão: Montes de Alvor — 146. Vila Real (Trás-os-Montes) — 34. Viseu — 201, 212, 213, 234 e 250. Ilhas Adjacentes Açores Ponta Delgada (S. Miguel) — 33 e 39. Vila Franca do Campo (S. Miguel) — 32. Santa Cruz da Graciosa (Graciosa): S. Mateus — 41. Angra do Heroísmo (Terceira) — 152. Madeira Funchal — 197, 200, 240 e 326. Calheta — 220. Sant'Ana: S. Roque do Faial — 238.

(a) Os algarismos indicam o número de ordem da missão.

4. As Escolas Móveis pelo método João de Deus

4.3. O funcionamento (2)

A Direcção da Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus podia criar Comissões Auxiliares nas sedes dos concelhos, que funcionavam de acordo com um regulamento instituído.

A Comissão Auxiliar compunha-se de 5 membros: um presidente, um secretário, um tesoureiro e dois vogais, eleitos pelo período de um ano. O objectivo principal dos membros destas Comissões era o de desenvolver propaganda, por todos os meios ao seu alcance, tornando os serviços da AEM conhecidos. Tinham as seguintes atribuições:

- angariação de sócios;
- cobrança das quotas, donativos e legados;
- auxílio aos professores nos trabalhos de matrícula e inscrição dos alunos;
- instalação das missões, provendo uma casa adequada ao ensino, o mobiliário e o material escolar necessário;
- promoção de festas e benefícios para o fundo de previdência aos professores e para a assistência aos alunos pobres;
- representação da AEM nas sessões de abertura e encerramento das missões.

Acta de instalação da Comissão auxiliar das Escolas Móveis pelo método João de Deus, do Concelho da Sertã, em 8 de Maio de 1909

Am alto dia do mes de Maio de mil novecentos e nove, n'esta villa da Sertã e Gahinto da Direcção do Governo Octagueno, onde se achavam reunidos o abaixo assigados, foi lido um offcio da Associação das Escolas Móveis em que appareia presidente d'uma Comissão auxiliar, m'esses da Sertã, o Sr. D. Jo. Carlos Bichard e membros da mesma m. Sr. Antonio Figueira, J. Carlos Bichard, Eduardo Barata, Maria e filha, Henrique Pires de Almeida e Ephraim Elias de Almeida e pede a crecha para os alunos de Hamuim e Crechais, a qual seain respectivamente m. Sr. Carlos Bichard e Ephraim Elias e um Sr. Eduardo Barata e Henrique Pires de Almeida para 1º presidente e 2º secretario.

Foram lidas e lidas com 32 subscriptos, as quaes são em remettidas para a direcção das Escolas.

Nenhum fadois uma missões Escolas para o Gahinto da villa, d'esta frequencia, por ser uma localidade populosa e crecha de muitas promessas e deus ella populosa e analfabetos. Ne mais a tractm n'esta. E eu Ephraim Elias de Almeida, 1º secretario, a crecha e analfabetos.

Edmundo Barata, J. Carlos Bichard, Henrique Pires de Almeida, Ephraim Elias

8 de maio de 1909 - Acta de instalação da Comissão Auxiliar das Escolas Móveis pelo Método João de Deus da Sertã.

Documentação cedida pelo Arquivo Municipal de Sertã.

Figueira da Foz, 3 de janeiro de 1905.

Tendo de comunicar o andamento dos trabalhos escolares da missão a meu cargo na Figueira da Foz, cumpre-me dizer que tudo caminha com a máxima regularidade, compreendendo os alumnos de regras theóricas e prácticas do método não só de leitura como também de escripta.

É minha opinião que esta missão deve dar surprehendentes resultados não só pela excellencia do método como pelo auxilio que me está prestando o Ex.^{mo} Sr. capitão Almeida, assistindo a quasi todas as lições e esforçando-se por manter a disciplina, que tão essencial se torna numa escola.

Os meus alumnos não têm vontade própria, mas o prestimoso e incansavel capitão tem de tal modo sabido incutir-lhes no animo de todos a necessidade que o homem tem de saber ler, que elles se esforçam quanto possivel por se applicarem.

Tenho também a meu cargo a llecção dos officiaes inferiores, que, desejosos de conhecerem as excellencias do método de leitura e escripta do grandioso poeta e pedagogo, me pediram para o explicar, accedendo eu da melhór vontade, pois que me empenho ardentemente na vulgarização do método.

São pois dignos dos maiores elogios pela assiduidade e applicação, desejando todos ficarem aptos para o poderem ensinar.

O professor, José Gonçalves Martins.

Testemunho do professor José Gonçalves Martins, responsável 129.^o missão das EM, na Figueira da Foz, iniciada em 2/12/1904, com 27 alunos do 2.^o grupo de baterias do regimento de artilharia n.^o 2. Extracto do n.^o 1, publicação mensal "A Instrução do Povo", Fevereiro de 1905.



Missão na Passaria (Sertã) em 1912.
Foto cedida pelo Arquivo Municipal de Sertã



Missões diversas, Professor e alunos (1904), três professores (1906), professora e alunos (1910), um professor com a cartilha (1894)
Arquivo do Museu João de Deus.

4.3. O funcionamento (3)

Crente nos ideais republicanos e na educação nacional e popular, em 1908, João de Deus Ramos alterou os estatutos do AEM, passando a designar-se **Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus – Bibliotecas Ambulantes e Jardins-escolas**, com o objectivo de instituir jardins-escola para crianças dos 3 aos 7 anos. Ainda em 1908, a Comissão Auxiliar das EM em Coimbra apresenta um projecto à Câmara Municipal que lhe outorga um terreno para construção do primeiro Jardim-Escola João de Deus, com edifício da autoria do arquitecto Raul Lino, inaugurado em 2 de Abril de 1911.

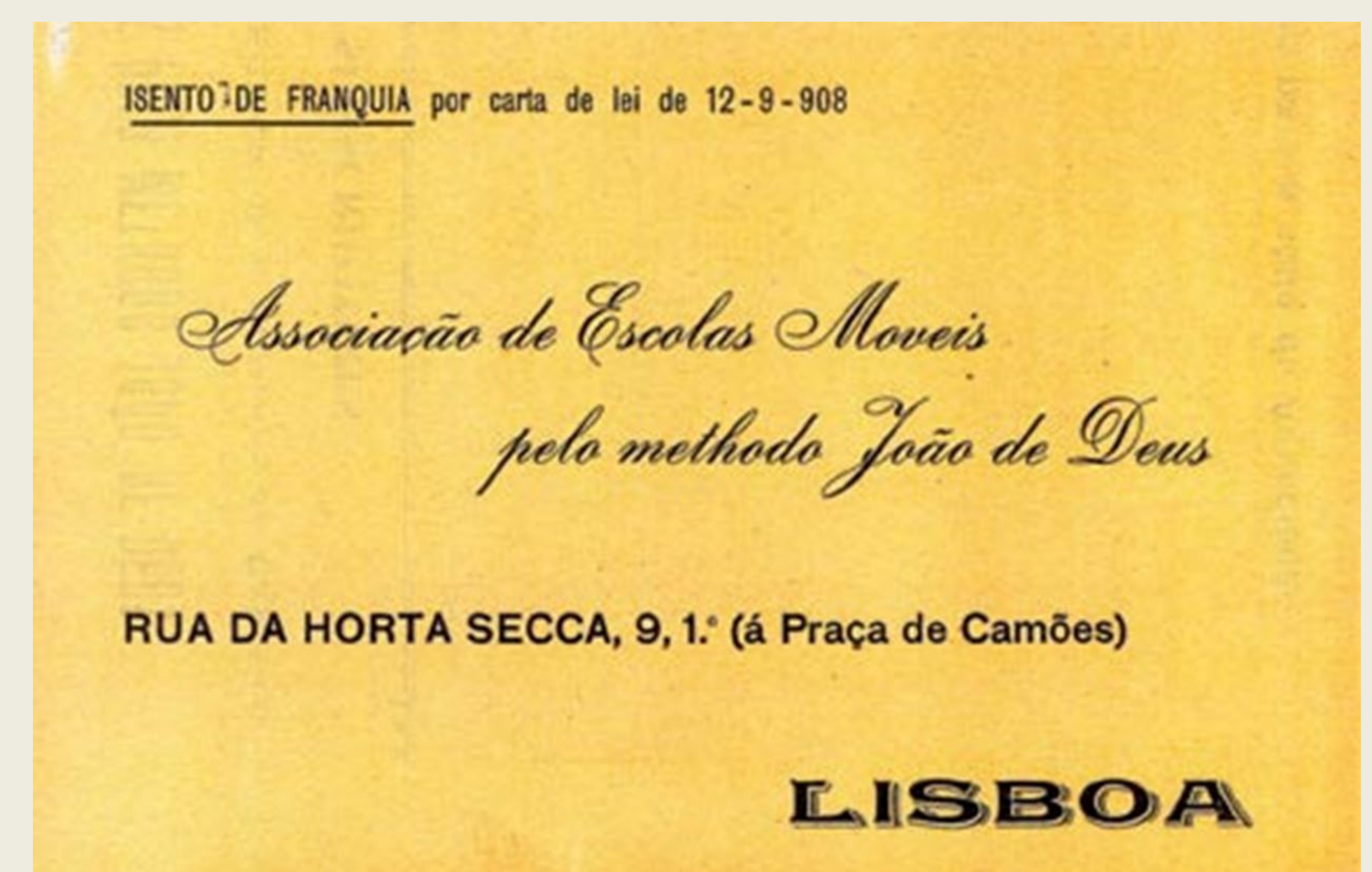


João de Deus Ramos (1878 -1953), filho do poeta e autor da “Cartilha Maternal” (esq).

O Jardim-escola João de Deus de Coimbra, no dia da sua inauguração. Fotografias do n.º 1243 do Jornal “O Ocidente”, de 10/07/1913 (dir).

[illegible]

Formulário
para inscrição
de
subscritores.
Imagem
cedida pela
Associação de
Jardins-Escola
João de Deus



As receitas da Associação provinham maioritariamente das quotas dos sócios e de donativos. Em 1908, o Parlamento votou a isenção de franquia anual e do “Boletim”, à custa do estado, o que permitiu alargar a propaganda, concorrendo para o aumento da receita (Imagem APS).

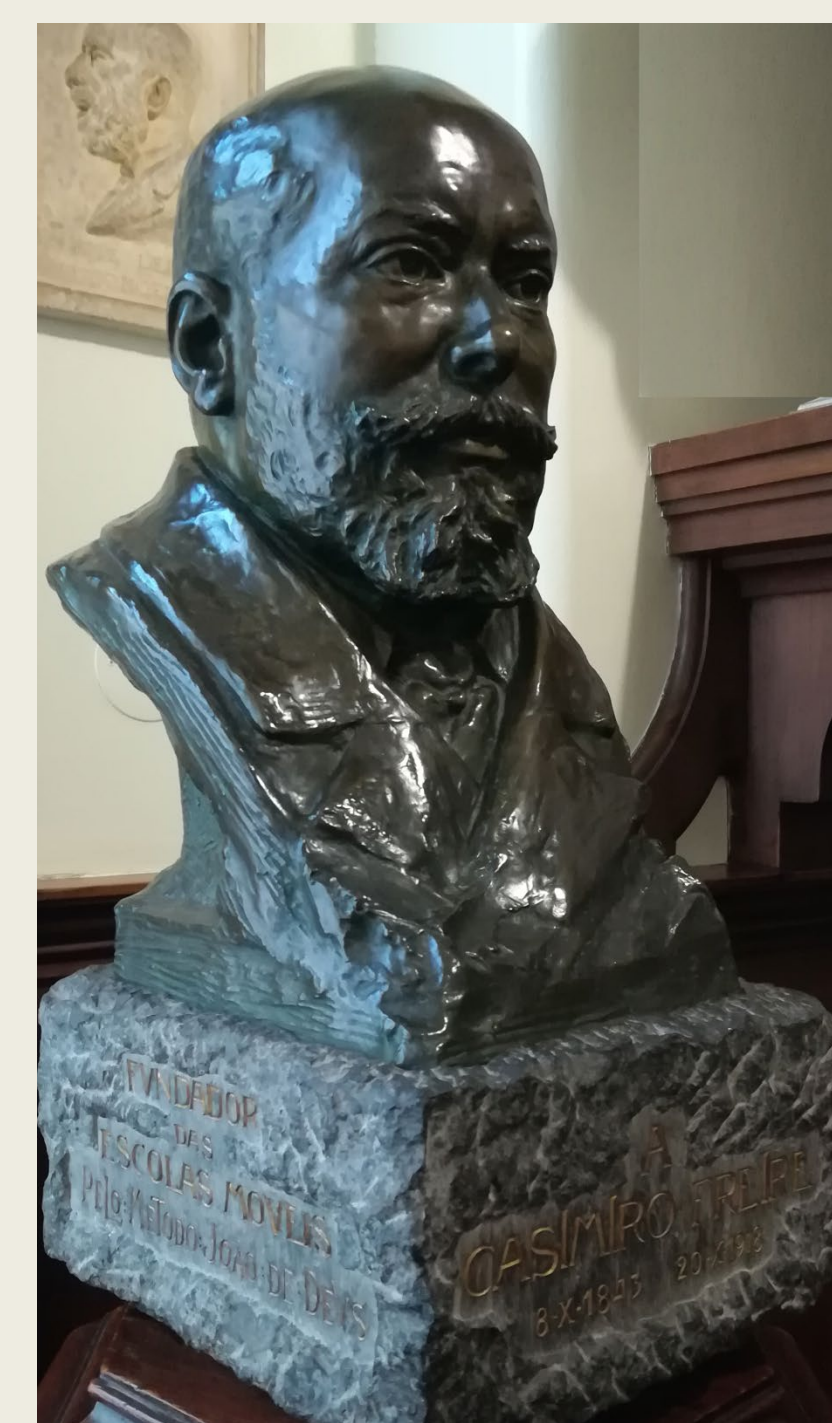
João de Deus Ramos com a ajuda de Afonso Lopes Vieira levaram à imprensa a ideia de construção do Museu João de Deus que teria um duplo objectivo: o de ser um monumento ao poeta-educador e o de ser uma biblioteca de apoio à cultura portuguesa.

O edifício, com projecto arquitectónico de Raul Lino e pinturas decorativas de Leal da Câmara, vem a ser inaugurado em 12 de Janeiro de 1917.

No ano de 1908, a Associação muda de nome e a estrutura alarga-se com a criação dos jardins-escola e dos gabinetes de leitura /bibliotecas ambulantes, realização de conferências e palestras populares.

A Casimiro Freire, por decreto de 5 de Junho de 1915, foi atribuído o estatuto de conservador do Museu João de Deus – Pedagógico, Bibliográfico e Artístico, até à sua instalação definitiva junto ao Jardim-Escola João de Deus, na Estrela, concluindo a tarefa de que foi incumbido, a 30 de Junho de 1916.

Por novo decreto, de 23 de Dezembro de 1916, ficaria depois como conservador do Museu Pedagógico (In Jornal “A Manhã” de 22 de Outubro de 1918).



Museu João de Deus, em Lisboa, onde se encontra a sala Casimiro Freire, e o seu busto. modelado por Maximiano Alves, em 1919.

5. As Escolas Móveis de iniciativa oficial (1913-1930)

A especificidade das escolas móveis residia no facto de a sua iniciativa, instalação e funcionamento ser de âmbito local, através das corporações administrativas ou de particulares, e de aceitar alunos de todas as idades (podendo organizar turmas e horários diferenciados em função dos públicos-alvo).

Com o Decreto de 29 de Março de 1911, assistiu-se à **oficialização do sistema das escolas móveis, para estender a alfabetização aos adultos** e assim combater o analfabetismo nas faixas etárias fora da obrigatoriedade escolar, prevendo-se o funcionamento de dez meses por ano, nas freguesias onde não se estabelecessem escolas fixas.

A iniciativa teria o seu arranque efectivo apenas em 1913 com a criação de 172 escolas. Em 1913/14 funcionaram 257 escolas (32 da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus), nos quais se matricularam 13812 indivíduos (6192 com frequência regular e 3776 dados como aptos para ler, escrever e contar (Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública (1916), p. 31).

No ano seguinte o número de escolas aumentou para 336 e o de alunos para 18260 (9980 com frequência regular e 5220 com aproveitamento), os valores mais altos verificados até à sua extinção em 1930. Os efeitos e atribulações da participação de Portugal na Grande Guerra fariam com que, a partir de 1915/16 se desse uma retracção só recuperada na década de 20 [1].

Para assegurar o funcionamento destas escolas, **o Estado não faria inicialmente grandes exigências em termos de habilitações literárias**. Podiam ser nomeados para esses efeito quaisquer estudantes que frequentassem ensino superior e, por omissão, do próprio ensino liceal (In Carvalho (1996), p. 671). Nos primeiros anos de funcionamento, em 130 docentes com habilitações identificadas, havia 56 professores do chamado “ensino livre” (43,1%), 30 diplomados pela Escola Normal (23,1%), 14 com o curso dos seminários (10,8%), 14 com o Curso dos Liceus completo e 9 com algumas cadeiras do Ensino Superior; e ainda um docente com o 4º ano do Curso dos Liceus, outro com o Curso de Regente Agrícola e 3 com o Curso de Sargentos (In *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública* (1916), nº 1, p. 53).

Em 1916, a distribuição dos 244 docentes de Escolas Móveis identificados não seria muito diferente (109 de ensino livre (44,7%), 75 das Escolas Normais (30,7%), 23 com o Curso dos Liceus incompleto e 15 com o Curso de Teologia, como grupos mais representados (in Maria Cândida Proença (1998), p. 61).

A falta de uma preparação específica adequada, a ocorrer, seria compensada pelo **voluntarismo e dedicação colocados na função pela maior parte deste tipo de professores algo improvisados**, como se depreende das palavras do inspector João Bernardo Gomes:

«*Nem todos os professores, como V. Exª acaba de observar, possuem o diploma de habilitação para o exercício do magistério oficial. Todavia, quasi todos conseguiram, pela sua tenacidade, pela sua dedicação e pelo seu estudo sobre os assuntos que se prendem com o ensino, prova que, longe de ser estéril, o seu trabalho de dois anos, ele foi, ao contrário, de uma proficuidade verdadeiramente notável. Nem todos, é certo, compreenderam inteligente e patrioticamente a missão que o Governo lhes confiou, missão que, para ser cabalmente desempenhada, tem de ser de sacrifícios e santa abnegação. Não foram, por isso, reconduzidos.*» (in Maria Cândida Proença (1998), p. 61).

Anos	Escolas	Alunos Inscritos			Aproveitamento		Professores		
		Masc.	Fem.	Total	Total	%	Masc.	Fem.	Total
1913/14	257	-	-	13812	3776	27,3	-	-	-
1914/15	236	-	-	18260	5220	28,6	-	-	-
1915/16	243	-	-	13130	5992	44,9	-	-	-
1916/17	225	-	-	11534	4512	39,1	-	-	-
1917/18	220	-	-	-	-	-	74	155	229
1918/19	187	-	-	-	-	-	61	126	187
1919/20	330	-	-	19698	7435	44,5	87	243	330
1920/21	330	10428	6445	16873	7324	43,4	94	236	330
1921/22	330	8493	5438	13931	10289	73,9	94	236	330
1922/23	317	9928	4962	14890	9309	62,5	87	230	317
1923/24	319	9423	4917	14340	8305	57,9	87	232	319
1924/25	311	8779	4310	13089	6280	48	78	233	311
1925/26	318	9085	4674	13759	5809	42,2	94	234	318
1926/27	305	8377	4421	12798	5186	40,5	82	226	308
1927/28	289	7841	4354	12195	4504	36,9	70	221	291
1928/29	269	6650	3640	12290	4213	40,9	57	218	275
1929/30	302	8779	5212	13991	5151	36,8	49	217	306

Fonte: José Salgado Sampaio, 1969, 22-23.

Casimiro Freire refuta ponto por ponto, com a reconhecida elegância e serena argumentação, as acusações de que João de Deus e o seu método eram alvo sobretudo pelo facto dos professores não terem formação na escola normal (Carta difamatória e injuriosa de 11 de Abril de 1878)

Diz CF (Jornal *Democracia*, 26 de Abril 1878): *Discutem o método? Refutam a crítica? Contestam os factos? Nada disso....*
E defende a obra, e os seus méritos, com dados concretos.

Escolas móveis de iniciativa oficial, segundo o número de alunos matriculados, aproveitamento e professores, 1913-1930

[1] Os *Anuários Estatísticos*, permitem-nos acompanhar a evolução e estabilização do funcionamento deste sub-sector do sistema educativo. Para uma síntese dos elementos para os anos 20, ver Guinote (1997), vol. II, p. 22. Para uma visão global desta iniciativa o estudo monográfico que continua de maior utilidade deve-se ainda a J. Salgado Sampaio (1969), “Escolas Móveis (Contribuição Monográfica) in *Boletim Bibliográfico e Informativo*, nº 9, pp. 9-28.

5. As Escolas Móveis de iniciativa oficial (1913-1930)

No universo das 214 590 matrículas, na sua maioria de alunos do género masculino (62 a 70%), ao longo dos 17 anos de vida das escolas móveis oficiais, a esmagadora maioria dos 93 305 alunos aprovados (com a variação das taxas de aproveitamento entre 27,3%, em 1913/14, e 73,9%, em 1921/22), ficaram-se, a avaliar pelos resultados apurados entre 1913 e 1921, por uma escolaridade equivalente à primeira classe (provas de leitura, escrita e aritmética). Não obstante o facto de o número de escolas (entre 187 e 330) apontar para uma cobertura de nível nacional, os distritos que registaram uma maior incidência neste tipo de oferta escolar primária foram os de Lisboa, Faro, Guarda, Leiria, Coimbra e Aveiro (In José Salvado Sampaio, 1969)

Da análise dos dados referidos por Paulo Guinote, da distribuição geográfica das escolas móveis na sua relação com a taxa de analfabetismo acima dos 7 anos (recenseamentos da população de 1911 e 1920), verificamos a falta de estreita correspondência entre necessidade e oferta, excepto em Castelo Branco e Leiria, talvez Coimbra, em que a uma necessidade maior, sempre correspondem mais iniciativas.

Deve porém notar-se que a zona geográfica de origem de Casimiro Freire, se situa aproximadamente na confluência destes três distritos, onde as EM iniciaram a sua actividade em 1882. Parece haver uma relação muito estreita entre as taxas de analfabetismo por distritos, entre os dois períodos aqui indicados ($r^2 = 0,92$), e uma modesta evolução média (de 58% para 56%). Lisboa é o distrito onde o analfabetismo era menor e onde mais escolas móveis surgem pois, apesar de a taxa ser menor, o número de indivíduos seria maior (mais de 850 000 pessoas) e ainda porque, em virtude dos fenómenos migratórios internos, o analfabetismo entre os adultos aumentava então na capital.

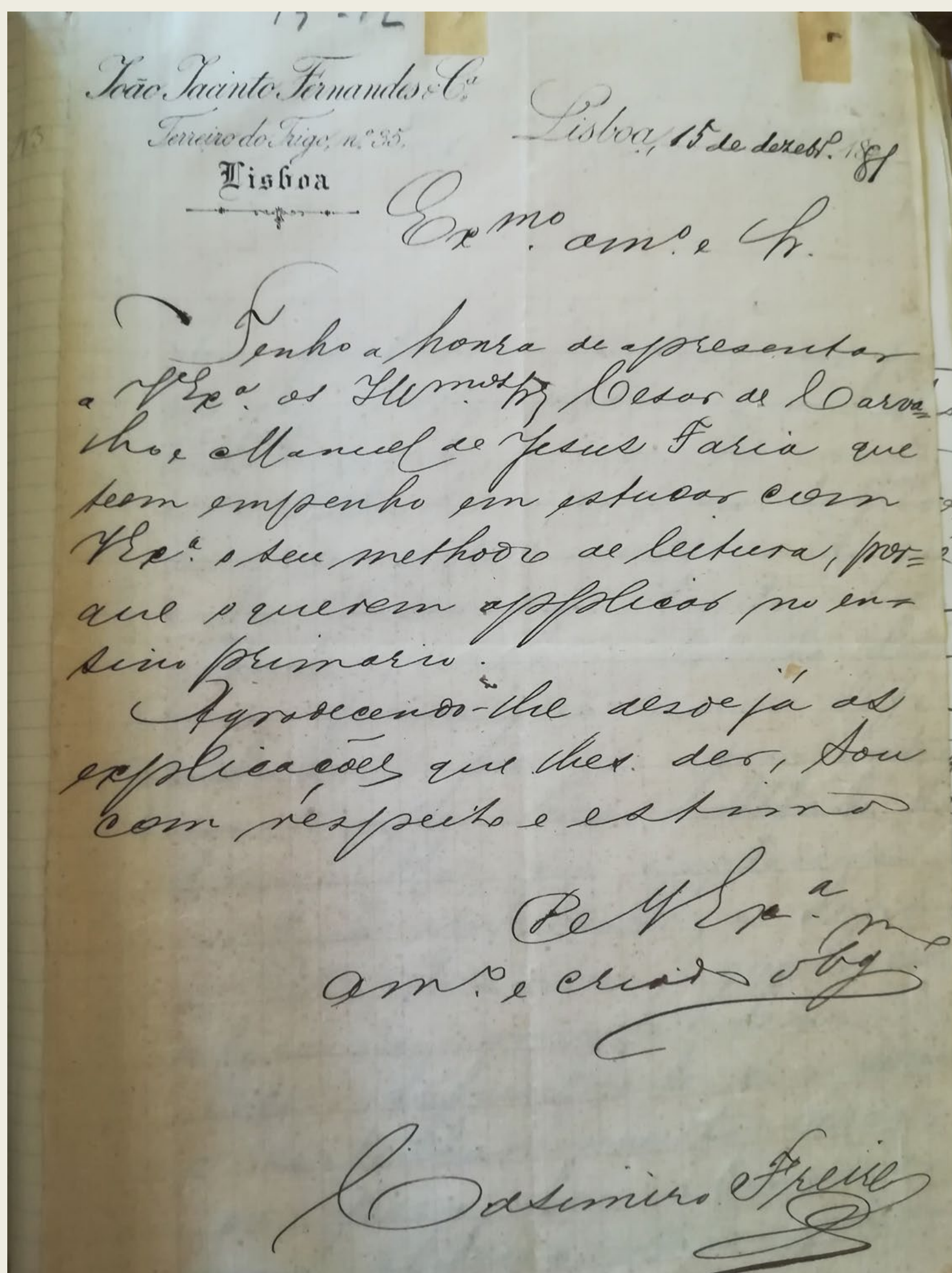
«*Conhecem-se as explicações deste lamentável estado da instrução elementar em Lisboa? Cremos que sim e que são dependentes sobretudo da grande imigração, para a capital, dos provincianos iletrados; mas muito mau processo será o de nos contentarmos com saber as causas do mal sem lhe opormos um remédio eficaz e rápido, porque, devemos convir, é uma vergonha para Lisboa persistir nesta situação. A barreira para deter o iletrismo do imigrante para Lisboa conhecêmo-la todos – é a escola móvel para adultos.*» (In *Progresso da instrução elementar em Portugal depois da proclamação da República – Instrução dos nubentes: Folha para vulgarização IV R14* (s.d.), p.2.) [2]

Distrito	Analfabetismo (1911)	Esc. Móveis (1916-17)	Analfabetismo (1920)	Esc. Móveis (1925-26)
Aveiro	55,0	12	52,1	18
Beja	64,4	5	63,3	2
Braga	57,0	12	56,7	12
Bragança	61,9	12	61,7	8
Cast. Branco	64,1	16	65,6	21
Coimbra	60,8	21	58,8	23
Évora	60,9	14	61,0	16
Faro	62,9	15	60,7	28
Guarda	60,4	7	58,8	24
Leiria	64,1	26	62,1	27
Lisboa	43,9	24	42,7	37
Portalegre	61,8	10	61,6	14
Porto	48,0	7	46,3	9
Santarém	61,7	8	59,9	16
V. Castelo	58,2	10	56,3	5
V. Real	55,9	8	54,9	6
Viseu	61,2	18	58,9	7
Angra H.	52,9	3	48,1	16
Horta	47,1	5	37,6	17
P. Delgada	56,6	5	52,8	7
Funchal	61,1	3	59,8	5

E hoje - decorridos seis anos do regime - o que se tem feito de positivo a favor da instrução? Criaram-se no “papel” algumas escolas? Quantas funcionam e com que resultado? Qual é o número das que se encontram fechadas por esse país fora? Não se iludam os servidores do novo regime, como se iludiram os do antigo – com as suas mistificações. Factos e não palavras ocas é o que exige a opinião sensata.
CF, Boletim de Propaganda, n.º 26 (1916)

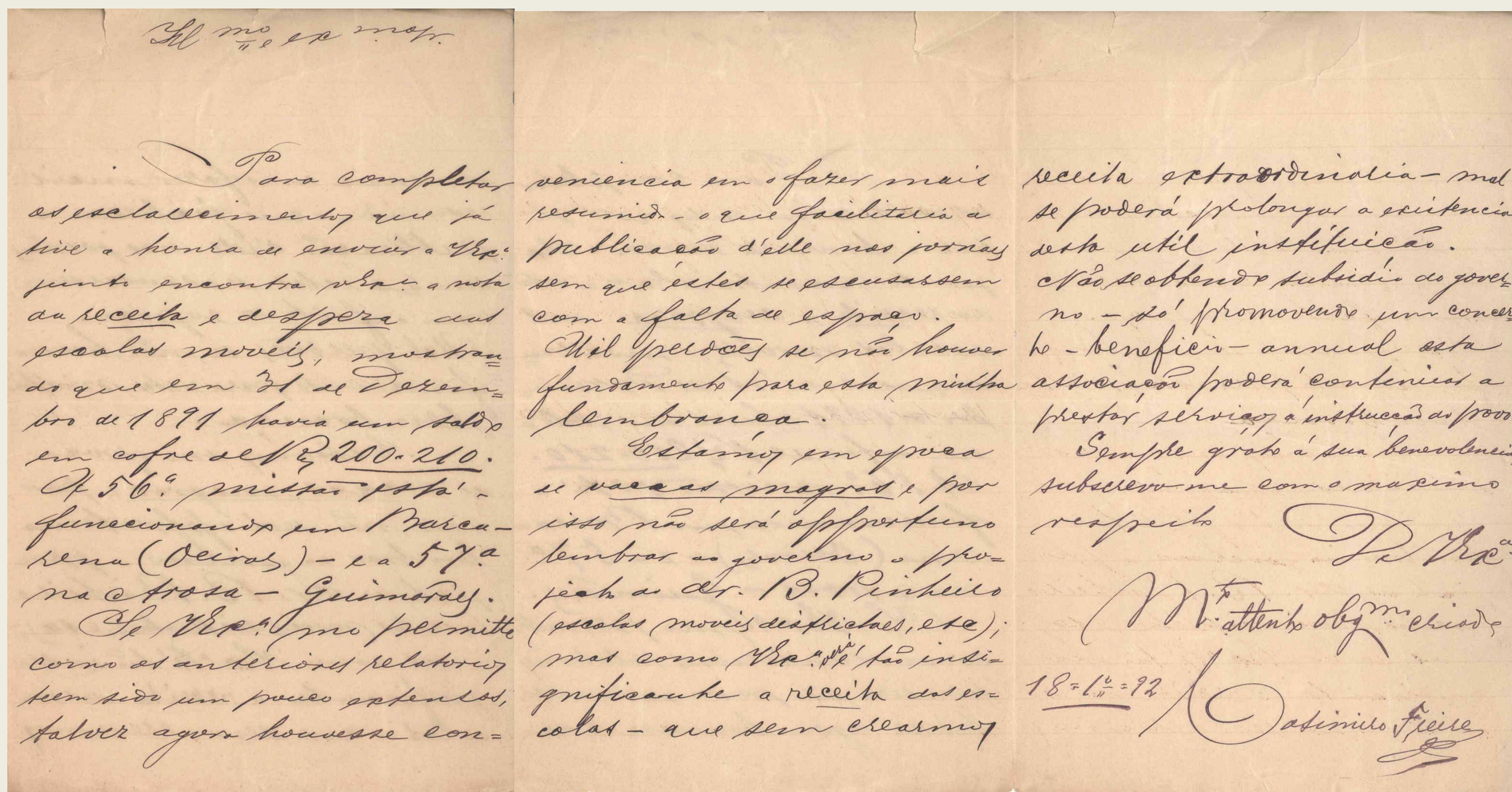
[2] Os números aqui apresentadas têm por base fontes primárias, que revelam problemas quanto à coerência e (in)constância de critérios usados no cálculo das taxas de analfabetismo. Mesmo em meados da década de 10, existiram cálculos “rectificados” do analfabetismo, nomeadamente em algumas “Folhas para Vulgarização” publicadas pela Direcção Geral da Estatística do Ministério das Finanças e disponíveis actualmente no arquivo do Instituto Nacional e Estatística. No entanto, mantêm-se aqui os valores usados na época, por serem aqueles com que os seus contemporâneos lidavam, desconhecedores dos nossos métodos actuais para corrigir os seus equívocos.

6. Cartas



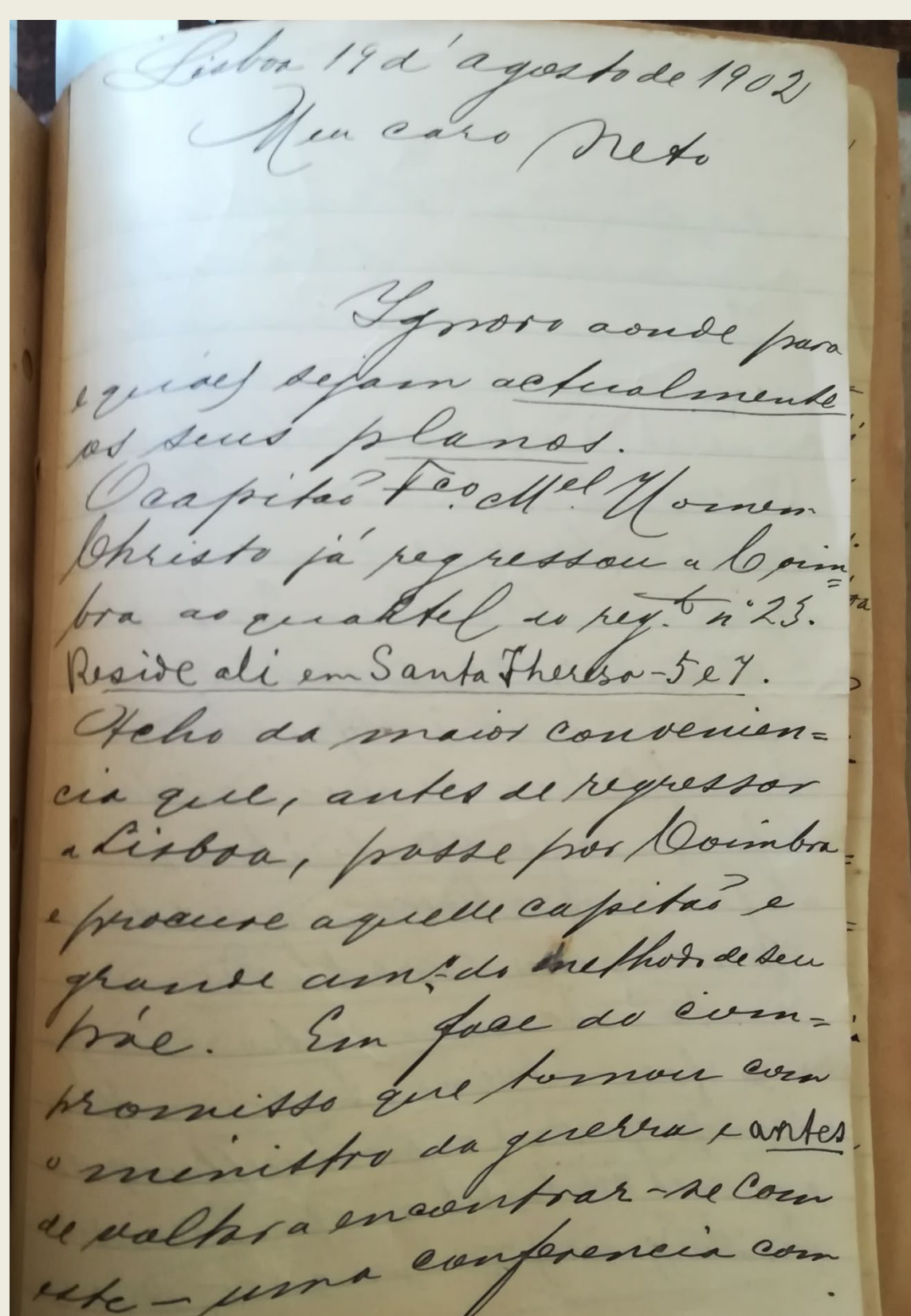
15 de Dezembro de 1882 - Casimiro Freire escreve a João de Deus, para lhe apresentar César Carvalho e Manuel de Jesus Faria, para melhor estudarem o Método de Leitura de forma a aplicá-lo ao ensino primário.

Imagem cedida pelo Museu João de Deus.



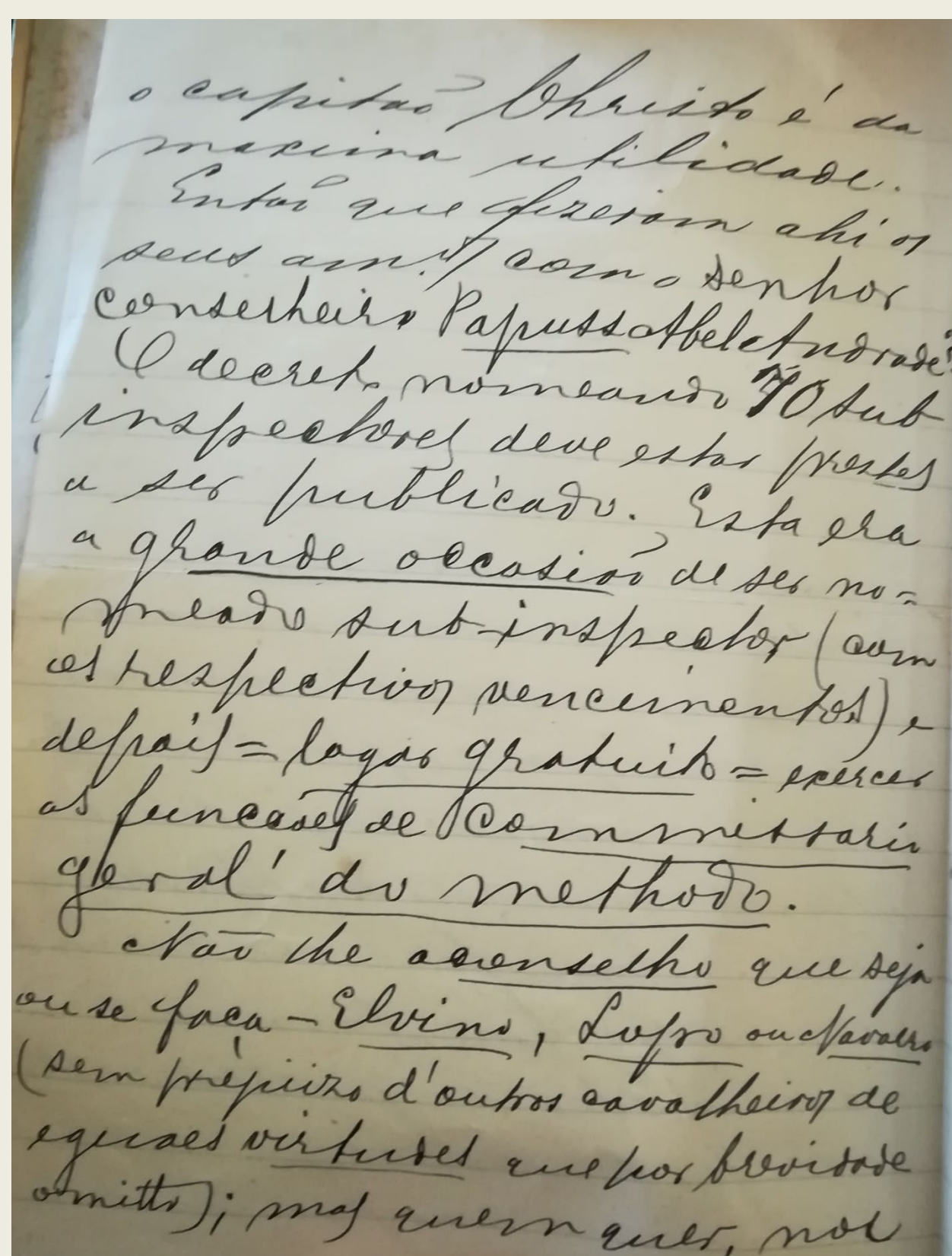
18 de Janeiro de 1892 - Casimiro Freire escreve a Bernardino Machado dando conta das receitas e despesas da Associação e do funcionamento da 56ª missão, em Barcarena (Oeiras) e Arosa (Guimarães). Refere ainda a necessidade de receitas e de subsídio do governo.

Documentação cedida pelo Arquivo Municipal de Pedrógão Grande
Créditos das imagens: Fundação Mário Soares



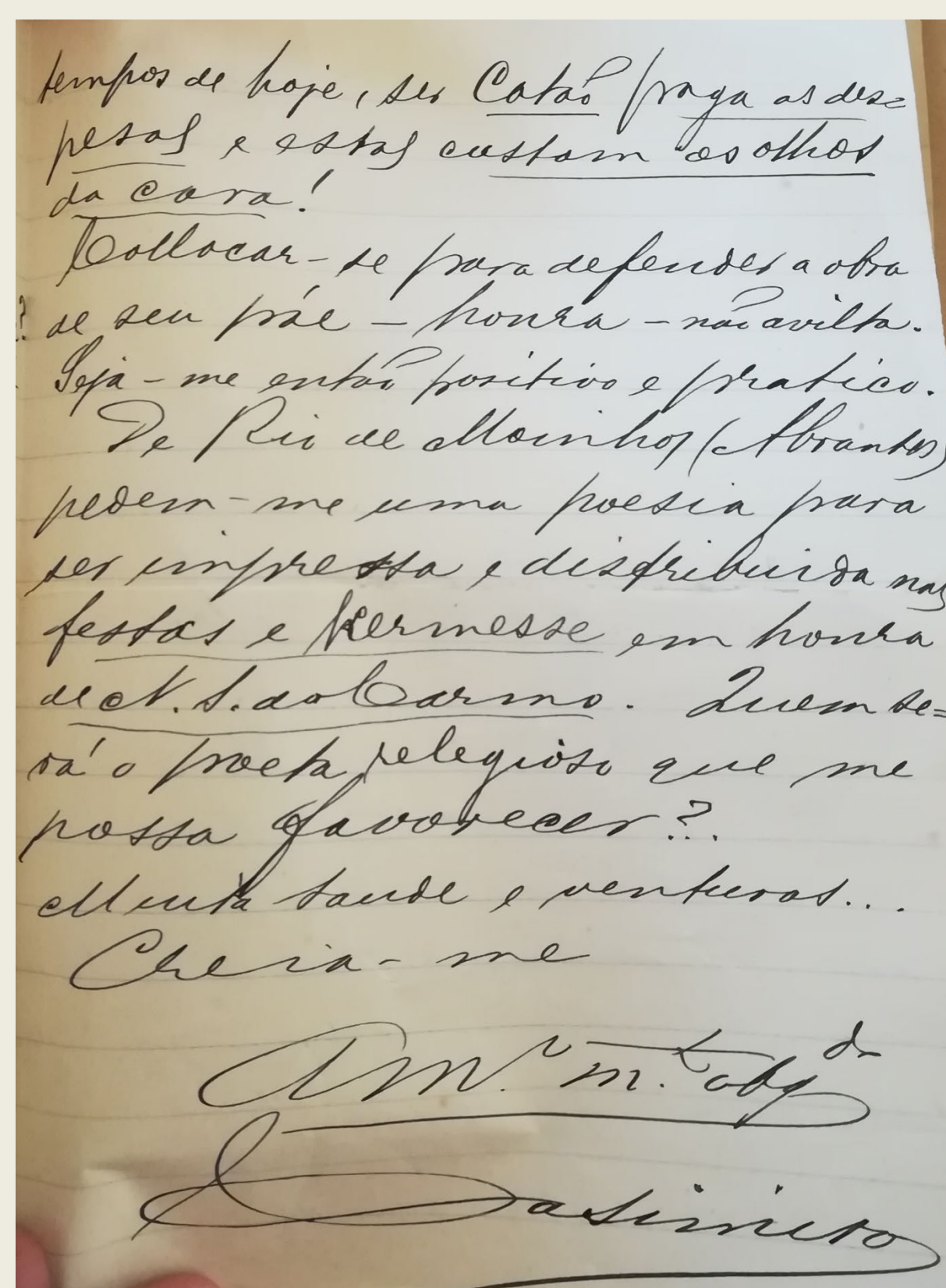
19 de Agosto de 1902 – Casimiro Freire escreve a João de Deus Ramos, falando-lhe da possibilidade de ser nomeado sub-inspector e posteriormente Comissário Geral do Método.

Imagens cedidas pelo Museu João de Deus.

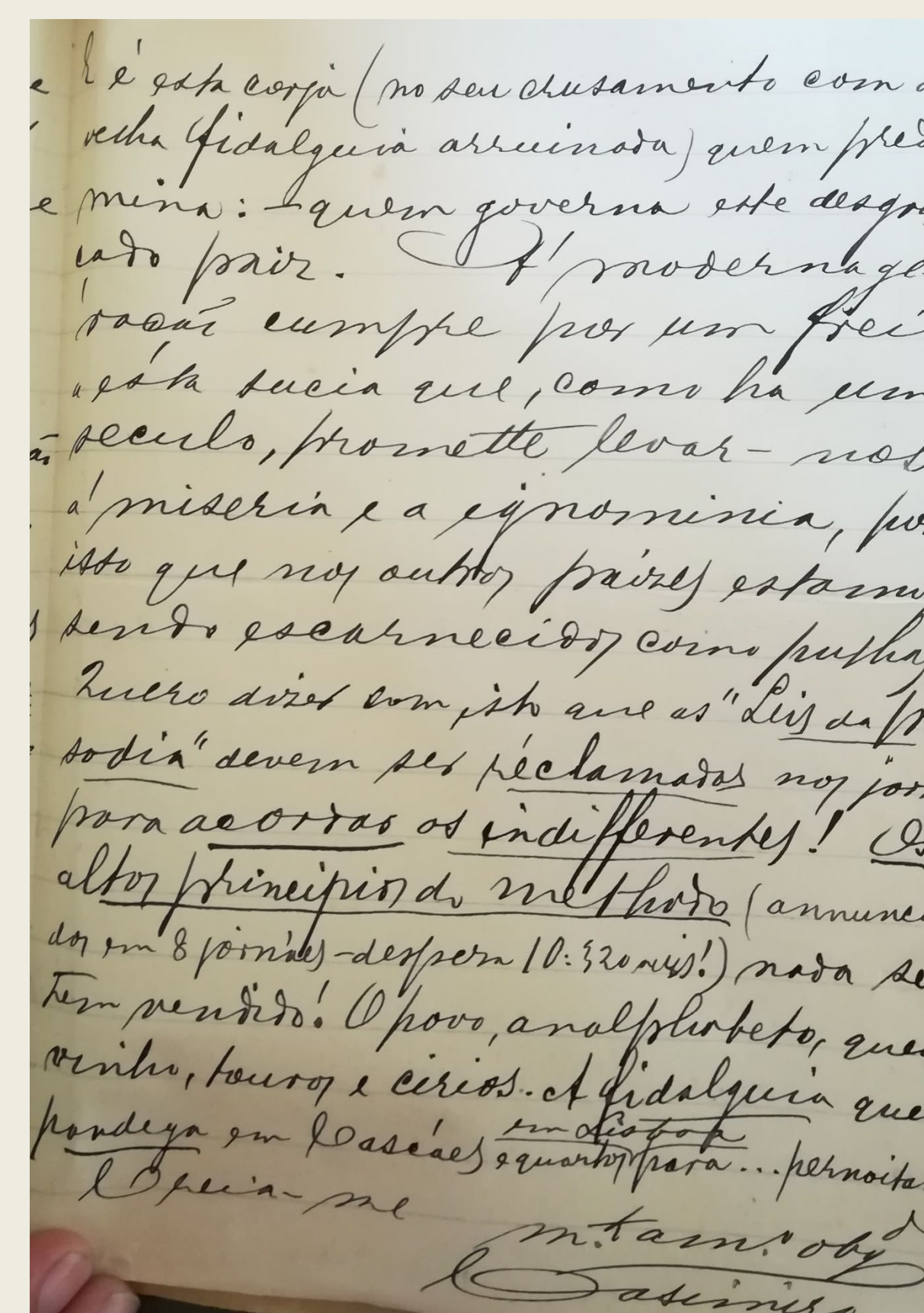
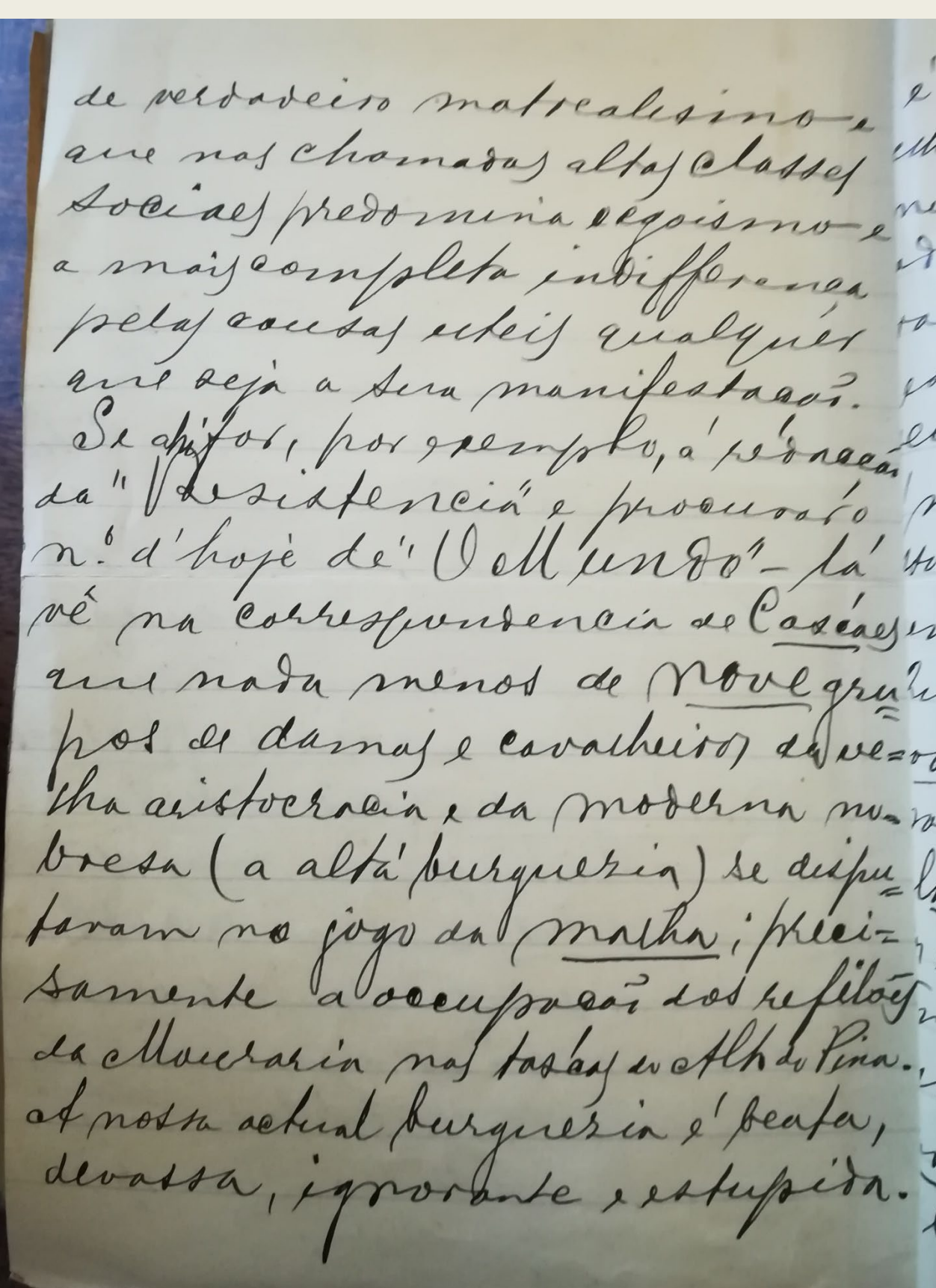
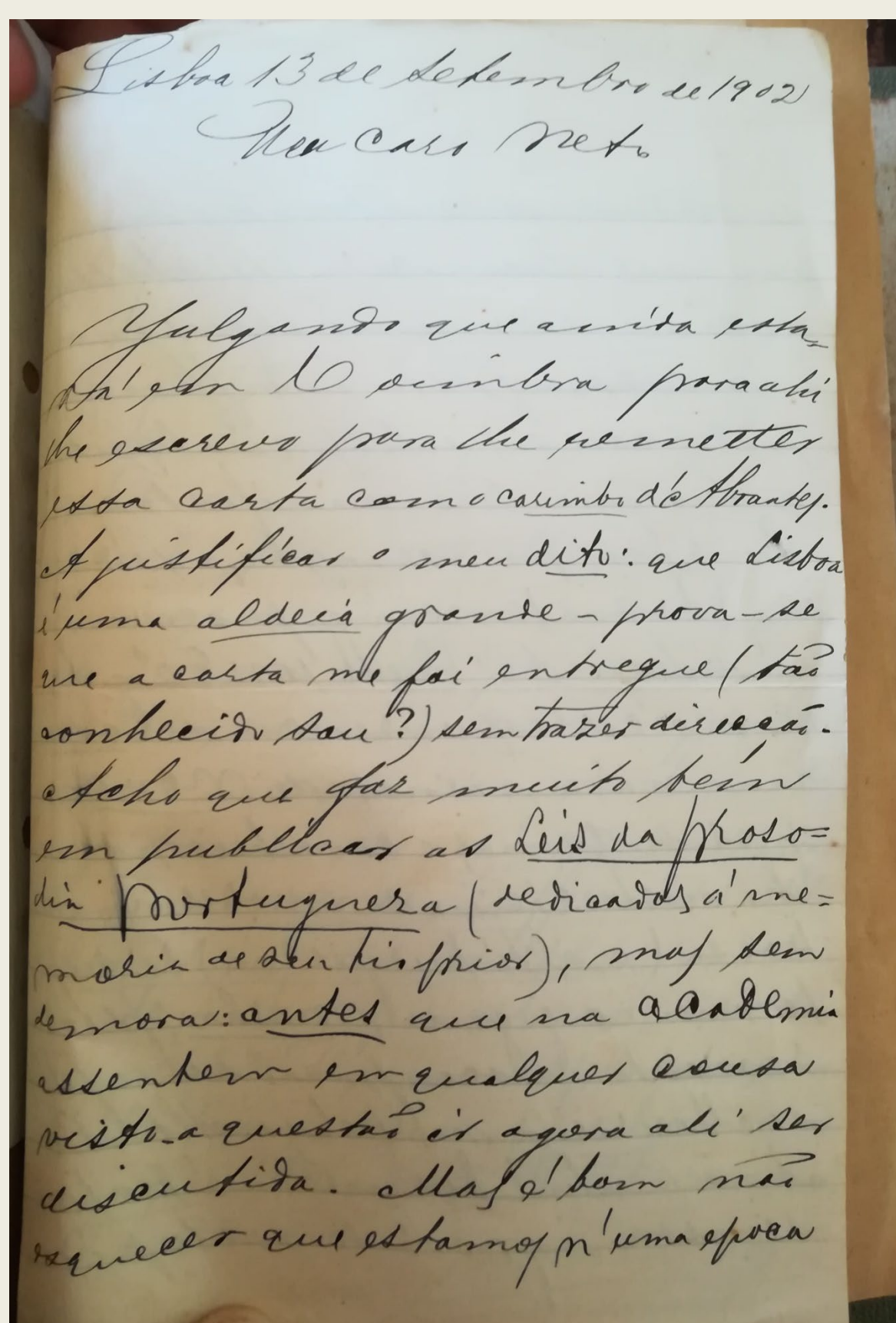


13 de Setembro de 1902 – Casimiro Freire escreve a João de Deus Ramos sobre a Lei da Prosódia Portuguesa.

Imagens cedidas pelo Museu João de Deus.



NOTA. Prosódia: capítulo da gramática responsável pela pronúncia correcta das palavras.



7. Textos de Casimiro, 1916/1917

No Boletim de Propaganda nº 26 (2016), CF exprime a sua profunda amargura:

*...um dos nossos sábios, que foi conhecido pelo “Herodes” das crianças tal era a fúria com que reprovava as que suspeitasse terem aprendido a ler pela Cartilha Maternal, que ele afirmava **produzir no aluno “a gaguez e a cegueira”...***

Que lhes importa que o analfabetismo continue a ser uma vergonha nacional? O emigrante português analfabeto vai para o Brasil ocupar o lugar do antigo escravo? Vai para a guerra analfabeto, o nosso soldado?

*Mas que importa aos “cartilheiros”, ou aos **miseráveis que fazem da instrução simples modo de vida e não sacerdócio, que haja muitos ou poucos analfabetos em Portugal?***

E continua, ironizando:

*A AEM anda há 34 anos a combater o analfabetismo? Pois declare-se-lhe guerra sem quartel! **De tal propaganda resultará o perigo mercantil de se venderem mais obras de JdD** e de seus herdeiros poderem enriquecer... Os herdeiros de Víctor Hugo recebem milhões de francos do produto da venda dos livros do seu glorioso avô; mas isso é lá em França....*

Em tudo, a falta de patriotismo, o cinismo, o rancor e a inveja...

... há perigo de que os proprietários do método enriqueçam?

Exproprie-lhes o Estado essa obra, pagando-lha pelo seu justo valor – e venda-a por sua conta!

Não será triste ver difamada e desdenhada, por nacionais, a obra que tem feito a admiração de estrangeiros ilustres?

...dum lado os que combatem, por interesses inconfessáveis e por inveja, quem tenha iniciativas originais e úteis; doutro os “parvos intelectualizados” que negam à nossa raça a capacidade criadora.

Citando um exemplo de um ilustre **secretário de uma comissão auxiliar**, amargurado, a propósito de subscritores abonados mas desistentes: “Como há-de progredir, sequer, salvar-se, uma Pátria com cidadãos que assim compreendem os seus deveres!... Mas que passeiam por toda a parte em automóveis de motores potentes!...”

CF conclui: *faz-se esta triste confissão de fraqueza para regozijo dos miseráveis que detestam as iniciativas que tenham por objectivo o ressurgimento da Pátria.*

...Por cá, o nosso ricaço – com raras excepções, só vai até á esmola que, se é um acto de caridade, também humilha e desenvolve a ociosidade.

Para o luxo desenfreado que por aí campeia, afrontando a miséria do povo, no estado de guerra em que o país se encontra, é que não há limites.

Pela degradação que se vai observando e na qual o burguês egoísta e inconsciente faz recordar o “liberto” da velha Roma, dir-se-ia que esta infeliz Pátria ameaça liquidar, de dementadas grandezas e devassidões, iguais às que no império romano ficaram simbolizadas na crápula das “Messalinas”, “Commodus” e “Heliogábalos”.

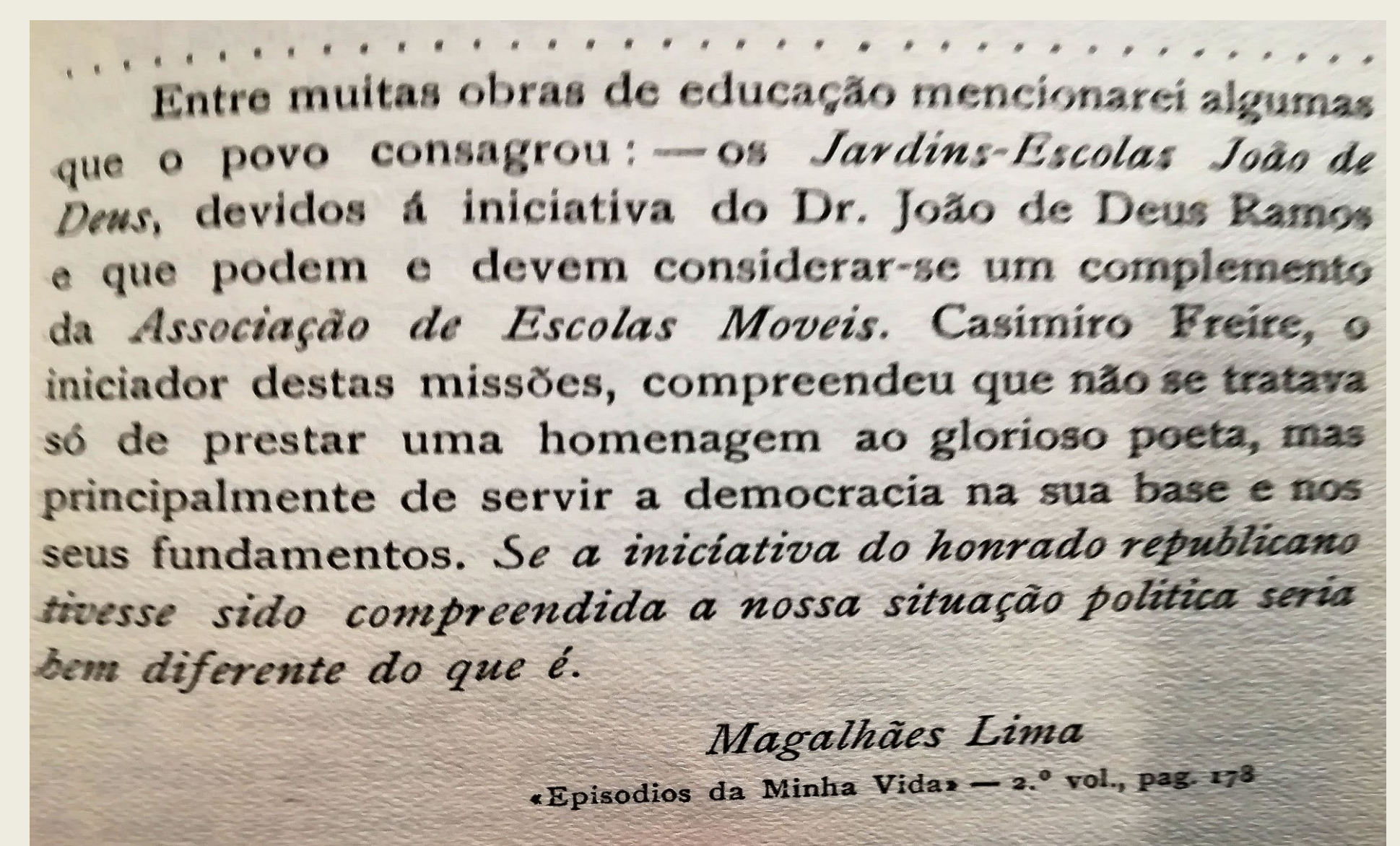
Verifica-se, pois, que ainda hoje em nenhuma das três escolas normais é ensinado o método JdD. Alguns alunos, mestres da escola normal de Lisboa vão estudá-lo aos cursos gratuitos dados em casa da viúva do autor e na sede da AEM.

Os nossos grandes homens para governar não precisam ter a ciência política e a enérgica acção, por exemplo, de um Lloyd George.

São habilíssimos em expedientes? Trazem “fartas e conformadas” as clientelas que os apoiam? É quanto basta! ...

Salvar-nos hemos da crise tremenda que atravessamos? Deus o queira.

Por mim, à beira da sepultura – já não posso ter esperança de assistir a melhores dias...



Referências bibliográficas e outras fontes:

- BATATA, Carlos (1998). *Carta Arqueológica do Concelho da Sertã*. Sertã : Câmara Municipal de Sertã.
- CARVALHO, Rómulo (1986). *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DIAS, Manuel Francisco (2013). *Sociedade Filarmónica Aurora Pedroguense: Apontamentos Históricos*. Edição de Autor. 87p.
- FARINHA, António Lourenço Farinha (1930). A Sertã e o seu Concelho. Escola Tip. Oficinas de S José. Lisboa (ed. *Fac Simile*, 1983, CMS).
- FELGUEIRAS, Margarida Louro (2008). *Para uma história Social do Professorado Primário em Portugal no Século XX. Uma nova família: o Instituto do Professorado Primário Oficial Português*. Ed. Campo das Letras, Porto. 568 p.
- FREIRE, José Manuel de Amaral Branco (1999). A Toponímia Céltica e os vestígios de cultura material da Proto-História de Portugal. *Revista de Guimarães*, Volume Especial, I, Guimarães, pp. 265-275
- GUINOTE, Paulo (2010). A I República e a questão da instrução popular. <https://educar.wordpress.com/2010/10/01/a-i-republica-e-a-questao-da-instrucao-popular-1>, 2 e 3.
- HENRIQUES, Aires e Ema Cruz (Coord.) (2013). *Pedrógão Pequeno, Jóia do Cabril*. Ed. Junta de Freguesia de Pedrógão Pequeno. 211 p.
- HOMEM, Amadeu Carvalho (1990). *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, distrib. Coimbra Editora.
- LOPES, Rui Pedro (2013), *História da Sertã*. Sertã : Câmara Municipal de Sertã.
- MARTINS, Marta (2013). *O Foral Manuelino de Pedrógão Pequeno*. Ed. Junta de Freguesia de Pedrógão Pequeno. 95 p.
- PEREIRA, Isolina (1999). Casimiro Freire e as escolas móveis. In: *População e Sociedade* n.º 5, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) / Edições Afrontamento: 443-473.
- PROENÇA, Maria Cândida (1998), “A República e a democratização do ensino” in Maria Cândida Proença (coord.) *O sistema de ensino em Portugal. Séculos XIX – XX*. Lisboa: Edições Colibri, p.47-70.
- SAMPAIO, José Salvado (1969). “Escolas móveis (contribuição monográfica)”, *Boletim bibliográfico e informativo*, Lisboa, nº 9, p. 9-28 (Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Investigação Pedagógica).
- Seara Nova (2010). <http://www.searanova.publ.pt/pt/1714/dossier/147/>, <http://www.searanova.publ.pt/pt/1713/dossier/163/>
- TEIXEIRA, Cândido (1925). *Antiguidades, famílias e Varões Ilustres de Sernache do Bonjardim e seus contornos*. Volume 1, Tip. do Instituto, Cernache do Bonjardim.
- FIGUEIREDO, M. Dulce Lopes (2011). *Missões das Escolas Móveis pelo método de João de Deus: Catálogo*. Relatório de estágio curricular na vertente de Arquivo, orientado Fidalgo M.J. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
- VALÉRIO, Nuno (coord), *As finanças públicas no Parlamento português: estudos preliminares*. Lisboa: Assembleia da República, 235 p.

Outras fontes

- Arquivos de família.
- Arquivo Distrital de Castelo Branco.
- Arquivo Municipal da Sertã.
- Arquivos do Museu João de Deus.
- Boletins de propaganda da Associação de Escolas Móveis e Jardins –Escola João de Deus, nºs 23, 26, 27 e 30 (Jan 1916 a Dez 1917). *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública* (1916), nº 1.
- Escolas Móveis De Abílio David (2015). Edição de Mata et al. Coordenação de Ângela Correia, Lisboa
- Fundação Mário Soares, Lisboa.
- Um apóstolo da Instrução Popular. À Memória de Casimiro Freire no 5º aniversário da sua morte. 1923. Tip. A Americana. 33p
- Um apóstolo da Instrução Popular e da Democracia. 1930. Tip. A Americana. 60 p.
- Progresso da instrução elementar em Portugal depois da proclamação da República – Instrução dos nubentes: Folha para vulgarização IV R14* (s.d.). Lisboa: Ministério das Finanças-Direcção Geral da Estatística.
- Relatórios da Gerência da Associação de Escolas Móveis (1892-1921).
- Torre do Tombo, Lisboa

Notas sobre etimologia (poster 2):

“Ozezar, rápido em antigo Europeu, segundo a “Proposta etimológica para os hidrónimos portugueses” (Anexo 2, pag. 240) . In: João Ferreira do Amaral e Augusto Ferreira do Amaral (2000). *Povos Antigos em Portugal*, Quetzal, Lisboa, 359 p.

José Cunha-Oliveira. *Toponímia galego-portuguesa e brasileira*. 20 Julho 2017 <http://toponimialusitana.blogspot.pt/> consultado em Janeiro 2018.

Textos e edição:

Freire, M.I. (Pedrógão Pequeno), Martins, M. (Arquivo Municipal da Sertã), Henriques, A. (Museu da República, Troviscais)

Crédito das imagens:

Freire, M.I. (excepto as referenciadas).

Colaboração (investigação, divulgação e sugestões):

Alfredo Ramos (Município de Sertã), Elsa Rodrigues e Pedro Oliveira (Museu João de Deus, Manuel Francisco Dias (JF Pedrógão Pequeno), Lisboa), Rui Pedro Lopes (Município de Sertã), Susana Coelho (Arquivo Municipal Pedrógão Grande)

M.I. Freire agradece a abertura a esta iniciativa e apoio da Junta de Freguesia de Pedrógão Pequeno e da Câmara da Sertã.

20 de Outubro de 2018